MANUEL MENEZES
CAPITÃO - MÉDICO

O HOSPITAL MILITAR
DA
BOA-NOVA

(NOTAS HISTÓRICAS)

1932
LIVRARIA EDITORA ANDRADE
ANGRA DO HEROISMO

O HOSPITAL MILITAR

DA

BOA NOVA

DO AUTOR

Em moeda fraca — 1931

(Dos Açôres à Espanha)

MANUEL DE SOUSA MENEZES

CAPITÃO-MÉDICO

O HOSPITAL MILITAR DA BOA NOVA

(NOTAS HISTÓRICAS)

1932

LIVRARIA EDITORA ANDRADE

ANGRA DO HEROISMO

É PROPRIEDADE DO AUTOR

Ainda se não aquietaram os ânimos na discussão travada sôbre a data e pessôa que descobriu os Açôres, embora os contraditores outra não indiquem de maior certeza, mas que se não irritem de novo os que vem negando razões para a comemoração do V centenário da descoberta destas ilhas.

Este insignificante trabalho foi justamente sugerido pela ideia da comemoração, mas vem inocentemente, sem nada tirar ou acrescentar à intempestiva discussão. Um outro objectivo o moveu.

Mas, se de certeza, outra data também se não aponta, não é lícito duvidar que seja a que agora se comemora, a que marca o início da vida social açoreana.

Foi ela que nos revelou como terras habitáveis e que para aqui encaminhou os primeiros núcleos de

colonização, que se fixaram e desenvolveram até ao que nós somos hoje como população evolutiva e caracterizadamente portuguêsa.

Que mais não fosse, seriam razões de sobejo para que os povos dos Açôres, comemorassem neste ano, o centenário da data que marca o início da sua existência.

Aqui nos desenvolvemos, aqui creamos as nossas organizações de sociedade, aqui nos temos afirmado através dêstes séculos na real evidência da nossa evolução.

Pretende esta pequena monografia, demonstrar essa evolução, no que diz respeito aos serviços de assistência médico-militares, com importância ou não, o que foi possivel colher na pesquisa dos arquivos e em trabalhos já publicados que o autor poude consultar.

Que o demérito da publicação, permitisse ao menos fazer reviver o que ao autor se lhe afigurou de interêsse histórico, no que tem sido a evolução da ilha em que nasceu, seria já compensação bastante, que outro impulso o levou ao historiar o Hospital que dirige — conhecer dos que antes o precederam e do que através dos séculos se passou nesta velha relíquia do passado, verdadeiro monumento desta terra, que é o Hospital Militar da Boa Nova.

Angra do Heroismo,
Janeiro de 1932

M. Menezes.

AS ORIGENS DO HOSPITAL

O Hospital Militar de Angra do Heroísmo, não podia deixar de ter a sua história intimamente ligada aos episódios notáveis, que fizeram da ilha Terceira, no tempo dos descobrimentos e das viagens marítimas, uma terra de excepcional importância.

A sua situação no acesso por terra à península do Monte Brasil, na qual, Filipe II de Espanha, construira a importante fortaleza, que era guarda e apoio para a base marítima aqui estabelecida; o plano geral da construção, que se conserva da primitiva, traçado em moldes que indicam a sua edificação a êsse fim destinada; a própria existência da ermida da Boa Nova, metida no maciço da obra e por ela englobada, indicando uma utilização e serventia interna do edifício, que nunca foi mencionado como convento, não obstante a área ocupada ser grande; o nome sugestivo da própria imagem da ermida, perfeitamente harmónico e condicionado ao fim a que se destinava a casa; o frontão esculpido em pedra sôbre a porta de entrada, com a cruz de Cristo traçada em correctíssimo desenho e rematado em cima pela esfera armilar, — são elementos que se conjugam e se reunem para nos levar a presumir, senão a afirmar,

as origens remotas dêste Hospital, relíquia dum passado de grandeza nacional, que tem jus a ser considerado com a estima e a atenção dum verdadeiro monumento açoreano, senão nacional.

Não se encontra documentação precisa, pelo menos da que poude consultar, por onde se possa afirmar a data certa da sua fundação, mas é lícito concluir, e isso pretendo demonstrar, que começa a existir numa data, que o faz acreditar como a Hospital Militar mais antigo do país.

Se como diz o Dr. Silva Carvalho no seu livro — *O culto de S. Cosme e S. Damião*, 1928 — «O Hospital Militar permanente mais antigo em Lisbôa, foi o do Castelo, que o Abade de Castro diz ter sido fundado em 1673, servindo nêle os religiosos de S. João de Deus» — concluo, pelos documentos encontrados, que já em 1641, quando do assalto ao Castelo de S. Filipe, pelos terceirenses, nas guerras da Restauração, o Hospital existia neste mesmo sítio, então com aquela designação de Hospital da Boa Nova, nome que, como veremos, conservou durante larga temporada, e ainda hoje se guarda na tradição popular, denominando o local onde se encontra situado.

Começou a construção do castelo, pelos espanhois, em 1591, mas, em 1612, encontrava-se em tal adeantamento e actividade, que a fortaleza já se encontrava bem artilhada e provida, «dispensando o rei penas de galés para que trabalhassem na obra os condenados», e seria tanto o desejo de a concluír depressa e tanta a violência do trabalho, que o padre Maldonado escreveu «que as obras do presídio eram feitas com pragas, suor

e sangue». Pretendo, pois, provar, que foi durante êste período de grande actividade na construção da importantíssima fortaleza, que se iniciaram também e se ultimaram os trabalhos da edificação do Hospital e da Ermida da Boa Nova, embora nos autores que tem escrito sôbre a ilha, se não encontre referência especial ao edifício, parecendo assim que todos o omitem propositadamente, à míngua de dados precisos.

Só o Dr. Alfredo da Silva Sampaio, na sua *Memoria sobre a Ilha Terceira* — 1904 — fixa, sem contudo o provar com qualquer citação, que a ermida da Boa Nova foi construída pelos castelhanos em 1584, «ficando, por êste facto, pertencendo ao castelo» (êste começara a ser construido em 1591) e que nesta ermida «que no principio se denominava de *Nossa Senhora do Terço*, existia o *Sacramento* com uma rica confraria, cujos rendimentos passaram à ordem de Cristo, depois da Guerra da Restauração.» E diz mais, que o nome de Boa Nova, fôra dado depois à ermida, porque daqui tinham avistado os sitiantes a bandeira branca da rendição, hasteada no castelo, soltando-se então o grito de *bôa-nova*, como sinal ansiosamente esperado, afirmação que é absolutamente infundada, como adeante provaremos, porque já no tempo dos espanhois a santinha da ermida se chamava da Boa Nova.

Quanto ao Hospital, nada nos diz êste autor, sôbre a data presumível da sua fundação, a não ser que é anterior a 1700.

Ora, o alvará de 2 de Outubro de 1621, transcrito no livro VII do Arquivo dos Açôres, que concede à Misericórdia de Angra, a imposição de rendimentos na

carne, vinho e azeite, vem dar-nos uma importante base de apoio para afirmarmos, que no período de 1591 a 1615 devem ter começado e concluído as obras do Hospital. Diz o alvará, como razões da concessão à Misericórdia — «porque tendo a dita irmandade hum hospital onde se curavam os enfermos pobres daquella e mais ilhas e ainda os que alli deixavam as naus da India, frotas e armadas de S. Magestade e outras navegações que ao porto daquella cidade hiam portar de todas as partes, lhe foram tomadas pelas justiças para alojamento e hospital dos soldados castelhanos que de presidio estiveram e o occuparam trinta e dous annos que foi desdo anno da quinhentos e oitenta e tres te o de seis centos e quinze em o qual tempo deixaram o dito hospital caido por terra a maior parte delle, por não estar pera o habitar e sendo por ordem de justiça mandado ver pelos mestres de minhas obras declararam por juramentos serem necessarios dous mil ducados pera efecto de se tornar a redificar com dantes estava».

A Misericórdia de Angra, segundo Ferreira Drumond, autor dos *Annaes da Ilha Terceira*, fôra criada por alvará de 3 de Agosto de 1508, com irmandade de 13 irmãos e o Hospital já estava fundado por alvará de 15 de Março de 1492.

Porque razão, sendo grande o movimento do porto em frotas e outras navegações, e sendo também grande a guarnição da ilha, crescendo portanto as necessidades de hospitalização, deixavam as justiças castelhanas o Hospital da Misericórdia, que haviam ocupado de 1583 a 1615, ou seja durante 32 anos? Naturalmente porque

um outro Hospital se fundou — e foi êle decerto, o da Boa Nova.

Que não existia antes de 1591, prova-se com a "*Histoire de la Navigation de Jean Hugues, de Linschot Hollandois, aux Indes Orientales*, 2.ª edição de 1619, porque na planta que êste nos dá da cidade de Angra, com a data de 1595, não obstante o cuidado com que o arruamento foi desenhado, nada se encontra por onde se possa notar a existência dum edifício com o porte dêste Hospital, ou seja ao menos sinal da ermida, no local onde hoje se encontram, o qual se vê muito bem traçado na planta da cidade, apresentada pelo autor.

Nela ainda se não nota a existência do castelo do Monte Brasil, castelo de S. Filipe, que os espanhois nessa data começavam a construír, o que não deve constituir motivo de admiração, porque Jean Hugues viveu na ilha Terceira de 1589 a fins de 1591, e só neste ano começou a construção, certamente depois dêle a abandonar, sem ter assistido ao lançamento da primeira pedra que, como conta o padre António Cordeiro na sua *Historia Insulana*, «foy lançada & com grande festa & assistencia» na presença do Governador da fortaleza, Don Antonio de la Puebla e bispo de Angra, D. Manuel de Gouvea, facto de tal importância que teria sido digno de notar e que Jean Hugues não menciona no seu livro.

Na sua terra, em 1595, Hugues concluira o desenho da planta da cidade, data com que a subscreve, e nela só pormenorizadamente indica aquilo que existia até 1591. De resto, não faltam minúcias e esmerada preci-

são no desenho dessa planta, que é o mais antigo documento conhecido da topografia da cidade, para nos levar a concluir, que a existir a ermida ou o Hospital da Boa Nova, a sua indicação não deixaria de ser figurada. Lá estão desenhados os castelos que então existiam, o de S. Sebastião e o do alto dos Moinhos, e bem assim todas as igrejas e ermidas dêsse tempo, pela maior parte ainda hoje existentes, algumas de tamanho aproximado ou inferior à da Boa Nova, tais como as ermidas de S. Lázaro, do Corpo Santo, de Santa Catarina, de S. João e outras, o que nos leva a concluir que nenhum fundamento existe para a afirmação do Dr. A. Sampaio, quando coloca a construção da ermida da Boa Nova, em 1584.

Como ainda se encontra hoje, precisa-se rigorosamente na planta da cidade, levantada por Hugues, a existência da rua, que partindo da descida do Alto das Covas para S. Pedro, vem ao lado do convento de S. Gonçalo, continuando depois pela rua do Mota, até ao chafariz do recanto do Hospício e da qual, parte em igual topografia à que existe actualmente, formando o mesmo cotovêlo, a rua da Boa Nova, que vai terminar em terrenos quadriculados, de cultura, na base do Monte Brasil. No que é hoje Hospital Militar e ermida da Boa Nova, veem-se desenhadas muitas casas pequenas, que veem desde o canto, em frente a S. Gonçalo, e se continuam pelo mesmo lado que hoje ocupa o edifício do Hospital, contornando o ângulo da rua da Boa Nova, até uma distância que será, mais ou menos, o limite da parte do Hospital que fica a seguir à ermida.

Devem ter sido a maioria destas casas que mais tarde constituiram o quartel dos soldados castelhanos casados, designação que encontramos em documentos, que adeante transcreveremos, porque, por aquêle nome, não é lícito concluir que todos os soldados casados vivessem na mesma casa. Nelas ficariam as residências das famílias dos soldados casados e por isso se lhes chamava «o quartel dos casados».

O que importa sobretudo frisar, é que já no tempo em que Jean Hugues esteve na ilha, antes da construção do castelo de S. Filipe, existia a rua que hoje tem o nome da Boa Nova e que a partir do canto, em frente a S. Gonçalo, ladeando a rua com idêntica disposição à que ainda hoje se nota, existiam também pequenas casas de moradia.

Mas, se em 1591, se não nota indicação topográfica do Hospital e Ermida da Boa Nova, a documentação de 1641 dá-nos a miúde, nos episódios do cêrco da fortaleza, citação precisa da sua existência, perfeitamente identificada, como hoje, no nome e nas mesmas relações de vizinhança com S. Gonçalo e entrada para o castelo, como adeante veremos.

Já o Padre Cordeiro na sua *Historia Insulana* ao descrever no Capítulo IX «Da mayor Fortaleza, ou Castello de Angra», diz:

«Começa pois da parte da Iiha, a entrada para esta Fortaleza em hûa Ermida de Nossa Senhora da Boa Nova, que tem seu Hospital para os doentes soldados do Castello, & com agua dentro & cerca capaz de tudo, & em distancia do Castello hum tiro de mosquete; adiante & pouco mais de hum tiro de espingar-

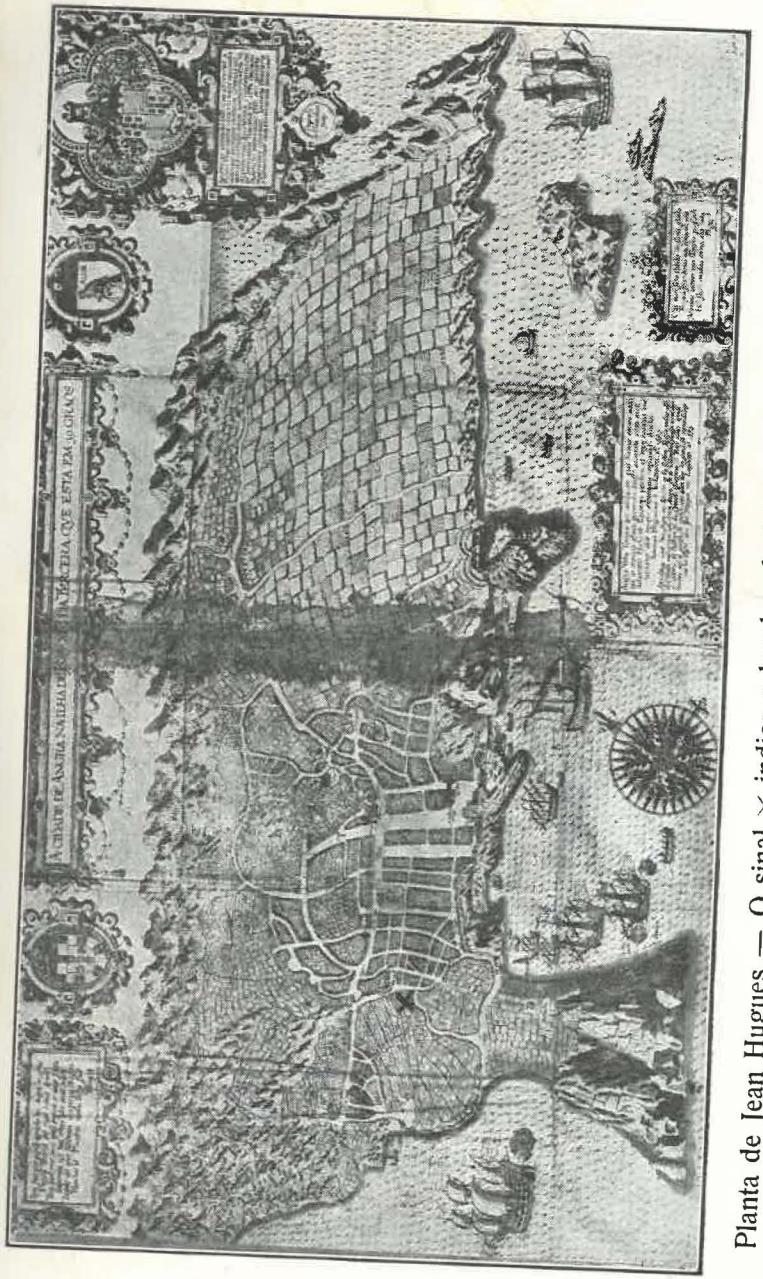
da, está huma fonte perenne com seu chafariz, bicas & tanque, agua boa de que ordinariamente bebe a gente do Castello, & tem casa, & guarda do Castello, & assentos com bella vista, etc.» — o que prova, que no tempo de Cordeiro, 1641-1722, já existia o Hospital Militar.

Mas, mais adeante, a pág. 385, capítulo XXXII, contando a «Aclamação d'el-rey D. João, o IV», diz o seguinte:

«Em a propria manhã da quinta feyra Santa foy saqueado pelos nossos soldados o quartel aonde tinhão vivido os soldados Castelhanos casados, de junto a São Gonçalo até a Boa Nova, & tudo bem defronte do Castello, que com sua artelharia acabou de arrazar o tal quartel».

Naqueles tempos recuados, o que seria um Hospital, é fácil imaginá-lo, se nos lembrarmos do atrazo em que se encontrava a ciência e instalação de tais estabelecimentos de assistência, podendo-se assim arranjar fácil explicação para o relato dos cronistas, que falando do cêrco ao Castelo, nos episódios do saque ao quartel dos soldados casados, sito à Boa Nova, não fazem menção do Hospital, como se êle não existisse. Provavelmente, será mesmo o motivo porque alguns consideram como dissociados, ermida e hospital, entre os quais o Dr. Alfredo Sampaio, que mais terminante e em data anterior a 1700, julga ter sido êste último construido, vindo assim juntar-se à ermida já existente.

Mas a citação do Padre António Cordeiro, que descreve a existência do Hospital e da cêrca com água dentro, facto que verificou decerto com seus pró-



Planta de Jean Hugues — O sinal × indica o local onde foi construido o Hospital da Boa Nova

prios olhos, indica-nos que naquela data de 1641 a 1722, já o Hospital estava construido, tanto mais que depois da Restauração, não se encontra nenhum documento ou citação a indicar-nos os trabalhos da construção, o que não é de fácil crédito, fôsse omitido ou totalmente perdido à investigação histórica, acrescendo que tudo o que ao Hospital se refere, como no *Regimento do Castello de São João Baptista*, de 20 de Setembro de 1669, que adeante transcreveremos, o considera como já funcionando.

De resto, o exame da planta do Hospital e a observação directa do edifício, conservando as suas linhas gerais desde a primitiva, indica-nos que a construção obedeceu toda ao mesmo plano, não sendo fácil, nem mesmo por conjectura, dissociar a Ermida da Boa Nova do edifício própriamente hospitalar. Construídos ambos no mais perfeito alinhamento, tendo a porta de entrada para a ermida, colocada na parede lateral que margina a rua da Boa Nova, quando é de regra ser a entrada situada na face oposta ao altar, único que a ermida tem e sempre teve, como se conclue pela existência do arco da capela; a situação da sacristia ao longo da parede oposta à da rua, entrando na cêrca e por ela se servindo; a própria comunicação interna, pela face oposta ao altar, com o interior do edifício do Hospital e que hoje se encontra murada; são elementos de apreciação que nos levam a concluir da simultânea construção do Hospital e da Ermida, então como era de uso, para o serviço de assistência religiosa aos doentes. O quartel dos casados, de que falam os cronistas, seriam as casas existentes na rua do Mota,

como o revela a planta de Jean Hugues, as quais ainda hoje existem no alinhamento do Hospital para o lado de S. Gonçalo.

Não desejariamos citar senão documentos autênticos, mas neste trabalho de dedução que vamos desfiando, para provar que Hospital e Ermida se construiram de conjunto, no tempo do domínio castelhano e numa época que colocamos entre 1591 e 1615, servenos de referência a *Relação da guerra desta cidade d'Angra com a Fortaleza de S. Felippe do Monte Brazil*, que encontramos transcrita no livro v do Arquivo dos Açôres. É um documento bastante pormenorizado, que nos dá a nota do cuidado com que o seu autor o redigiu, mas que tem para o seu crédito o apreciável embaraço de não ter assinatura nem ser datado. Contudo, como documento digno de fé, o Padre António Cordeiro, na obra citada, quando se refere à capitulação da Fortaleza, diz desta "*Relação*, o seguinte: «A Relação que até qui fomos seguindo, recopilando a substancia do principal, que traz em vinte & seis capitulos, escritos naquelle tempo, ha mais de setenta annos, e posto que nella não se assina author algum, della se colhe ser homem secular, ser verdadeyro & liso, sem se lhe notar payxão a parte algûa, pelo que a temos & julgamos por muyto verdadeyra».

Escrevia o Padre Cordeiro a sua *Historia Insulana* à roda dos 76 anos de idade e fôra a *Relação* anónima escrita 70 anos atrás, diz êle, portanto na sua geração, mas embora não descubra o autor, é fácil presumir que dêle soubesse o bastante para o considerar como «verdadeyro & liso» dando-lhe ao relato a sua

aceitação de ser «muyto verdadeyra». O que o próprio documento indica, é que foi escrito em 1641, porque principia assim — «em 7 de Janeiro deste presente anno de 641» — e isso, com o crédito que lhe dá o Padre Cordeiro, mostra-nos que o seu autor viveu os episódios que narra quando se refere ao cêrco da fortaleza de S. Filipe. É justamente ao descrever esta, que nos dá conta da existência do Hospital, como se verifica pelo seguinte trecho: «A estrada ou caminho que vay da cidade para a dita fortaleza he huma rua ultima do coartel a donde estava hum hospital dos mesmos castilhanos com huma hermida de Nossa Senhora da Bôa Nova de muita romagem e devoção a quoal está arruinada com a sua artilharia por ficar perto á rua ou estrada, está lageada athe huma fonte de duas bicas que correm de contino em hum muy grande tanque de rica agoa que se lhe dava do cano da cidade de que bebia todo o castello a quoal se lhe quebrou loguo quoando comessou a guerra, e junto a esta fonte huma caza de telha que servia de corpo da goarda debaixo de huns alemos, e no comprimento da rua hum peitoril de cantaria pera assento e descanso dos que por aly caminhão com alegre vista pera o mar e pera a terra, etc.»

Como se vê o relato completo do que era a bela obra construída pelos castelhanos, — Tanque do Azeite, casa da guarda, acesso à fortaleza, tal como hoje existe e na qual, conforme pretendemos demonstrar, existia já enquadrando no conjunto a Ermida e o Hospital da Boa Nova. Então, como hoje, na rua ainda havia espaço bastante para lá caberem casas onde se alojassem

os soldados casados e as suas famílias. Se os cronistas sómente se referem a êste quartel dos castelhanos casados, que foi saqueado, é porque nos episódios do cêrco a sanha dos sitiantes mais se manifestára no saque a essas casas inimigas.

De resto, é compreensivel que os castelhanos, que com tanto cuidado proviam à defêsa e guarnição da ilha, sentissem a necessidade da construção do Hospital.

Era grande o movimento de tropas, não só da guarnição da ilha como das frotas e armadas que a ela aportavam para defêsa da navegação, que fazia o trânsito comercial das Indias. E como se demonstra pelo alvará citado de 2 de Outubro de 1621, que concedia privilégios de rendimentos à Misericórdia para reedificar o seu hospital, que se encontrava «caído por terra» e — «incapaz de ser habitado, pelo uso que dêle fizeram os soldados castelhanos» — a necessidade de um outro hospital para tratamento de toda essa gente, era facto que se impunha.

Por êsse motivo o construiram os espanhois, e quanto à afirmação de que a ermida primitivamente se denominava de Nossa Senhora do Terço, ponho-o também de remissa, porque em 1641, 26 anos depois da data presumivel da sua construção, já ela se chamava da Boa Nova, como se demonstrou pelas citações transcritas. De resto, o *Terço* a Nossa Senhora, rezava-se por aquêles tempos em todas as ermidas, como o afirma o Padre Cordeiro na obra citada — «Ha mais em Angra tantas Ermidas & de tanta devoção, que todos os dias em tres dellas se canta o Terço da Senhora, na da Boa Nova, etc.» Notabilizara a devoção do *Terço*, em 1653, na ermida da Boa Nova, as pregações do Padre António Vieira, no seu regresso do Maranhão, e pode muito bem ser essa a razão porque tivesse ficado durante algum tempo na tradição popular, o chamar-se-lhe a ermida do Terço, decerto, porque ao Terço ensinado pelo insigne orador sagrado, haveria a concorrência e nomeação pública, que o nome prestigioso do prégador imponha.

De resto, o nome de Boa Nova, quadra perfeitamente com o significado que tinha a imagem da ermida nêsses tempos agitados e perigosos das nossas navegações, porque seria de Boa Nova aportar à Ilha Terceira de regresso das Indias, já a caminho da Pátria, depois de tantos perigos se ter passado. E, assim, existindo o nome 26 anos depois da sua fundação, ainda hoje se conserva e dá nome ao local da cidade onde se encontra situada.

Era então agitada a tranqüilidade das ilhas pela guerra de piratas e corsários que infestavam os mares dos Açôres, dando caça e saque aos navios que regressavam carregados de ouro e outras riquezas do El-dourado americano, a caminho da Espanha.

Diz o Padre Cordeiro que «chegado pois o tempo em que Castella entrou no governo de Portugal & em que emfim entrou na Ilha Terceyra, fez o prudente Felippe II, tal conceyto de quanto lhe importava esta Ilha, como cabeça das mais, & tal juizo do sobre descripto monte do Brasil, que logo tratou de fundar nelle hum Castello, que não só lhe defendesse a Terceyra,

mas ainda as mais Ilhas, ou as restaurasse ao menos, se por inimigos fossem entradas.»

Em guerra constante com a França e a Inglaterra, queria o Imperador da Espanha, o soberano mais poderoso da sua época, assegurar-se o domínio dos mares, e por isso resolvera construir esta fortaleza, nos melhores princípios de tática naval, como indispensável base de apoio para as suas esquadras, fortaleza que já em 1612 se encontrava bem artilhada e provida, ou sejam 21 anos depois do início da construção, a qual ainda hoje se admira circundando o Monte Brasil em bom estado de conservação, a dizer-nos o que naquele tempo seria como um formidável reduto.

O próprio Jean Hugues que esteve na ilha no tempo do domínio castelhano, antes da construção do castelo, cita episódios interessantes da vinda de navios carregados das Indias e da Mina, com ouro, prata e pérolas, e da pirataria dos ingleses que mesmo à vista das ilhas os esperavam para os roubar, afundando-os após o saque e desembarcando depois na costa as tripulações que escapavam da chacina. Conta que em Novembro de 1589 chegaram duas grandes naus carregadas com cinco milhões de prata, em laminas de oito e dez libras, além do ouro, pérolas e outras mercadorias ricas, tendo descarregado na Terceira êsse rico carregamento à espera dos navios que as deviam comboiar. Só em pérolas, duma vez, chegára um navio com carga no valôr de sessenta mil ducados. Eram riquezas fabulosas, mas os navios não vinham suficientemente protegidos, esperando-os os ingleses pelas alturas da ilha do Corvo, para os saquearem.

A 25 de Agôsto de 1591, chegou à Terceira uma esquadra de trinta grandes navios para darem caça às naus dos ingleses e foram para o Corvo, onde estavam à espreita do saque, dezasseis navios desta nacionalidade. Era tanta a perda de barcos por motivo da pirataria e das tempestades, que de 220 navios partidos da Espanha em 1589, para as Indias orientais, só 14 haviam regressado.

São afirmações que se não podem pôr em dúvida, porque Hugues deu conta daquilo de que teve directo conhecimento, pois viveu na ilha Terceira de 1589 a 1591.

Ferreira Drumond, o autor dos *Annaes da Ilha Terceira*, documentário base de todos os episódios da ilha, colhidos em documentos autênticos, e que só pode pecar pela linguagem pesada e sem brilho dum homem de poucas lêtras, que supria a deficiência de letrado pelo trabalho consciencioso e honesto de investigador, Ferreira Drumond conta-nos que — «com o descobrimento da India Oriental começou a ilha Terceira a gozar das joias e riquezas daquelle novo mundo, dando provimento ás naus, e mais embarcações que nella seguravam viagem; e pelo grande rendimento d'alfandega lhe deu El-Rei D. Manuel Foral, em Lisboa a 4 de Julho de 1499, e por elle foram creados o juiz e escrivão». Era a data em que Vasco da Gama teria passado pela ilha no regresso da descoberta do caminho marítimo para as Indias, aqui deixando sepultado o irmão Paulo da Gama.

Conta, que já no ano de 1526, viera o capitão-mór Garcia de Sá com três naus e sete caravelas para espe-

rar as naus da Índia e que todos os anos vinham armadas às ilhas, citando as de 1533 e 1542. Nas próprias ilhas Terceira e S. Miguel, em 1551, foram construidas esquadras que tinham por missão ir esperar as naus da Índia, na altura do Corvo, e dar-lhes comboio. Diz «que durante a dezena de 1560 a 1570 se proveu na fortificação da Terceira, e melhoramento da ordenança militar, o que até alli nenhum cuidado parecia dar, talvez porque os corsarios só haviam infestado o alto mar, havendo agora motivos para serem esperados na costa da ilha». Construiam-se então por ordem do rei, em 1572, as fortalezas do Porto de Pipas e do Fanal e era reparado o castelo da cidade onde hoje se encontra a Memória a D. Pedro IV.

Cita tambem episódios interessantes e valorosos de luta com corsários. «Em 1597, o povo da cidade defendeu no porto da cidade 12 galeões carregados de prata, contra 150 velas de que era general o Conde d'Essex, que ás bombardadas as queria tirar. A nau Conceição que vinha da Índia foi tambem salva apesar do ataque duma armada holandeza».

Como se vê, era a rapina mais completa. Estavam os mares dos Açôres em constante ameaça por piratas de várias nacionalidades. Contudo, quando Filipe II de Espanha, usurpou a corôa portuguêsa e conquistou a ilha, diz Ferreira Drumond que «se achava a ilha Terceira rica e próspera, em razão da frequência das armadas e frotas da India, Mina, Guiné, Brasil e d'outras muitas partes que ao seu porto vinham. E assim tambem em todos os annos vinha armada de Portugal, por causa dos corsarios que de varios reinos sahiam a

infestar estes mares dos Açores, como temos dito, saqueando as naus, e todos os navios de comercio que podiam, e fazendo todo o genero de hostilidades e cruezas imaginaveis. Aqui portanto se proviam dos viveres necessarios estas armadas tomavam comboio, e gente para sua guarnição, até seguirem a sua derrota, deixando aos moradores da terra bem pagas as cousas que lhes compravam, e os serviços que elles faziam».

Mas não eram só os cronistas das ilhas que afirmavam o valôr da Ilha Terceira, como base naval dos empreendimentos marítimos. O licenciado Christoval Mosquera de Figueroa, auditor geral da Armada e Exército d'el Rey Catolico, fazendo o relato da *Jornada de las islas de los Açôres*, conquista da ilha Terceira em 1583, referindo-se à cidade de Angra, diz: — "*Es mucho el comercio con las Indias Orientales y occidentales, ror ser escala importantissima para el refresco y refugio de sus armadas, por tener en si agua en abundancia muy delgada y saludable, hermosas campiñas de mucho trigo, cevada y pastel, que es de mucho valor, y se provee Flandres, y Inglaterra, y España.*

. . . . . .

Tam pouco se avra visto conquista de Isla de tanta importancia como esta, porque de rendirla resulta, venir a escusarse el trabajo, y grandes costas de preparar cada año uma gruessa armada para assegurar las flotas, que con tanta riqueza de plata y oro vienen cada año de entrambas Indias, las quales forçosamente han de traer por alli la derrota„.

Eram razões fortes para que Filipe II mandasse construir a grande praça de armas que era a fortaleza

de S. Filipe,—a qual depois da guerra da restauração, por alvará de 1 de Abril de 1643, passou a denominar-se Castelo de S. João Baptista, — assegurando assim o domínio e a segurança completa na base marítima que era então a Ilha Terceira.

É o que muito bem diz Drumond «disto se pode colligir quanto El-Rei anhelava o fim das obras desta fortaleza, não só porque com ella dominava a Terceira, mas tambem todas as outras ilhas, facilitando deste modo a comunicação com as possessões ultramarinhas pela provisão das frotas que a ellas vinham refrescar».

Se havia um tal movimento de frotas, episódios de combate e uma grande guarnição militar na ilha, é lógico admitir que surgisse também e se impozesse a necessidade imediata de prover aos meios de cura e tratamento para tanto pessoal, e assim se justifica que o Hospital da Boa Nova fosse incluido no plano das obras da fortaleza, sendo construido pelo mesmo tempo.

Em 1612 estava já «bem artilhada e provida» a fortaleza ; em 1615 deixam os soldados castelhanos de utilizar o Hospital da Misericórdia — é imediata a conclusão de que, por essa data, começou a funcionar o Hospital da Boa Nova.

Sôbre o portão do Hospital ainda hoje se encontra um bloco quadrangular, rematado em cima por uma esfera armilar, apresentando esculpido em bom desenho e execução uma cruz como as de Malta. E sôbre a porta de entrada da ermida está tambem lavrado em pedra o escudo real português, tendo no angulo inferior uma pequena cruz esculpida. São relíquias do passado

que nos dão a confirmação de que o edifício do Hospital esteve sobre o domínio da Ordem Militar de Cristo.

Diz o Dr. Alfredo Sampaio que «foi neste templo que se celebraram os tratados da capitulação castelhana, pelo que El-rei D. João IV, elevou esta ermida a *Capella-real*. Ainda hoje existe sobre a modesta porta de entrada, o timbre das armas reaes daquela epoca».

Foram, decerto, emblemas ali colocados depois da rendição da fortaleza, quando se reconstruiu a ermida danificada pelo bombardeio do castelo, porque é evidente, que esta não existindo antes do domínio castelhano, para ela se não verificaria o que então fôra estabelecido por D. Afonso V, que fizera doação à Ordem Militar de Cristo, por carta passada em Lisboa a 7 de Junho de 1454 — *das terras do Ultramar adquiridas e por adquirir para todo o sempre*, doação que foi confirmada pelas Bulas dos Papas Nicolau V e Calixto III, que davam toda a jurisdição espiritual *nas terras descobertas e por descobrir no Ultramar* à referida Ordem Militar de Cristo. A bula de Calixto III é de 3 de Março «do anno da Encarnação do Senhor» de 1455 e reproduz por extenso a anterior de Nicolau V. Mais tarde outro Papa, Xisto IV, confirmou estas pela sua bula de 21 de Junho de 1481, onde se encontram especificadas a mais *as ilhas dos Açôres e das Flôres*.

Mas, embora as terras adquiridas e descobertas pertencessem à Ordem Militar de Cristo, o domínio espiritual cessava a instâncias de D. João III, levando o Papa Paulo III a criar a Sé de Angra em 3 de Novembro de 1834. Até 1517, no que respeitava a conquistar, o mestrado de Cristo tinha a sua séde no Funchal, e no

que respeitava a capelas-mores, «que de novo se fizerem», ainda em 1568, como se vê pelo alvará de 16 de Junho dêste ano, não obstante a criação da diocese, ficavam sob a jurisdição da dita ordem de que o rei «como governador e prepétuo administrador que sou da cavallaria do nosso Senhor Jesus Cristo» fazia saber.

O que é certo é que D. João IV, fazia reviver após a Restauração, o domínio do mestrado de Cristo nas terras conquistadas, e o Hospital da Boa Nova com a sua capela real, colocava o emblema respectivo sôbre a sua porta de entrada. Embora se não notem fortes interferências da Ordem na administração das ilhas, pelo menos estava consagrado que a ela fossem doadas, porque mais tarde, quando da organização administrativa dos Açôres pelo decreto de 2 de Agosto de 1766, no seu capítulo VI ainda encontramos referências nesse sentido — «sendo obrigação proteger como rei a igreja e seus Ministros em tudo o que a razão e a justiça o podem permitir ; e porque como Grão Mestre da Ordem Militar a que pertencem as referidas ilhas».

Fala o Dr. Alfredo Sampaio em rendimentos do Hospital, sem nos dizer quais eram, nem da confraria que diz ter existido, encontro documento ou outra citação por onde me possa guiar, tanto mais que êle mesmo parece desdizer-se quando afirma que a Ermida fôra construida pelos castelhanos em 1584 «ficando por esse facto pertencendo ao Castello».

É ponto de dúvida que só permitiria desvendar uma consulta ao arquivo da Ordem de Cristo, empresa que me é vedada pela distância a que estou. Mas sobejam-me as razões apontadas para duvidar da existência

da «rica confraria». O autor citado, tomou, decerto, conhecimento superficial dos livros de registo que se encontram no arquivo do Governo Civil de Angra, referentes ao almoxarifado do Hospital Militar, e como neles se encontram mencionadas rendas e géneros fornecidos ao mesmo, é facil crêr, tivesse concluído por deficiente consulta, serem rendimentos próprios do Hospital, quando, afinal, eram dados para o seu custeio pela Real Junta de Fazenda, a requisição, segundo as necessidades e o movimento dos enfermos.

A Ermida e o Hospital, fôram construidas para o mesmo fim. O tipo da construção e a ligação intima dos dois edifícios assim o confirma. Casa de repouso para os navegantes das Indias ? centro de tratamento para os que vinham extenuados e doentes ? — o próprio nome de Boa Nova era a esperança que renascia.

Embora o emblema sôbre o portão do Hospital nos indique o patrocínio do mestrado de Cristo, não encontramos de futuro, como adeante veremos, interferência que se precise entre a Ordem e a administração do Hospital.

Ainda vivem pelos tempos fóra, intimamente ligados Hospital e Ermida, mas depois, continuando sempre o Hospital, a Ermida entrava em decadência e abandono. Em 1828, diz o Dr. A. Sampaio «foi a ermida profanada, e nella funcionou a primeira imprensa dos Açôres, denominada da *Prefeitura* ou do *Governo*, desde 1832 até 1835».

Depois «retirada d'alli a imprensa por ordem do Prefeito Luiz Pinto de Mendonça Arraes, Barão de Vallongo, alguns devotos conseguiram, com a acquies-

cência do Governador do Castello, Joaquim Zeferino de Sequeira, restaurar esta ermida, onde se resava todos os domingos de tarde, o Terço de Nossa Senhora».

Nos últimos tempos passou para a Caserna Militar o encargo de olhar pela ermida, desligando-a completamente do Hospital, no recinto do qual se encontra incluida, facto que por si só justificaria a êle ficasse adstrita para sua guarda e conservação, ou que mais não fosse para sala mortuária ou outra qualquer aplicação hospitalar. E ainda para completa desgraça, há cêrca de um ano, tudo o que restava como relíquias do seu passado histórico — Santos, sino, ornatos do altar, foi posto em leilão, perdido para sempre, por pouco mais de duzentos escudos.

Fôra ridicula a receita, mas, mesmo que a soma subisse, o lucro do leilão ficava muito aquém do que irremediavelmente se perdia alienando aquelas velhas relíquias do nosso património histórico.

OS REGULAMENTOS DO HOSPITAL

Sôbre o modo como funcionava o Hospital da Boa Nova, no tempo dos castelhanos, nenhum documento ou citação podemos colher, que nos indicasse qualquer pormenor acêrca do serviço e da sua regulamentação.

De resto, pelo que se sabe dêsses recuados tempos, sôbre o Hospital de Todos os Santos, quanto a deficiências de instalação e assistência, é fácil prever o que seriam os hospitais própriamente militares no tratamento dos seus doentes.

Mesmo no que respeita a normas médico-militares nacionais, a primeira documentação a mencionar encontra-se nas «Ordenanças Militares de 1643», pedidas pelo rei a Joanne Mendes de Vasconcellos e por este ditadas a 15 de Dezembro do mesmo ano, que se acham transcritas na *Historia do Exercito Portugues, Provas*, de Christovam Ayres, o que parece indicar, que nesses tempos, não eram os filhos de Esculápio os mais competentes para sôbre o assunto ditarem opiniões.

Segundo o autor citado, Joanne Mendes de Vasconcellos, era homem altamente versado na ciência militar «que teve um lugar de eleição no apreço dos seus contemporâneos e continuou a viver na esteira dos

vindouros». Era chamado o «Oráculo dos preceitos Militares» e as suas «Ordenanças», ele próprio o dizia, eram baseadas «conforme o melhor uzo da Europa mostrava que convinha praticar-se». Tinha-o visto aplicar e aprendido na Flandres, afirmando-se um renovador quando dizia que «são mais necessários mestres vivos que documentos mortos».

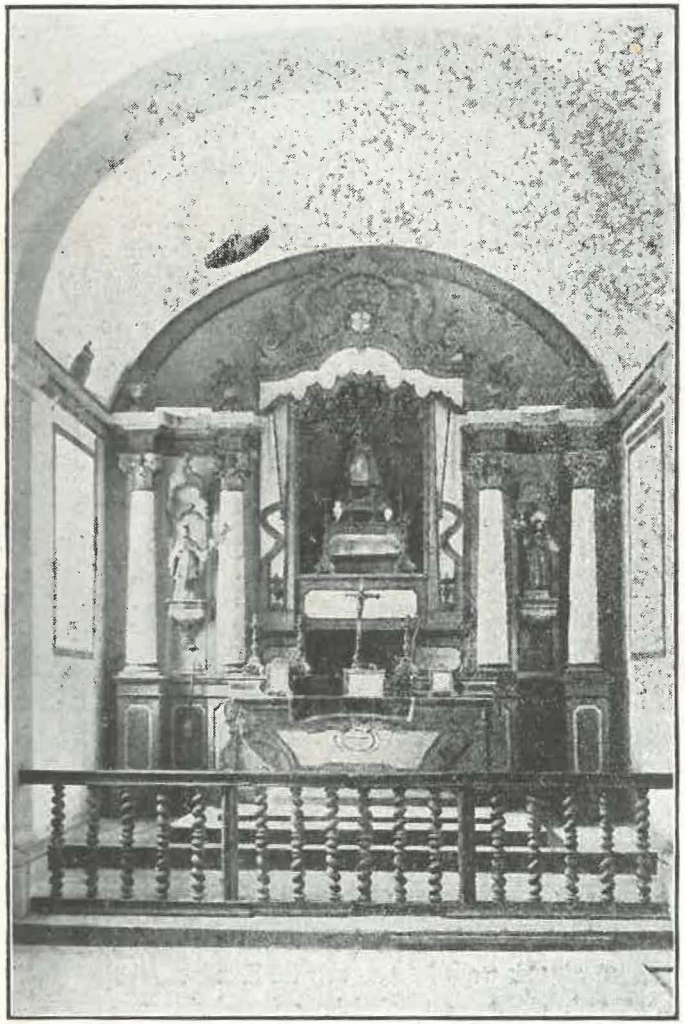
O que seriam as normas reguladoras dos hospitais militares, depreende-se pela questão que o rei então pôs e que se encontra sob

T.º 28

Os administradores dos Hospitaes dos exercitos se ham de nomear em sacerdotes de g.de charidade e virtude, eleitos de capellains mores dos terços ; e sam os aq.m toca o gouerno delles, receber, e despedir os imfermos, superintender em sua cura, e por suas ordens mandar destribuir as mezinhas, e regalos dos feridos e imfermos.

Ao que Joanne dava como resposta :

He costume aver hum Administrador geral do Hospital Real de cada exercito, q. he offissio que se deve prouer em sacerdote, clerigo, ou pello menos pessoa de letras e tensura, abastado de bens de fortuna p.a q. a necessidade o não obrige a fazer couza indigna, no meneo do dinheiro q. entra em seu poder p.a se destribuir na cura dos imfermos ; e sendo V. Mag.e servido juntar estes dous off.os de sorte q. o Administrador geral do eccleziastico o seja tambem do Hospital, sera



Altar da Ermida de Nossa Senhora da Boa Nova

necessario declarallo assim na sua patente, em q. acho conniviencia por escuzar hum soldo mais.

Os Administradores dos Hospitaes particulares estam sugeitos ao geral do Hospital Real, e o q. delles se diz em seu titulo está bem advertido.

Então como nos hospitais civis, estava nas mãos da classe sacerdotal a administração da assistência aos enfermos militares.

E mais adeante, no título 37, indica a conveniência de existirem «Fizicos e Cirugioins mores nos Exercitos», como já existiam e se depreende da questão posta pelo rei «em q. concoram muitas e aprovadas experiencias», fixando por mês os seguintes soldos — para o «Fizico mor do exercito», 60 cruzados, para o «Cirugiam mor», 50 cruzados.

Sôbre a influência destas ordenanças no funcionamento do Hospital da Boa Nova, não encontramos qualquer documentação, mas 26 anos depois no *Regimento do Castello de São João Baptista*, de 20 de Setembro de 1669, encontram-se as seguintes normas «para o provedor da fazenda cumprir» que são já verdadeira regulamentação dos serviços do Hospital, que transcrevemos, sómente na parte que ao mesmo interessa.

. . . . . .

Cap. 6.º

(2)

Haverá dous capellães que farão assistencia no Castello, para administrarem os sacramentos aos offi-

ciaes e soldados do prezidio delle e do Hospital e terem cuidado com a Igreja do Castello e Ermida de Nossa Senhora de Boa Nova, com a jurisdição que havia o administrador do hospital, o qual houve por meu serviço manda-lo extinguir e um destes capellães haverá a praça de quatro mil reis por mez e serão obrigados ambos a dizer missa pela alma do official e soldado no dia do seu falecimento ou no do seu enterro

Cap. 7.º

Haverá um sanchristão para serviço da Igreja com praça de mil e quinhentos reis por mez, o qual será nomeado pelo capellão mór e obrigado a seguir as ordens dos ditos capellães no que pertencer ao serviço da Igreja do dito castello e Ermida de Nossa Senhora da Boa Nova do Hospital, a este lhe mandará sentar praça o Governador do Castello. (3)

Cap. 8.º

Haverá no dito Castello um medico e um cirurgião com praça cada um delles de tres mil reis por mez e serão obrigados a vizitar os enfermos no Hospital e fora delle e os mais do prezidio sem lhe levar cauza alguma por isso, e não se lhe pagarão seus soldos sem uma certidão jurada do Capellão mór em como assistem com cuidado á cura dos officiaes e soldados, assim dos que se curarem no Hospital como fora delle em suas cazas e a nomeação de medico e cirurgião será na forma que thé gora se fazia.

Cap. 9.º

(4)

Haverá um Sangrador com praça de dous mil e quinhentos reis por mez com obrigação de sangrar e barbear aos officiaes e soldados assim no Hospital como fora delle, e não será pago de seu ordenado sem apresentar certidão do Capellão mór, como satisfez a sua obrigação.

Cap. 10.º

Haverá um boticário que será obrigado dar todos os medicamentos pelas receitas do medico e cirurgião, as quaes irão assignadas pelo Capellão mór e nellas se declarará as que são para os enfermos do hospital ou para os officiaes e soldados que se curarem em suas cazas, (5) declarando-se os nomes dos doentes e de que companhia são, e quando se mandarem pagar as receitas o Provedor da fazenda mandará examinar se foram para os officiaes ou soldados declarados nellas e as taes receitas contará o medico do hospital abatendo-se a terça parte dos preços do Regimento do Fizico mór, a qual diligencia mandará fazer o dito Provedor da fazenda, para lhe mandar pagar o valor das ditas duas partes.

Cap. 11.º

Haverá uma pessoa capaz que tenha a occupação de mordomo do hospital e servirá juntamente de enfermeiro, o qual terá um livro de receita e despesa e o

dinheiro que receber para a cura dos enfermos lhe ha-de entregar o pagador (6) por mandados do provedor da fazenda e carregado em receita e della se passará conhecimento em forma para a despeza do dito pagador e no mesmo livro em titulo separado se lançará a despeza que se fizer com os enfermos cada dia que será assignada pelo capellão-mor e todos os mezes lhe recenseará a conta ao Provedor da fazenda examinando se as despezas estão bem feitas vendo os livros das altas e baixas dos enfermos que curaram e no fim do anno lhe tomará conta a final e lhe passará sua quitação e constando ao Provedor da fazenda, que não procede como convem o dito mordomo, assim no trato dos enfermos como na verdade das despezas o poderá despedir e nomear outro e na mesma forma aos dous serventes, que hãode assistir ao dito mordomo, o qual terá de salario dous mil e quinhentos reis por mez e a cada um dos serventes mil e quinhentos reis por mez.

Cap. 12.º

(7) Haverá um escrivão da receita e despeza do mordomo do Hospital, o qual será Luiz Lopes Estaço e servirá tambem de escrivão da matricula do castello, com os quaes exercicios haverá de ordenado cinco mil reis por mez em satisfação da propriedade de um alvará meu que tinha do officio de Escrivão da auditoria, o qual fui servido extinguir por este Regimento.

. . . . . .

Cap. 50.º

O dinheiro da contribuição do hospital e dos officiaes e soldados que se curarem nelle ha-de ficar descontado nos pagamentos encorporado na fazenda real, e para o sustento dos enfermos ha-de mandar entregar o Provedor da fazenda cada mez o dinheiro necessario na forma em que fica referido no capitulo onze. E o mordomo mor e enfermeiro do dito hospital não aceitará official ou soldado algum para se curar nelle sem certidão do escrivão da matricula de como lhe fica posto verba no seu assento do dia em que vai ao hospital que diga = fulano, soldado de tal companhia vai doente curar-se ao hospital em tantos de tal mez e anno, de que lhe fica posta verba em seu assento a folhas tantas, = e por esta certidão assentará o escrivão do hospital no livro que haverá nelle as altas e baixas dos officiaes e soldados que nelle se curão na forma seguinte = fulano, soldado de tal companhia entrou a curar-se neste hospital real, em tantos de tal mez e anno, veio com certidão de baixa do escrivão da matricula pelo qual constou ficar posta verba em seu assento a folhas tantas. = E quando se despedir porá verba á margem em que diga : = Foi despedido em tantos de tal mez, e levou certidão para se lhe dar alta em seu assento, que se fará na forma seguinte :

= Fulano, soldado de tal companhia entrou a curar-se neste hospital real em tantos de tal mez e vai despedido em tantos, = e lhe dará alta o escrivão da matricula ; e nos assentos dos que morrerem se porá á margem o dia em que faleceram e aonde foram a

enterrar, para se poder passar certidão a seus herdeiros, notando-se em seu assento o dia em que faleceram.

. . . . . .

Como se vê, verdadeiras minúcias regulamentares para que o serviço fosse feito com precisão.

No original que se encontra na Torre do Tombo e que transcrevo por cópia do *Archivo dos Açôres*, existem à margem anotações com as chamadas indicadas e que neste se encontram tambem transcritas com a nota de que «indicam observações de 1766, quando se tratava de reorganizar os serviços, por ocasião da Capitania Geral».

São elas :

(2) Nesta materia se faz precisa providencia.

(3) É incompativel o serviço das duas Egrejas.

(4) Não ha quem queira servir, por ser muito tenue esta praça e o trabalho excessivo, e só as barbas vem a sair a menos de real.

(5) Deve-se restringir os remedios tão somente para os que forem ao hospital, porque é esta despesa excessiva pelos abusos que se tem introduzido ; e os Medicos que são todos do Boticario lhe dão um grande consumo com importantes receitas, podendo serem os remedios mais ordinarios.

(6) Optima providencia.

(7) Este officio não tem proprietario, e não é justo que seja escrivão do mordomo, mas sim o do Almoxarifado.

Pelo mesmo Regimento, na parte respeitante ao castelo, conclue-se que existiam 300 soldados de infantaria e 50 de artilharia. Era muita gente para o pobre do barbeiro, sangrar e barbear apenas por dois mil e quinhentos reis ao mês !

Tinha então o Hospital pessoal técnico, — médico, cirurgião e sangrador, que acumulavam o serviço com o do castelo, e pessoal administrativo — mordomo e escrivão, mas era ao capelão-mor que competia certificar dos serviços prestados pelos médicos — «não se lhe pagarão seus soldos sem uma certidão jurada do capellão-mor em como assistem com cuidado á cura dos officiais e soldados». O que prova que era ainda a classe sacerdotal que superintendia na administração do Hospital, intervindo, senão na cura dos enfermos como na questão posta pelo rei D. João IV a Joanne de Vasconcellos — «receber e despedir... e por suas ordens mandar distribuir as mezinhas e regalos dos feridos e infermos», ao certo na fiscalização da assistência, o que punha os profissionais da medicina e da cirurgia num plano muito inferior.

Mas, o que seriam os serviços do Hospital dessa data em deante e a falta de cumprimento do que fôra estatuido com tão boas intenções de assistência e administração, vamos encontrar a suspeição, 97 anos mais tarde «na Correspondencia do Provedor da Fazenda nos Açôres, Manoel de Mattos Pinto de Carvalho, sobre a administração das Ilhas, de 9 de Agosto de 1766» onde se diz :

«Sendo os Hospitaes de uma utilidade de tanta consequencia para o publico, é sempre o seu expediente

o mais desordenado. O da Ilha Terceira não pode ser mais relaxado, e o descaminho das suas rendas e instituições pias de mais escandalo, e por isso se faz digno de uma geral providencia. Nestes termos seria muito do serviço de Deos e de Sua Magestade que se desse forma e ordem á sua arrecadação e despeza sendo o novo governador o seu protector».

Não diz a correspondência do Provedor se êste se referia em especial aos Hospitais das Misericórdias, o que parece depreender-se pelo que cita de descaminho de rendas e instituições pias, mas pelo que respeitava a Hospitais militares, por todo o país as coisas seriam parecidas como adeante veremos, motivando dos novos regulamentos e instruções.

O pessoal de saúde existente nesta data, como se verifica pela «Noticia do Castello de S. João Baptista, pelo capitão-mor d'Angra, em 1766, Manuel Homem da Costa Noronha», era então o mesmo de 1669, variando apenas o aumento de vencimentos ao médico. — «Tem um medico com 50$000 reis de ordenado e um cirurgião com 36$000 reis de ordenado, pagos no pé de lista da primeira Plana, pela consignação da Madeira ; e um barbeiro pago na mesma forma com 30$000 reis de ordenado, para sangrar e fazer a barba aos soldados. Tem 2 capelães, maior e menor. Este com 36$000 aquele com 60$000. Para o curativo dos officiaes e soldados deste castello ha um hospital magnifico com uma ermida de Nossa Senhora da Boa Nova, cujo rendimento sahe todo da Fazenda Real. Para assistencia dos remedios tem boticario certo, a quem se pagam os remedios pela importancia das receitas que se incluem na consignação da Madeira».

Mas o mal apontado pelo Provedor da Fazenda nos Açôres, não era, decerto, sómente de origem local, o que se poderia explicar pela distância a que a ilha ficava da metrópole. Também pela côrte havia grande desordem no serviço dos Hospitais e já em 17 de Setembro de 1760 era publicado um aviso, motivado por irregularidades — «para no Hospital Militar da Côrte somente se recolher e tratar os officiaes e soldados em actual exercicio».

O mal fôra crescendo, como era de prever, com a interferência e subordinação do serviço médico aos capelães, entidades tão alheias à profissão e originando decerto tais confusões, que se tornou necessário adoptar medidas radicais de nova organização. Para esse fim era dada ordem pelo Conde de Oeyras a António Lopes Durão, em 17 de Agosto de 1765, nos seguintes termos:

«Sua Mag.de pelo conhecimento que tem do cuidado, zelo e prestimo, com que V. m.cê se emprega no seo Real serviço e das extraordinarias desordens que tem havido no Hospital Militar em prejuizo da saude dos Infermos, que o mesmo Senhor quer que sejão curados e tratados com húa assistencia e caridade continuas e taes que sejão conformes em tudo á Real clemencia e ao desejo que o mesmo Senhor tem, de que não falte aos ditos Infermos couza algúa do que he necessario para lhes restabelecer a saude : Houve por bem encarregar a V. m.cê de Inspeição do referido Hospital e de tudo que a elle pertence asin na assistencia dos Capellaens, Medicos, Cirurgiões, Infer-

meyros, Boticarios e Serventes, como das Infermarias, Dispensas e cosinha com todas as roupas e moveis a ellas pertencentes : Dando V. m.cê as providencias que couberem no seo expediente a respeyto do cumprimento das obrigações de cada hum dos sobreditos e dando-me conta para a fazer prezente a S. Mag.de a respeyto do que necessitar de nova providencia».

Como no tempo de D. João IV, era ainda um estranho à profissão — engenheiro militar — que vinha inquirir e sugerir providências para a remodelação dos serviços médico-militares, e como consequência dêsse inquérito, cujo relatório não consegui descobrir, veio então o regulamento sob o nome de lei de Lopes Durão, que adeante transcreveremos na íntegra, pelo alto valor que encerra, remodelando os serviços dos Hospitais Militares em bases tais, que é certo poder-se afirmar, naqueles tempos os colocariam em primeiro plano como estabelecimentos de assistência.

Êsse regulamento tem a data de 28 de Agosto de 1766 e entrou em execução no Hospital da Boa Nova, em 6 de Dezembro do mesmo ano, como se verifica pelo termo de abertura dos livros da colecção do «Almoxarifado do Hospital Militar de Angra do Heroismo» ano de 1766, existentes no Arquivo do Governo Civil do distrito, e que diz assim :

«Hade servir este livro para nelle se tresladar a Formula do q. se deve observar neste Hospital do Castello de S. João Bapt.a desta Cid.e assignado por Ant.o Lopes Durão e mandada observar pela Ley de 2 de Ag.o deste presente anno, e p.a nelle fazer o Escrivaó do d.o Hospital receita ao Almoxarife de todos os moveis do Hospital e de tudo o mais q. nelle receber para o gasto delle tanto de dinh.o como dos mais generos. Angra 6 de Dez.o de 1766. (ass.) Dr. José de Arriaga Brum da Silveira. »

O regulamento era o seguinte :

O Almoxarife

Deve no Hospital fazer húa tão continua asistencia que faça exemplo a todas as pessoas que se ocupão nelle.

Não deve consentir que no Hospital haja a menor falta, ou dezordem sem que seja sciente della para a aremediar logo cabendo na sua possiblidade, e não cabendo, dar parte ao Governo para lhe dar a providencia.

Não deve consentir que o serviço mayor do Hospital se faça com separação algúa de Enfermarias, porque para elle devem concorrer todos uniformemente.

Não consentirá que na cama em que morrer algum Enfermo ou tiver doença aguda, maligna, ou queixa q. possa prejudicar, se deite nella outro Enfermo, sem que seja despejado o enxergão, e chumaço, e lavados muito bem com a mais roupa.

Toda a Cama de doença tizica não tornará a servir a Enfermo algum, e mandandosse lavar, com separação da mais do Hospital, se porá de parte, para servir de mortalha aos defuntos, não se gastando outra algúa grossaria em q. se costumão amortalhar em q.to

durar a d.ª roupa, evitando-se p.r esta forma a queima della.

Não consentirá que roupa algúa do Hospital fique suja, dehum p.ª outro dia, porque em todos se deve mandar para alavadeira, ou com muita, ou com pouca quantidade.

Quando entrar no Hospital algú enfermo, antes de se deitar na Cama, se lhe devem lavar os pés como sempre se executou nos Hospitaes Reaes.

Quando algú Enfermo estiver nos termos de ser percizo que lhe administrem o seo sustento pela queixa o impossiblitar neste Cazo lhe será admenistrado por pessoa serta, ocupandosse nesta delig.ª quando sejão m.tos os que aprecizem, não só os Enfermeiros, mas por todas as pessoas que asistem no Hospital, a lhe chegar a elle mesmo Almox.e esta tão Louvavel Caridade.

Logo que qualquer Enfermo não estiver nos termos de fazer as opperações percizas nos Lugares para ellas destinados, lhe deve nomear hum servente p.ª lhe asistir, entregando-lhe húa Comadre das que deve haver no Hospital, e as mais Limpezas que lhe forem nessesarias, para se mudarem todas as vezes que for percizo, de sorte que sempre se conserve o Enfermo e a cama no melhor aceyo.

Logo que os serventes acabarem de fazer o serviço mayor do Hospital para que se juntão todos, nos intervalos que houver emquanto não são chamados para outro serviço em que tãobem se percizão juntar, os repartirá pelas enfermarias para nellas administrarem algúa couza que percizem os Enfermos, como agua.

Todas as noutes nomeará hum servente para

andar de véla pelas Enfermarias p.ª acudir aqualquer incidente que possa acontecer nellas.

Do Caldeyrão em que se cozerem as gallinhas mandará sempre reservar húa porção do melhor caldo, que deve sempre estar prompto em húa panela separada, thé se fazer outra reforma delle do outro caldeyrão que se seguir para se asistir com elle a algum enfermo que o percize, encarregando a guarda, e conservação delle ao cozinheiro.

Não consentirá q. nas Enfermarias se faça cochias de camas pelo meyo, emq.to houver outros Lugares no Hospital e som.te consentirá as d.as cochias quando aocurrencia de Enfermos asim opermita.

Não consentirá q. no Hospital entre pessôa algúa sem sua ordem para examinar se levão algúa couza aos Enfermos, porque não servem de outra couza estas entradas, mais que de augmentarem a queicha aos doentes com o que lhe levão, e só prohibindosse hé que se poderá evitar esta dezordem.

Não consentirá q. enfermo algum saya da sua Enfermaria, nem nella se consintão jogos, nem bulhas, ou altercação de vozes para o que serão adevertidos todos quando entrarem no Hospital.

A continuação da lavage das Enfermarias hé tão importante, que neste particular não deve ter o menor decuido em o mandar fazer m.to amiude, principalmente aos lados das camas onde commumente hé mais percizo.

O Escrivão

Deve ser tão effectivo e zelloso como official que

hé destinado p.ª a arrecadação da Real Fazenda, porque deve estar sempre prompto para notar as altas, e baixas dos enfermos. Deve ter em seo poder hum livro para nelle fazer receita ao Almox.e de todos os moveis do Hospital e de tudo o mais que elle receber para o gasto delle, tanto de dinheiro como dos mais generos.

Deve ter em seo poder outro livro em que lance diariamente tudo q. dispender o d.o Almox.e. Deve ter outro livro em que tome razão com toda aclareza das altas e baixas dos Officiaes ou soldados que se forem curar ao Hospital.

Deve-se addicionar tudo quanto trouxer e declarar que traz o doente, e de tudo quanto elle declarar será responsavel o Almoxarife, a cujo fim tomará as medidas necessarias.

Não deve admittir official ou sold.o algum sem que lhe aprezente abaxa que lhe deve vir asignada pelo Corônel, ou Comandante do Regimento de que for, para legalizar o assento que se lhe formar, e se poder arrecadar a Real Fazenda porq.tos não recebem soldo algum no tempo de suas Curas.

Não se deve fazer despeza algúa por mais modica que seja, que elle ocularmente não veja dispender, para alcançar no livro della.

Deve ter hum Livro numerado com ord.e de todos os enfermos, para com elle asistir á vezita do Medico, ou Cirurgião q. a fizer aos d.os Enfermos, e nelle tomar razão da qualidade, e quantidade da comida, que se manda dár a cada enfermo.

Depoes de acabada cada húa das vezitas deve fazer o resumo da qualidade das rações que se mandão

dar aos doentes lançala no mapa diario que se fas no principio de cada hum dos mezes no Livro da despeza, e entregar o d.o rezume ao Almox.e para fazer prompto tudo de que se percizar, tanto p.ª o jantar, como p.ª a Ceya.

Daquelles generos que são percizos conservarem-se no Hospital para qualquer incidente, como são balsamos para feridas, unguentos, emplastros, e tambem algúns degestivos, deve sempre ter os percizos debaxo da sua inspeção para estar prompto com elles quando se lhe pedirem, não consentindo q. se uzem delles para outro qualquer enfermo q. elle occularmente, não veja no Hospital.

Cirurgião mor

Deve todos os dias de menhãa e tarde hir ao Hospital vezitar os Enfermos, de verão as sete horas da menhãa, e as quatro da tarde, e de Inverno, as oito da menhãa, e as duas da tarde.

Logo que acabar de vezitar os Enfermos, tanto de menhãa, como de tarde, se juntarão na caza do despacho para receytar os medicamentos que determinou em cada húa das vezitas pelo Livro em que se tomou razão delles.

As receytas que fizer devem ser explicadas com tal clareza, que não só as entenda bem o Boticario que as hade aviar, mas tambem o que lhe hade fazer a conta, para serem safisfeytas; de tal sorte que a explicação das quantidades se hade fazer por libras, onças, grãos ou escropulos, em cada húa das receytas, sem se valler de apontar outra, nem da palavra ut supra.

Não se deve fazer cura algúa fora das horas da vezita, em qualquer incidente q. possa acontecer, tanto de dia como de noute, sem a sua assistencia, sendo de perigo, para dirigir os seos ajudantes q. estiverem no Hosp.al

Os seis ajudantes que lhe permite o Regulamento são para cuidarem effectivamente tanto de dia como de noute nos Enfermos, dos quaes deve sempre conservar no Hospital os percizos, repartindo o trabalho alternativamente por todos.

A hum dos taes ajudantes se lhe entregará no Hosp.al hum livro numerado com o n.o de todos os Lugares dos Enfermos para nelle tomar razão dos medicamentos que receytar a cada hum.

Logo que chegarem os medicamentos da botica, para a sua destribuição preparará hum tabolleiro com os copos percizos, e pelo d.o livro memorial serão repartidos pelos Enfermos a que pertencerem, e as horas competentes.

Depois de dados os remedios conduzido o taboleiro e copos para a Casa da Fazenda, serão logo muito bem lavados e limpos, para estarem promptos, para a outra ocazião.

O mesmo observarão com a distribuição dos leites, fazendo-os mugir no mesmo Hosp.al e depoes preparando-os os destribuirão pelos Enfermos.

Elle, ou os seos mais peritos ajud.es farão as sangrias que forem percizas aos Enfermos.

Não se fará sangria algúa sem que o cirurgião que a fizer se prepare com duas toalhas, húa p.a a cama do Enfermo, outra para o seo resguardo, e duas cadeyras razas, húa para a bacia e outra para se sentar.

Na rouparia se deve prover tanto das toalhas como das attaduras e chumelas que lhe forem percizas, cujas toalhas tornará a entregar na d.a rouparia, e na mesma forma as attaduras depoes de servirem aos Enfermos.

Capelão

Logo que qualquer Enfermo entrar no Hospital deve ser confeçado, e sacramentado, até á menhãa do dia seg.te ao da sua entrada, quando não forem com perigo de vida, porque a estes se lhe não demorarão os sacramentos.

Quando algum enfermo percizar de agonizado não lhe faltará com este conforto de que tanto se perciza na ultima hora.

Serventes

Quando amanhecêr devem estar feytas as limpezas, principiando todos pela Cama do primeyro Enfermo, e acabando no ultimo, e o mesmo se deve executar á noute depoes de socegados os doentes com os remedios.

Nas vazilhas se não deve bolir, nem nellas lançarem as aguas, antes pelo contrario cada hum dos serventes se deve preparar com húa coberta, para logo que as tirarem das caxas, lha lançarem por sima do tampo, para que sem vaporar, as possão conduzir ao lugar destinado para fazerem o aceyo dellas.

Quando fizerem o despejo das ditas vazilhas, devem conduzir toda a agua perciza para não haver

desculpa no aceyo com que devem ficar, em todas as ocazioens em que se fizer a d.ª limpeza.

Antes de se dar o jantar, ou ceya será o prim.º preparo dous baldes, hum cheyo de agua, outro vazio para nele hirem lançando as aguas q. estiverem nas bacias dos Enfermos e paçandoas pela agua do outro balde, as porão em seo lugar, e perfumarão as enfermarias.

Executada esta deligencia, cada hum com sua bacia, e toalha, com os enfermeiros, ajudantes do cirurgião mor darão agua as mãos aos enfermos, estendendo a cada hum seo guardanapo com o pão competente, conduzido tudo em hum, ou mais taboleiros manuaes.

Para não se trocarem os guardanapos se deve principiar pelo lado direito principiando pelo primr.º enfermo e acabando no ultimo; depoes de jantar q.do se levantar a meza, se deve principiar p.lo do ultimo enfermo, para ficar em sima o do primeyro; por onde se deve principiar a cêa.

Logo hirão conduzir a comida que de nenhúa sorte se deve levar á cabeça não só pela indignidade desta condução mas tãobem para não se entornarem os Caldos, derramar a comida, ou quebrar a louça, e sempre se fará em taboleiros manuaes e em cada hum somente seis raçõens levando-os nos braços.

As roupas que levarem para se limparem os Enfermos, e meza delles, deve ser tão aceada que nunca se veja immunda, a qual lhe deve fazer prompta o Almox.e todas as vezes que lhe for pedida.

Depoes de servidos os doentes com jantar ou ceas devem ficar repartidos cada hum pela enfermaria

q. lhe estiver destinada para servirem com agua a os doentes, entregar a roupa na rouparia, e a louça ao servente destinado naquele dia para a lavage della.

Todas as noutes deve ficar hum de vella nomeado pelo Almox.e para destrebuir este trabalho por todos, incluindo nelle os ajudantes do cirurgião mor.

Cozinheiro

Logo ao amanhecer deve fazer promptas as rações que lhe detreminar o Escrivão p.ª o jantar dos Enfermos.

Ás duas horas da tarde deverão, e de inverno á húa deve fazer promptas as que lhe determinar o mesmo Escrivão para a Cêa.

Deve cuidar em que toda a bataria da Cozinha ande bem estanhada, p.ª que a comida não fique com o máo gosto que costuma fazer o cobre, e logo que algúa peça careça deste beneficio, o deve fazer prezente ao Almox.e para lhe dar a providencia.

Quando tirar as rações p.ª os doentes deve ser com tal aseyo q. sempre se execute esta deligencia com as culheres grandes que hade haver p.ª se tirarem dos caldeyrões p.ª os alguidares e destes com os garfos grandes p.ª os pratos.

Deve trazer tão aceada a cozinha e mezas della, e toda a bataria, desorte que se não veja nesta pratica dar o menor descuido.

O mesmo deve executar com a louça em que se dá de comer aos Enfermos, guardalla, e dar conta della, e quando algum dia percizar de quem o ajude por não

caber na sua possibilidade, o fará prez.te ao almox.e para lhe nomear hum dos serventes que o ajude.

Moço de compras

Deve todos os dias de madrugada hir ao asougue desorte que quando vier o Escrivão para o Hospital, deve estar nelle com a carne que se lhe mandar conduzir, para o que deve ficar a noite com a conta do que hade trazer. E ao outro dia fazer a mesma diligencia.

Em fazendo entrega da carne, marchará logo a fazer as outras compras da ortaliça, e mais generos que se lhe incumbirem de sorte q. tudo esteja executado, e elle no Hosp.al prompto a horas de se dar de jantar aos doentes, para executar o mais que for determinado.

No entrevalo da tarde, até as horas de se dar de cear aos enfermos, deve executar o que lhe for mais incumbido de compras, porque as d.as horas se deve achar prompto no Hospital.

Lavadeira

Deve todos os dias indespensavelmente conduzir a roupa suja do Hospital ou seja em muita, ou em pouca quantidade a que houver nelle.

A lavage que lhe fizer, deve ser com infundiça e barrela, para que fique perfeitamente lavada, e livre das immundices que costuma levar, segundo as queixas dos Enfermos.

Para as conduções das referidas roupas, se lhe farão promptas húas málas, para q. de nenhúa sorte

aleve ou traga em tróchas para não exprimentarem ruina os lanções em que estas se fazem.

Formula das reções com que devem ser assistidos os Enfermos, e mais pessoas que servem no Hospital Real

Aos enfermos febrecitantes se asistirá com húm quarto de galinha ao jantar, e meyo arratel de pão, e omesmo anoite, excepto aquelles que o Cirurgião mor entender se lhe não deve dar húa dieta.

Aos Enfermos que não estão febrecitantes, e aos convalescentes, se asistirá com meyo arratel de vaca, ou carnr.o e tres quartas de pão ao jantar, e com outro meyo arratel de vaca ou carnr.o, e meyo arratel de pão, a noute, excepto áqueles que tambem o Cirurgião mor entender não devem comer reção tanto ao jantar, como anoute, porque a estes se lhes dará húa dieta.

As dietas se devem compor de sinco modos.

O primr.o para os Enfermos q. se não achão capazes de alimentos solidos, caldos de galinha, ou de aveya, ou de cevada pilada.

O segundo hé as descaydas de galinha athe onde chegarem as que se matarem.

O terceiro hum pratinho de ervas com hum ôvo.

O quarto dous ôvos.

O quinto duas onças de arrôs, ficando a elleição do cirurgião mor aqualidade da dieta que deve comer o doente.

No caldeyrão em que se cozerem as galinhas e no em que se cozer a vaca, ou carnr.o se hade lançar húa

piquena quantid.e de grãos, e outra de toucinho picado, som.e para o gozto da comida.

As luzes se devem regular as percizas, e para cada húa dellas se deve dar todas as noutes meyo quartilho de azeyte de inverno, e de verão a metade do d.o meyo quartilho excepto para a Alampada do Sacramento, para aqual se dará hum quartilho para dia, e noite.

Não se hade abonar outra qualidade ou quantidade de reção que não sejão as que ficão refferidas. Bellem 28 de agosto de 1766.

Antonio Lopes Durão.

O espírito renovador do estadista que passou depois à consagração nacional com o título de Marquês de Pombal, exercia assim, também, a sua profícua influência na remodelação do serviço médico-militar. Era a novidade, a última palavra em assistência nos Hospitais Militares, lançada em bases científicas tais, que a fariam acreditar naquela época como uma organização modelar.

A especificação das atribuições e deveres de cada um; o zelo e a garantia dos cuidados de assistência aos enfermos; os preceitos higiénicos talhados em bases de verdadeira ciência; os pormenores a observar na administração dos Hospitais e no encadear dos diferentes serviços — estava tudo condicionado a normas de execução que fazem dêste regulamento um documento de apreciável valôr, o que julgamos de utilidade fazer reviver para a história do serviço médico-militar português pelo nivel a que o elevou.

Coincidia esta remodelação com a nova organização administrativa das ilhas Terceiras ou dos Açôres, estabelecida pelo decreto de 2 de Agosto de 1766, pela qual era criado o cargo de Capitão-general e nelle provido D. Antão de Almada, que veio de seguida para a ilha com o 2.o regimento do Pôrto, fundeando a 28 de Setembro na baía de Angra, a armada que o conduziu.

Nêsse decreto que no capítulo VI confirma ainda pertencerem as ilhas à Ordem Militar de Cristo, no capítulo XV indica-nos existirem na fortaleza um médico e um cirurgião como o determinava o *Regimento* de 1669 — «Porquanto pelo regimento d'artilharia e infantaria que tenho mandado levantar na referida cidade d'Angra terá o Castello de S. João Baptista do monte do Brasil com que formar a sua guarnição devendo ter na dita fortaleza os seus quarteis os officiais e soldados do mesmo regimento: Sou servido abolir o governador tenente capitão, e mais officiais de pé de castello que nelle houve até agora; ordenando que o coronel do sobredito regimento seja governador do mesmo castello, e que as suas guarnições, guardas e serviço, sejam em tudo reguladas como estão as praças principais deste reino conservando-se somente ante o pé antecedente, o medico, o cirurgião da dita fortaleza, o almoxarife, e o escrivão do seu cargo.»

Mas é no alvará da mesma data de 2 de Agosto de 1766, dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda e assinado «Rey», existente no Arquivo Histórico Militar —«Na colecção das Leis, Decretos e Alvarás que comprehende o feliz reinado de Elrei Fidelissimo D. José I Nosso Senhor, tomo II»— que se encontram disposições

importantes e que visam especialmente o Hospital Militar de Angra, impondo o regulamento de Antonio Lopes Durão.

O Alvará foi feito por António Domingos do Passo, que o apresentava «para Vossa Magestade vêr» com o seguinte fundamento: — «Alvará por que Vossa Magestade ha por bem abolir e extinguir a forma antiga das Ordenanças, chamadas de *Pé de Castello* que na cidade de Angra, e Fortalezas da sua dependencia se pratica nos Presidios; estabelecendo para elles Tropas Regulares, e pagas; e dando as mais providencias necessarias aos ditos respeitos» porque — «sendo huma Praça tão principal e digna de distinta atenção se acha tambem sobre o pé antigo . . . que no seculo presente não são de algum uso e se achão por isso reprovados».

O alvará é do teor seguinte: — «Eu Elrey Faço saber aos que este alvará virem . . . sou servido abolir os sobreditos Pés de Castello . . . como se nunca houvessem existido nas referidas fortalezas; erigindo desde logo um regimento» . . . Regula o serviço como o estabelecido para as praças de Elvas e Almeida, com determinações precisas sôbre a guarnição, que não quer em destacamentos demorados e ausentes por muito tempo — «para que se conservem sempre na boa disciplina, que quero que nas Minhas Trópas seja indispensável e se costuma relaxar nas que são destacadas por dilatado tempo», — «mando haver dous capelães na dita fortaleza para se empregarem no Culto Divino da Igreja do Castello e da Ermida de Nossa Senhora da Boa Nova» devendo o governador e capitão general prover as despezas por conta da «Minha Real Fazenda com os

Ornamentos e Guizamentos necessarios sendo o 2.º capelão coadjutor do primeiro com metade do soldo que este vencer na forma estabelecida para os mais Capellães dos regimentos de Infantaria.» Estabelece dois sacristães, um para a Igreja outro para a Ermida, com o ordenado de 20$000 reis, ficando ambos subordinados ao primeiro capelão «debaixo da expressa proibição porem de não poderem ser ocupados no serviço do mesmo capelão; devendo somente cuidar cada hum no da sua respectiva Igreja». E sôbre o Hospital e pessoal, os capítulos seguintes:

XII — «Os partidos de Medico e Cirurgião, Sangrador e Barbeiro, ficão cessando, devendo as suas obrigações ser feitas pelo Cirurgião Mór do dito Regimento e pelos seus ajudantes, na forma do Regulamento e Alvarás assima indicados: E pelo que pertence ao Hospital, e cura dos Enfermos, e a arrecadação da Fazenda delle: Mando, que se observe o mesmo que se pratica no Hospital Militar da Minha Corte, e cidade de Lisboa, na conformidade do Papel, que baixará com este, assignado pelo Thesoureiro Geral das Minhas Tropas da Corte e Provincia da Estremadura Antonio Lopes Durão; o qual se observará assim como nelle se contem, em tudo o que fôr aplicavel».

XIII — «Em lugar dos Officiaes da Inspecção, e Fazenda do dito Hospital, que ficão abolidos com o *Pé de Castello*, em que até agora servirão: Hei por bem crear hum Almoxarife que juntamente sirva de Enfermeiro do dito Hospital, com hum Escrivão da sua receita, e Despeza, e com dois serventes para assistirem aos Enfermos; vencendo o dito Almoxarife 50$000 reis

de ordenado annual; o seu Escrivão outros 50$000, e os dos serventes a razão de 25$000 reis cada hum, tudo pago na mesma Folha Militar».

Verificava-se, assim, para as ilhas, o que já fôra estabelecido por Alvará de 9 de Abril de 1762, que extinguia os «Pés de Castello, Presidios, e Troço de Artilheiros» e criava um regimento de dois batalhões na Praça de S. Julião, com destacamentos para as guarnições das fortalezas de Marinha e Castelo de S. Jorge. Identicamente, foi o regimento do Porto, que viera para a ilha com o Capitão general D. Antão de Almada, que passou a fornecer os destacamentos para as outras ilhas, sendo extintos os «pés de Castello» do Faial e S. Miguel, respectivamente com 100 e 200 homens.

Como se encontrava o Hospital Militar ao ser decretada a nova organização administrativa das ilhas Terceiras ou dos Açôres, colhe-se da informação que a 22 de Maio de 1767, o sargento mór engenheiro, João António Judice, prestava sôbre a revista que fez ao Hospital e onde diz — «que augmentando em dobro a guarnição, o Hospital deve ter uma frequencia dobrada em doentes, sucede que no dito Hospital se acham estes em grande consternação e aperto, por não haver donde se recolham e acomodem».

Dando parte dêste assunto, o Capitão general D. Antão de Almada, oficiava em 30 de Maio de 1767 ao Conde de Oeyras, nos seguintes termos: — «O Hospital de Nossa Senhora da Boa Nova, para nelle se poderem curar os doentes do regimento, que muitas vezes excedem o numero de quarenta e cincoenta pessoas, não tem

comodidade alguma para se fazer com desafogo o que é precizo e necessita de acrescentamento, de que mandei tirar uma planta para se regular pelo melhor methodo e comodidade que pudesse ser, e porque não foi possivel concluir-se, a não remetto prezentemente a V. Ex.ª, o que farei na primeira occazião que se offerecer; porem sempre me pareceu fazer saber a V. Ex.ª quanto é precisa e necessaria aquella accomodação».

Como funcionava o Hospital, o veremos no capítulo seguinte, onde se notam também as modificações introduzidas pelas sucessivas regulamentações que iam sendo decretadas para os Hospitais Militares, e às quais nos não furtamos de fazer referência, embora desviando-nos do intuito primacial desta monografia.

Mas, são de tal modo interessantes, as notas que colhemos em documentos existentes no Arquivo Histórico Militar, respeitantes a Hospitais Militares, que por as não encontrarmos citadas em nenhum outro trabalho de história da nossa medicina militar, as trago à publicidade, como elemento de consulta, para trabalho de maior e mais ordenada erudição de investigador mais competente.

Se o regulamento de António Lopes Durão, de 28 de Agosto de 1766, marcava um apreciável progresso na organização dos serviços hospitalares do exército, o regulamento a seguir, de 1803, ainda mais se avantaja áquele, afirmando-nos pela minúcia e ordenação das atribuições a cumprir, o interêsse que mereciam tais serviços, colocando-os, sem favor, a par do que decerto seria o mais aperfeiçoado na época. E isso prova que nas instituições militares se zelava pelo bom nome da

medicina militar e se procurava engrandecer-la na melhor prática do que eram os serviços de assistência aos enfermos.

Êsse diploma que se intitula «Regulamento para os Hospitais Militares de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor» (D. João, depois D. João VI) está dividido em 20 títulos, e como disposições mais interessantes, visando a profissão, daremos conta :

Que pelo artg.º 1.º, que estabelecia a classificação dos Hospitais, o da Boa Nova era Hospital Particular.

Artigo 7.º — Haverá em cada hum dos Hospitais Particulares hum Medico Director ; hum Cirurgião-Mór, hum Administrador ; hum Escrivão, hum Capelão ; hum Boticario em chefe, hum ajudante ; hum Fiel da Roupa-ria ; hum fiel da Despensa, hum Porteiro ; hum comprador, hum cozinheiro ; Enfermeiros e Moços : cujos lugares deverão ocupar-se todos por deferentes Pessoas ou reunir-se em huma dois ou mais conformemente ao pezo da tropa que dá Doentes ao Hospital.

Artigo 8.º — Sendo o Medico Director, o Cirurgião Mór, e o Administrador os chefes do Hospital em relação imediata com o Doente, já se vê que alem dos conhecimentos Facultativo de Saude e Fazenda, elles devem pessuir huma prudencia profunda e a necessaria Politica para conter no seo dever os espiritos que a guerra faz ordinariamente indoceis e boliçosos. As exemplares qualidades que devem ser d'ante mão provadas, destes tres respeitaveis officiaes de Saude e Fazenda, he de esperar que fação esperimentar á Tropa Doente as vantagens para que se instituirão os Hospitaes Militares, deem melhor ordem e a maior economia á Fazenda

Real e fação finalmente reluzir a gravidade e decencia de que são Credores tão sagrados monumentos.»

Entrega os serviços de capelão e enfermagem á ordem hospitalária dos Religiosos de S. João de Deos, mandando-os admitir em Hospitais onde não serviam, mas, não sendo admitidos nenhuns funcionários sem fiança, pelos religiosos ficava fiadora a Ordem. Prescrevia os deveres dos capelães — «visitar e consolar os Doentes exhortando-os a sofrer com paciencia os seus males e a fazer bom uzo das Enfermidades que a Providencia lhes envia».

E sobre o título 5.º «Dos alimentos», a nota interessante do artigo 1.º — «He este hum dos pontos em que ordinariamente ha mais dezordem nos Hospitaes dando-se em hunz Fruta, Doce, e tudo quanto os Doentes apetecem, resultando daqui não só prejuizo á saude de homens, cuja pobreza pro maior numero lhes faz ignorar perfeitamente tudo quanto he delicadeza e luxo, sendo esta circunstancia huma verdadeira comodidade que mais facil torna a sua cura, mas resultando tambem hum grande detrimento á Fazenda Real e mais ainda multiplicar-se muitas vezes o Serviço aponto de faltar-se a alguns Doentes com os socorros de primeira necessidade : Cortando-se ao contrario em outros Hospitais mesmo do indispensavel ao Doente para se mostrar huma pequena conta nas Despezas. Pelo que os Facultativos e bem assim todos os individuos Empregados no Serviço de hum Hospital devem ter sempre em vista e observar com a maior religião estas duas regras.

1.º Ao Doente por mais insignificante que seja a sua qualidade, nada deve faltar do necessario.

2.º Deve negarsse ao Doente quanto for de méro regalo e superfluidade.

Pela pratica destas duas regras deve decidir-se do bom ou máo governo do Hospital, emquanto ao tratamento dos Doentes e não pela muita ou pouca despeza, que estes fazem».

E sôbre o aceio do Hospital: — «O aceio e limpesa extensamente tomados não são nos Hospitaes hum ponto de méro capricho e curiosidade, elle he ainda mais do que huma boa administração e ordem o meio de secar ahi a fonte da insalubridade. Os vapores dos Doentes e de todas as suas excreções dos Remedios, etc. bem como a consumpção do Ar vital unicamente capaz de sustentar a respiração dos animaes e que faz huma pequena parte do Athmosferico, merecem huma muito seria atenção em hum Hospital: aquelles vapores ainda que de ordinario são especificamente mais leves que o Ar, nem sempre sahem das Enfermarias ao menos emquanto ellas não sejão depropozito construidas com diversas ordens de janellas correspondentes ventiladores, fornos, chaminés, etc., muito particularmente no verão em que o Ar mais leve que no Inverno as tem em equilibrio mesmo sobre a superficie da terra. Dois são os pontos d'onde se deriva o necessario Aceio dos Hospitaes primeiro: diminuir quanto mais as evaporaçõenz nocivas; segundo purificar a Athmosfera das Enfermarias».

O regulamento, bastante extenso, embora precise uma estricta observância de preceitos, em que os deveres

e obrigações de cada um estão perfeitamento definidos, está todo redigido em termos semelhantes aos que transcrevemos, o que mais parece um manual de conselhos. Por ele se continuava a exigir o máximo de atenções pelo tratamento dos doentes, prescrições importantes sob o ponto de vista higiénico e até no que respeita a segredo profissional não deixa de o mencionar no maior respeito pelas regras da profissão.

Mas, dois anos depois, por alvará de 27 de Março de 1805, era estabelecido um novo Regulamento para os Hospitais Militares, tanto em tempo de paz como em tempo de guerra.

Pelo alvará que o põe em execução, é derrogado o Regulamento de 7 de Agosto de 1797 (que mandava observar o Regulamento económico para os Hospitais Militares em tempo de campanha) ficando encarregado da sua execução o Physico-mór, o Cirurgião-mór do Exercito e um Contador Fiscal.

Afóra alguns novos pormenores sôbre dietas, não se avantaja este regulamento em relação ao de 1803. Nele se trata em especial duma nova classificação dos Hospitais, dividindo-os em permanentes e interinos, sendo permanentes «os que existem ou se houverem de estabelecer nas Praças e sitios onde costume haver guarnição».

Estabelecia como boa doutrina para a fiscalização e estímulo ao zelo profissional que «tanto o físico como o Cirurgião Mór dos Exercitos terão huma correspondencia seguida com todos os Primeiros Medicos e Primeiros Cirurgiões seos subalternos para que constantemente se saiba o estado de cada Hospital

e mensalmente o fação presente ao Ministro da Guerra para prover a tudo o que faltar».

Contudo, não deviam ainda correr a primor os serviços dos Hospitais, porque num registo de correspondência existente no Arquivo Histórico Militar e referente a Hospitais Militares, encontra-se um projecto de decreto com a data de 3 de Agosto (1805 ?) de alguém que não assina nem data o documento, mas que se depreende, foi nomeado para «fazer as mudanças que julgar necessarias e uteis ao seu Real Serviço e para que a variedade e irregularidade com que se região os Hospitais Militares em prejuizo dos Enfermos e da Real Fazenda, fosse fixado a cada um dos que nelle se empregão as obrigações do seu emprego sem distinção, ponha na Real Presença de S. Alteza, os artigos seguintes que devem observar-se em todos os Hospitais Militares».

Do que eram atribuições dos médicos e cirurgiões, o seguinte desconchavo: «O medico para satisfazer aos deveres de homem e de Vassallo de hum Soberano Pio, Religiozo e amante da felecidade do seu Povo, deve pôr todo o cuidado em não incorrer no criminoso abuso já acautelado e reprovado na Ley dos Estatutos da Universidade de Coimbra (Ley geral p.ª todos os Professores e Hospitais) L. 3 p. 1 Tit 3 Cp.º 5 § 32... q. se devem demorar na Vizita dos Enfermos o tempo necessario para observarem de vagar e com miudeza todas as circunstancias das enfermidades: sendo impossivel q. na pratica volante de alguns Professores por quatro oscillações do pulso, e tacto passageiro da lingoa do Enfermo se conheça instantaneamente a qualidade da molestia, e se receite o remedio com o

devido acerto». Mandava receitar logo a seguir, a cada doente, pela razão «como se tem uzado em alguns Hospitaes, com grave prejuizo da saude dos enfermos, assim por ser facil trocar-se o remedio de huns pelo dos outros; como por ser dificultoso receitar bem na auzencia do Enfermo, principalmente tendo visto successivamente muitos Enfermos... para evitar estes inconvenientes: Ordeno q. os Professores fação a vizita nesta conformidade. He para admirar q. ainda persista hum abuzo tão justamente reprovado pela Ley e pela razão!»

E nesta ordem de ideias outras questões eram postas, mais ou menos, em tom de reprimenda.

Fala o projecto do regulamento em professores depreendendo dum registo encontrado que nalguns Hospitais Militares o cirurgião fazia lições de anatomia.

Era impertinente êste projecto de regulamento no que respeitava a preceitos a seguir pelo médico e pelo cirurgião, e de certo não foi aceite, porque do Palácio de Queluz, em 7 de Outubro de 1805, eram dadas instruções, como se verifica do mesmo registo de correspondência, para que «O Inspector dos Hospitais Militares e o Cirurgião do Exercito examinassem em todas as provincias do Reino os Hospitais Civis onde se curam doentes militares, bem como para dar logo todas as providencias que julgarem indispensaveis ao bem da Tropa e economia da Real Fazenda».

A comissão que era composta pelo Dr. Bernardo José de Abrantes e Castro, inspector dos Hospitais Militares, Theodoro Ferreira de Aguiar, cirurgião-mór do Exército, e João da Costa Araujo, oficial da fazenda,

tinha largas atribuições para «propôr todas as mudanças e alterações que julgarem uteis sobre ordenados, capacidade dos oficiais de saude e da Fazenda» podiam «suspender dos seus exercicios quando se verifique da parte delles algum descaminho ou furto» e neste sentido eram-lhe concedidas todas as facilidades, perante os oficiais de justiça, por portaria expedida na mesma data.

Em face do que transcrevemos, visava o trabalho da Comissão pôr em ordem apenas os abusos que se encontravam ou se encontrassem, trabalho de inspecção que devia ter descoberto graves irregularidades, como se depreende dos obstaculos levantados para a execução das suas propostas, que iam, entre outros, contender com padres de S. João de Deus, a quem a Comissão proponha sanções várias, à medida que ia fazendo a inspeção aos Hospitais.

Não chegou ao Hospital Militar da Boa Nova o inquérito da Comissão, e isso compreende-se pela distancia a que ficava, mas nele tambem nunca serviram os irmãos de S. João de Deus, colhendo-se a convicção, pelos registos encontrados e que consultei, que a haver algum abuso ou motivo de censura, ficaria muito áquem dos que a Comissão ia descobrindo pelos outros Hospitais do continente.

O último regulamento, o de 27 de Março de 1805, subsistiu sempre, a não ser nas pequenas alterações que lhe introduziu o alvará de 14 de Junho de 1816, e por eles se foi regulando o Hospital Militar da Boa Nova, até que por alvará de 6 de Junho de 1824 foi inteiramente remodelado o sistema dos Hospitais Militares, que passaram a denominar-se Hospitais Regimentais.

Por êsse alvará — «ficava subsistindo, como ao presente se acha, o systema dos Hospitaes Regimentaes, e abolidos os Hospitaes Militares, como todas as suas Repartições, dependencias, de qualquer classe ou denominação que sejão, compreendidos o Fisico-mor, Cirurgião-mor do Exercito e Medicos e Cirurgiões a elles subalternos, continuarão a gozar a mesma consideração e vencimento que tem actualmente». Mas o decreto que mandava adoptar o sistema dos Hospitais Regimentais fôra dado em 20 de Dezembro de 1821 e mandado pôr em execução por carta de lei de 8 de Janeiro de 1822 porque — «As Cortes geraes, Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa, considerando que o actual Systema dos Hospitaes do Exercito, tendo sido formado para o tempo de guerra, he mui dispendioso, e não pode ser convenientemente applicado ao estado presente de paz» assim o decretava.

O decreto que extinguira de entrada os Hospitais Militares do Beato António, Abrantes, Evora, Lamego, Pôrto, e Chaves, fôra pelo alvará de 6 de Junho de 1824, aplicado ao Hospital Militar da Boa Nova. A 16 de Setembro dêsse ano foi feito o inventário para ser entregue e a 27 de Setembro de 1825, passava a ser o Hospital Regimental do Batalhão de Caçadores n.º 5, continuando, contudo, ainda por largo tempo, a ser designado por Hospital da Boa Nova.

Pela ordem n.º 48 de 27 de Novembro de 1829, é determinado que do 1.º de Dezembro em deante, o Hospital do Batalhão de Caçadores n.º 5, seja considerado Hospital Regimental Reunido, dos corpos de todas as armas estacionados em Angra. Era então

o período aceso das lutas liberais em que a Ilha Terceira tomou um papel importantíssimo, tendo-se concentrado na mesma um grande número de fôrças militares que mais tarde constituiriam a expedição do Mindelo.

Ainda durante os anos de 1835 a 36, o Hospital tomou a designação de Hospital Provizional da guarnição de Angra, depois, daí em deante, o nome das unidades que fizeram quartel na fortaleza de S. João Baptista.

Em	1837	Hospital Regimental	de Inf.	21
»	1843	» »	» »	5
»	1857	» »	» »	18
»	1860	» »	» »	8
»	1862	» »	caçadores	9
»	1864	» »	»	10
»	1899	» »	Infantaria	25

Até que pelo regulamento de 11 de Novembro de 1909, actualmente em vigor, passou, em Janeiro de 1910, à categoria de Hospital Militar de 3.ª classe, sendo ultimamente designado por Hospital Militar Auxiliar da Guarnição de Angra do Heroismo, segundo a classificação dada pela última organização das Armas e Serviços.

O FUNCIONAMENTO DO HOSPITAL

Só a partir da execução da lei de 2 de Agosto de 1766, que pôs em execução no Hospital Militar da Boa Nova a «Formula do q. se deve observar neste Hospital do Castello de S. João Baptista desta Cid.e, assignada por Ant.o Lopez Durão» se encontra documentação que permite avaliar como êle funcionava.

A própria importância do Hospital anteriormente à entrada em vigor dêste regulamento, é afirmada pelo inventário que então se fez nesta data, no qual foram arrolados todos os móveis, utensílios e roupas que nele se encontravam, e nos indica, pelo número dos objectos anotados, que o Hospital se encontrava razoavelmente provido para a missão que tinha a desempenhar. Assim, nesse inventário, que fôra feito com grande minúcia, figuravam armários, bancos, objectos de cozinha, utensílios próprios dos doentes, como louças, canecos, garfos, colheres, copos, e de material de aquartelamento hospitalar, entre outros, como guardanapos, toalhas e cobertores de vária qualidade, 139 lençoes, 23 barras novas e 14 catres usados.

Todos os livros de registo, referentes ao novo período de existência do Hospital, encontram-se no

Arquivo do Govêrno Civil da cidade, em 63 grossos atados, coleccionados por anos, com o título de «Almoxarifado do Hospital Militar de Angra do Heroismo» e desde a data de 1766 até 1825-26.

Por eles e pelos respectivos termos de abertura, se verifica, que para a escrituração, havia então um livro de receita, onde o escrivão carregava ao Almoxarife tudo o que recebia para o Hospital; um livro diário «para nelle se lançar diariamente tudo o q. despender o Almoxarife Enfermeiro p.ª cujo eff.to o deve ter em seo poder o Escrivão do Hospital»; livros «p.ª nelle se marcarem todos os enfermos em ordem e com elle se assistir ás vesitas do Medico e Cirurgião e nelle se tomar rasão pelo Escrivão do Hospital da qualid.e, e quantid.e da comida que se mandar dar a cada enfermo»; livro das altas e baixas «p.ª nelle tomar o Escrivão do Hospital rezão com toda aclaresa das altas e baxas dos officiais ou soldados q. se forem curar ao Hospital»; livro de cirurgia «p.ª nelle se lansarem as receytas dos soldados do Regim.o que forem a curar ao Hospital Real de N. S.ª da Boa Nova, que pertencer á cirurgia»; livro de Medicina «p.ª nelle se lançarem os nomes dos soldados do Regim.o q. forem p.ª se curarem no Hospital Real de N. S.ª da Boa Nova, e as receytas do seu medicamento».

Verifica-se pelo livro da receita, que o Hospital recebia para sustento dos doentes géneros e dinheiro, que o Escrivão assentava — «Carrego eu Escrivão Jose Pereira Borges ao almoxarife Diogo de Ornelas Brito e Bitancourt, do Hospital Real de Nossa Senhora da Boa Nova:

Um moyo de trigo 1m/00

se era em dinheiro, dado pela Real Junta da Fazenda, indicava a quantia — 50$000 reis, 100 ou 200$000 reis.

Em 1794, o dinheiro provinha do contrato do tabaco, por ordem dos Governadores e capitães mores. O trigo provinha das rendas confiscadas ao Marquês de Castelo Rodrigo: de começo do administrador das mesmas, o capitão Antonio Sebastiam Borges da Costa, por fim, «do arrematante das rendas dos moynhos confiscados ao mesmo marquez», e sempre por ordem do Ministro Provedor o Dr. Dezembargador José de Arriaga Brum da Sylveira, que rubricava também todos os livros a 10 reis a folha. Outras vezes o Dr. Arriaga era designado por «Thesoureiro Geral das Tropas das ilhas dos Açôres, de Sua Mag.de Fidelissima que Deus Guarde».

A receita era escriturada para «assistir ao suprimento dos soldados do Regimento do Porto que ao Hospital se vem curar» quando se tratava de dinheiro, e «para o pam» dos mesmos doentes quando dizia respeito ao trigo. Depois, pelos anos fóra, se o dinheiro continuava a vir sempre da Real Junta de Fazenda, o trigo vinha em pão, fornecido pela — «Fabrica de detraz do colegio, nas cazas que são das rendas do Marquez» — «a doze paens por alqueire».

Mas, além do pão e do dinheiro, vinham também carneiros, galinhas e outros artigos, que eram carregados ao almoxarife. Duma vez vieram da Ilha de S. Jorge «sette carneyros e doze galinhas no valor de 7$280 reis»; doutra «358 varas de pano de linho, cru e curado, que

recebeu vindas da Ilha de S.m Miguel, para lançõens e mais roupa para uzo dos sold.os enfermos que no d.o Hosp.al se vão curar». Da Graciosa também veio duma vez «settenta galinhas e sette carnr.os, que com os seus gastos emp.e em 13$250 reis».

Mas o livro mais interessante e pelo qual se toma completo conhecimento do modo como funcionava o Hospital, é o livro diário. Nele se encontra escriturado dia a dia e com minúcia todas as despesas do Hospital, as compras de artigos que diariamente se faziam, como roupas, utensílios de cozinha, objectos de material de aquartelamento hospitalar e os géneros que se adquiriam usualmente para sustento dos doentes e outros extraordinários para manipulação de medicamentos, emplastos, etc. Por êle se verifica, que o movimento era grande e que os doentes eram muito bem tratados, denotando um grande zelo e cuidado na sua assistência e na própria administração do Hospital, onde minuciosamente se especificava o que era abatido ou se consumia. Os doentes comiam meia galinha por dia, ou uma libra de carne, segundo a dieta que tinham.

Percorrendo o livro notam-se pormenores curiosos que nos dão a nota do esmero com que os clínicos assistiam aos doentes, ao mesmo tempo que nos dá a indicação, nesses tempos recuados, do custo da vida local. Assim, encontramos assentamentos como os seguintes, que tiramos ao acaso :

— Despendeu mais o d.o (almoxarife) com vinte e sinco galinhas a $130 reis cada húa, emporte — 3$250.

— com nove dias de Leite para os Enfermos de húa

O lado nascente do Hospital — Corpo das enfermarias e porta de entrada

O lado sul do Hospital — Secretaria, farmácia e Ermida da Boa Nova

vaca que o vem dar ao d.º Hospital, a 50 reis por dia $450.

— com húa arroba e vinte e duas L.as de carne p.a os Enfermos a $025 a L.a emporte — 1$350.

— com a reçam de pam para 25 Enfermos a sinco quartas de pam cada dia a cada hum — 25 p.

— com a compra de duas caixas de Marmelada branca para hum Enfermo, a cem reis cada húa $200.

— com nove canadas de gracha e tres quartilhos p.a fazer banha de flôr por sahir mais barata da gr. de despeza que se fas na botica a $400 reis a canada 3$900.

—com quatro vidros de quarto cada hum p.a as vidraças da caza do galico q. se cobrarão a $100 cada—$400.

— com uma boceta de marmelada vermelha — $080.

— com dous rollos de sera lavrada p.a se fazer sangrías — $320.

— com 46 c.as de vinho a $040 p.a se fazer vin.a por ser mais barato p.a Elrey — 1$840.

— com meya quarta de chá q. se comprou por ordem do Medico p.a hum doente tomar — $250.

— com cinco livras de açucár mascávo $300, mais húa dita de açucár branco $120, mais hum alqr. de sal $160, hum algidarinho e quatro pucaras $060 — $640.

— com quatro perfumadores de ebano a $020 cada hum — $080.

— com doze canadas de agoardente para a cura dos doentes do Hosp.al , a $200 reis a canada — 2$400.

— com dez dias de leite de cabra a duas por dia a vinte reis cada dia $200.

— com duas libras assaflôr para tempero dos caldos das galinhas a $200 — $400.

— com 4 alqueires de semeas p.ª comer das galinhas $160.

— com cinco varas e meya de pano de linho a $180 a vara — $990

— com hum quartilho de azeite dosse p.ª a Lampada de N. Snr.ª da Boa Nova $160.

— com húa caldeirinha de agoa benta para as Enfermarias $400.

— com o feitio de 9 guardanapos e 4 tiras de sangria — $260.

— com 24 livras de carne de carneiro a $020 a livra — $480..

— com duas chicraz e dous pires q. se comprarão por ordem do Medico — $200.

— com húa caixa de marmelada p.ª emplastos confortativos para hum doente $080.

— com laranjas e limoénz para mezinha dos doentes e hum algidar para sangria e pucaraz de barro, tudo $100.

— com vinho para se fazerem emplastos — $100.

No fim do trimestre era feita a conta de toda a despesa e arroladas as aquisições eventuais.

— com hum alqr.e de far.ª p.ª caldos de far.ª p.ª os doentes que se fazia por ordem do Medico e Cirurgião mor a pam — doze panes.

— com tres panes p.ª emplastos confortativos para os doentes de febre por ordem do Medico — 3 p.

Só em emplastos desta natureza, dois soldados doentes consumiram 12 pães.

No trimestre de Março de 1767, gastou-se: em pão, 1 moio 22,5 alqueires e 1 pão; em carne, 10 arrobas e

9 libras; em galinhas 257. Era um movimento muito importante. E especificavam-se contas interessantes como estas:

— com o cosinheiro para a sua reçam a hum vintem por dia na forma do ajuste, em dias que não focem de carne, em 27 dias que tem passado desta quaresma $540.

—com a cozedura do pam de hum moyo e vinte e dous alqr.es e meyo a 20 reis o alqr.e — 1$650.

Os serventes eram quatro e pagos ao trimestre, à razão de 20$000 reis por ano; o cozinheiro tinha 12$000 por ano e ração; a ama da roupa 1$000 reis por mês.

Em dinheiro gastara-se naquele trimestre a quantia de 427$890 reis. A conta da farmácia era paga ao mês abatendo a terça parte.

A conta do trimestre era assinada por todos o que tinham recebido dinheiro, mas os que o não sabiam fazer assinavam de cruz, entrecalando este sinal com o nome escrito por outrem.

No fim do semestre era feita uma conta geral de balanço, onde figuravam ainda despesas que não entravam no lançamento diário, como quando adoecia alguem do pessoal de serviço, que o general autorizava a ser tratado como qualquer outro doente.

Algumas das verbas inscritas dão-nos pormenores sobre o modo como os doentes eram medicados: —ovos e limões para «ajudas»; — açucar branco para tomarem com soros e mais cousas por ordem do Medico; — flor de larangeira para se fazer banha de flôr; — papel mata-borrão para afomentações e emplastos;

— agua da rainha da Hungria por ordem do Medico e por ser mais barato do que na botica $100; — sacos de carvão para se aquentarem as enfermarias ; — leite de cabra para fazer soros dos doentes e laranjas azedas para o d.o eff.o ; — peras e maçãs para os Enfermos comerem asadas. Durante muito tempo figura «leite de peito e leite de Besta» a cem reis por dia, mas o leite de mulher baixava depois para 50 reis por dia.

Em Agosto de 1767 houve uma epidemia, que não consigo caracterizar, porque nos registos de baixas e altas não figuram diagnósticos. Foi preciso arrendar uma casa defronte do Hospital para os convalescentes, queimava-se alcatrão nas enfermarias e comprava-se «sera lavrada para se meter na mão aos Enfermos para quando estão p.ª falecer na agonia». Mas a mortalidade seria pequena porque está só registado «a dous homens que abrirão duas covas para se enterrarem dous defuntos que morrerão no Hosp.al $100».

O movimento andava à roda de 56 doentes e como havfa muito trabalho, foi aumentado ao cozinheiro mais meia libra de carne e aos outros serventes passou tambem a ser abonada idêntica ração.

O zelo pela administração era tal que os seguintes registos o confirmam num excesso de justificação, que a não ser ridículo mais parece o horror da responsabilidade :

«Rendimento de coatro carneyros que vieram da Ilha de S.m Jorge, os quaes vieram da d.ª Ilha sette carnr.os e forão botados na relva do Castello de S.m Joam Batista pela rezão do Hosp.al não haver pasto suficiente a onde se deitassem e dela fujirão todos pelos

montes, aonde aparesserão só coatro e renderão tres arrobas de carne de carnr.o e como mostro da certidão feyta por mim e assignada por todos os serventes do Hosp.al em como he verd.e que não aparecerão e se deitarão no seu lugar aonde se costumão deitar todos os mais que para o d.o Hosp.al tem vindo».

Outra : «Despendeu mais com carne que se perdeu no Hospital com m.to calor que apodreceu, e se botou fora por não servir para comer sessenta livras, como consta de húa certidão asignada pelos serventes e almoxarife do Hospital» e com «galinhas que os ratos comiam no galinheiro» sucedia o mesmo.

Em Maio de 1802 é lançado em despesa ao almoxarife «hum almario da cozinha muito velho que se consumio por estar sem prestimo já a m.tos annos poudre e desmanchado q. so p.ª o fougo poderá servir as taboas poudres». E em Março de 1804 êste outro interessantíssimo e duma minúcia ultra-ridícula «lanço eu em consumo hum prato de Estanho de agoa ás mãos que de velho se acabou de ferruge e quebrado que aos pedaços se acabou de consumir».

O movimento do Hospital em 1767 fôra tal, que se gastou em dinheiro 2:216$933 e em pão 19 moios e 45 alqueires. Existiam então 4 enfermarias que eram numeradas 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª e que num dia ao acaso, 19 de Agosto, continham : na 1.ª 16 doentes ; na 2.ª 18 ; na 3.ª 16 e na 4.ª 25 doentes.

Em 1769 o escrivão e o almoxarife fizeram uma representação ao general que foi deferida e por isso era lançada em conta «pelo gr.de trabalho que continuamente temos e para podermos sustentar, pelo ordenado

ser deminuto, concedenos a faculdade p.ª podermos tirar húa reçam de hum convallecente» que era um pão e uma libra de carne, substituida nos dias de jejum por 30 reis em dinheiro. Só os doentes não faziam jejum.

Contudo, o pessoal não devia andar satisfeito, porque em Abril de 1770, requeriam todos, excepto os médicos, para que o ordenado fosse pago adeantado, ao quartel (trimestre), porque «sua Mag.de por sua Real grandeza foi servido ordenar pela Ley de 2 de Ag.o de 1766 se pagasse os quarteis adeantados». O requerimento foi deferido mas «ficavam obrigados cada hum por si, falecendo ou não cumprindo com as suas obrígações no dito tempo a pagarem pelos seus bens o que ficavam devendo á Real Fazenda».

O número de serventes era variável, conforme com o movimento dos doentes, mas um deles que sabia ler, Salvador de Sousa, em 1768 passava à categoria de enfermeiro, ganhando tanto como os outros, 20$000 reis por ano e a ração diária, o que acumulava com o lugar de sacristão da ermida da Boa Nova que lhe rendia outros 20$000 reis. Havia então 3 serventes e até 1780 é este o pessoal que vence pelo Hospital, dando-nos sempre a escrituração do livro da despesa indicações interessantes sobre o tratamento dos doentes e mesmo sobre a situação económica da ilha. Assim, em 1768, as galinhas custavam a 180 reis e a libra de carne de vaca 30 reis, devendo haver só um marchante, porque quando êste esteve prêso, foi preciso comprar vitelas e abate-las no próprio Hospital. Em 1774 uma canada de vinho custava 50 reis, e em 1776 a de leite era a 60 reis, preço que nesta data tinha também o vinho.

De 1777 em deante, deixam de figurar galinhas nas dietas dos doentes, despesa decerto formidável, porque houve meses em que se gastaram 317.

O movimento de doentes que atingira o máximo de 1771 a 73, trazendo um dispêndio em 1772 de 3:882$530 em dinheiro e 16.587 pães, em 1779 encontrava-se reduzido, respectivamente, a 605$750 e 3.712.

Em 1768 fizeram-se obras no Hospital porque se compravam «10,5 varas de pano de linho para as cortinas das enfermarias novas queeram a 1.ª e a 2.ª».

Respectivamente em 1780 e 81 os capelães menor e mór começaram a vencer ração egual às do escrivão e almoxarife, e naquele primeiro ano figura a despesa de 300 reis a um homem que abriu uma cova na Ermida de N. S.ª da Boa Nova para enterrar um doente falecido, decerto pessoa de privilégio porque o facto não se torna a repetir.

Durante os anos de 1797 a 1800 devia haver grande falta de carne no mercado, porque ia frequentes vezes «um homem aos montes» contratado pelo Hospital para comprar vitelas, passando a ração ao pessoal a ser pago a dinheiro — 35 reis a libra de carne e 25 reis o pão. Comia-se então muita carne de carneiro a 20 reis a libra, custando um carneiro 650 reis. Figuravam nas dietas em substituição de carne, —assordas, ovos, arroz e galinhas, chegando-se a consumir 18 e mais galinhas por dia.

Em 1811 o movimento de doentes era pequeno, recebendo o Hospital para despesas, todos os mêses, 72$000 reis. Esta quantia era insuficiente, tanto que em 1813 era aumentada para 90$000. O custo da vida ia

ser deminuto, concedenos a faculdade p.ª podermos tirar húa reçam de hum convallecente» que era um pão e uma libra de carne, substituida nos dias de jejum por 30 reis em dinheiro. Só os doentes não faziam jejum.

Contudo, o pessoal não devia andar satisfeito, porque em Abril de 1770, requeriam todos, excepto os médicos, para que o ordenado fosse pago adeantado, ao quartel (trimestre), porque «sua Mag.ᵈᵉ por sua Real grandeza foi servido ordenar pela Ley de 2 de Ag.o de 1766 se pagasse os quarteis adeantados». O requerimento foi deferído mas «ficavam obrigados cada hum por si, falecendo ou não cumprindo com as suas obrigações no dito tempo a pagarem pelos seus bens o que ficavam devendo á Real Fazenda».

O número de serventes era variável, conforme com o movimento dos doentes, mas um deles que sabia ler, Salvador de Sousa, em 1768 passava à categoria de enfermeiro, ganhando tanto como os outros, 20$000 reis por ano e a ração diária, o que acumulava com o lugar de sacristão da ermida da Boa Nova que lhe rendia outros 20$000 reis. Havia então 3 serventes e até 1780 é este o pessoal que vence pelo Hospital, dando-nos sempre a escrituração do livro da despesa indicações interessantes sobre o tratamento dos doentes e mesmo sobre a situação económica da ilha. Assim, em 1768, as galinhas custavam a 180 reis e a libra de carne de vaca 30 reis, devendo haver só um marchante, porque quando êste esteve prêso, foi preciso comprar vitelas e abate-las no próprio Hospital. Em 1774 uma canada de vinho custava 50 reis, e em 1776 a de leite era a 60 reis, preço que nesta data tinha também o vinho.

De 1777 em deante, deixam de figurar galinhas nas dietas dos doentes, despesa decerto formidável, porque houve meses em que se gastaram 317.

O movimento de doentes que atingira o máximo de 1771 a 73, trazendo um dispêndio em 1772 de 3:882$530 em dinheiro e 16.587 pães, em 1779 encontrava-se reduzido, respectivamente, a 605$750 e 3.712.

Em 1768 fizeram-se obras no Hospital porque se compravam «10,5 varas de pano de linho para as cortinas das enfermarias novas queeram a 1.ª e a 2.ª».

Respectivamente em 1780 e 81 os capelães menor e mór começaram a vencer ração egual às do escrivão e almoxarife, e naquele primeiro ano figura a despesa de 300 reis a um homem que abriu uma cova na Ermida de N. S.ª da Boa Nova para enterrar um doente falecido, decerto pessoa de privilégio porque o facto não se torna a repetir.

Durante os anos de 1797 a 1800 devia haver grande falta de carne no mercado, porque ia frequentes vezes «um homem aos montes» contratado pelo Hospital para comprar vitelas, passando a ração ao pessoal a ser pago a dinheiro — 35 reis a libra de carne e 25 reis o pão. Comia-se então muita carne de carneiro a 20 reis a libra, custando um carneiro 650 reis. Figuravam nas dietas em substituição de carne, —assordas, ovos, arroz e galinhas, chegando-se a consumir 18 e mais galinhas por dia.

Em 1811 o movimento de doentes era pequeno, recebendo o Hospital para despesas, todos os mêses, 72$000 reis. Esta quantia era insuficiente, tanto que em 1813 era aumentada para 90$000. O custo da vida ia

contudo subindo, porque em 1816-19, com a quantia mensal de 200$000 reis ainda o deficit do Hospital, neste último ano, era de 1:833$016. O azeite doce custava 1$000 reis a canada, o vinagre 320, galinhas 300, assucar 200 reis a libra, chocolate 300, carne a 50 e 60 reis.

Por esta razão em 1818 havia augmento de vencimentos ao almoxarife e escrivão que passaram a ganhar 10$000 por mês.

Neste ano houve uma grande epidemia que obrigou a estabelecer enfermarias na Graça e no Castelo, fazendo-se então uma reforma geral em todos os colchões, comprando-se 7.168 mãos de palha de centeio por 35$815 reis, que para poder ser utilizada, ainda obrigou às seguintes despesas «12 homens que trabalharão para se moer e a carregaram e arrimaram nos palheiros 2$400 ; 8 juntas de vacas que moeram a d.ª palha a 45 rs. cada junta no espaço de 8 dias 3$600 ; 10 carradas que fez hum carro a 200 rs. cada hum carreto 2$000».

Em 1821 e 23 o movimento é muito pequeno, recebendo-se apenas 40$000 por mês para despesas do Hospital «do tesoureiro da Alfandega desta cidade e dos rendimentos publicos desta comarca». Os vencimentos são então modificados. Se o critério anterior do aumento fôra pelo excesso do trabalho, agora justificava-se a diminuição: para o almoxarife e escrivão, por mês, 4$166, enfermeiro 6$000, lavadeira 1$000, serventes (2) a 3$332, cosinheiro 1$600.

O tratamento dos doentes merecia sempre o mesmo cuidado e atenção e pelo livro diário é possivel deduzir-se alguns dos preceitos seguidos na terapeutica, já

que se não encontram nenhumas indicações quanto à natureza das moléstias tratadas, a não ser as de origem venérea.

Até 1819 continua a dar-se *leite de peito* aos doentes, sendo o máximo desta prática nos anos de 1768 a 1790. Eram tantas as mulheres arroladas para darem leite, que parecia constituir uma verdadeira indústria. Haviam doentes que tomavam leite de peito, de burra e de cabra, e depreendo que eram os que se encontravam fracos «doentes de tisica» porque encontro registos com esta indicação. O leite de burra era a 100 rs., mais caro do que o das mulheres, dado a 50 rs., mas nalguns casos o leite de peito subia áquele preço, encontrando também registos de doentes a beberem leite de duas mulheres. Tanto o de peito como o de burra eram dados às novenas, sucedendo haver meses em que vinham cinco burras dar leite ao Hospital e serem despedidas algumas amas por darem pouca quantidade.

Os tísicos bebiam também vinho a 100 rs. a canada, e certos extraordinários como o chocolate, arroz, frutas, peras e maçãs, eram abonados em quantidade apreciável.

Há registos interessantes: — meia libra de chá comprada às freiras de S. Gonçalo por ser mais barato, 800 rs.; — galinha fora da ração para um doente muito fraco por ordem do medico ; — uma galinha por dia pisada para sustancia de três doentes ; — uma canada de vinho para a infusão do tabaco e os enfermos beberem, 80 rs.; outras vezes — tabaco para se fazer pozes para matar piolhos ; — 14 varas de pano de estopa para

as enfermarias para cuspirem os doentes ; — uma canada de mel para ajudas 200 rs.

Faziam-se caldos de farinhas — caldos de cereais — como se infere da seguinte compra : — meio alqueire de favas para o caldo das quatro farinhas ; idem de cevada ; três libras de arrôs para as ditas farinhas.

Por vezes são dados biscoitos e há indicação de tratamentos e dietas especiais para certas doenças : — duas canadas de leite para varios enfermos que se acham cheios de sarna. Os de sífilis eram internados no local chamado *a estufa* e levavam unturas de azougue a 100 rs. cada uma, umas vezes dadas por um servente do Hospital, outras por gente estranha ao serviço e que era chamada para êsse fim. A estufa era aquecida, e só num mês, em 1779, se compraram 10 sacos de carvão para esse efeito.

Para êstes doentes havia dieta especial, porque para êles figuram umas vezes açorda, outras azeite doce, pão e vinho «para o almoço dos doentes que sairão da estufa» e esta indicação especial — «despendeu por huma can.ª de vinho p.ª lavage dos enfermos que sahirão da estufa 50 rs.» Um alferes que esteve no *azougue* — outra designação da estufa — tinha vinho para a barba e bebia leite de peito e de burra. Parece ter havido muito sífilis porque é sempre grande o movimento da *estufa*.

Havia também preceitos higiénicos importantes, como prescrevia o regulamento. Em 1781 eram queimados, por terem servido a enfermos tísicos — 4 lençoes, 2 colchões, 14 cobertores brancos, 2 chumaços, 2 fronhas e 2 guardanapos.

Um doente a quem se lhe amputou um braço neste ano, tinha de dieta, pão de ló, ovos e vinho, e o curativo era feito com aguardente. A canada custava então 300 rs. mas em 1794 estava a 800 rs.

Em 1782 e nos anos seguintes, é pequeno o movimento de doentes, mas de 1802 em deante torna-se muito grande, obrigando a admitir mais pessoal ao serviço. Havia, contudo, poucas mortes, ao contrário das sangrias que eram em barda. Na conta dos sangradores, figuram doentes com 14, 12 e 10 sangrias, mas o trivial eram 6 e 7. Sangrava-se no braço, na mão e no pé, como se vê das relações apresentadas, sobretudo as de Caetano de Faria «sangrador examinado e approvado do Hospital Real de Nossa Senhora da Boa Nova» que serviu de 1775 a 1787, e que elaborava a sua conta com uma lindíssima letra e com tal minúcia, que indica ser homem que muito prezava o seu mister.

Em certas datas queimava-se alcatrão todos os dias, «para defumar as enfermarias». Seria varíola ? Vejo em 1807 o seguinte registo de despesa «com os expostos da terra que vierão a este Hospital p.ª serem vacinados e se conservar a vacina e com huma ama que tratou dos ditos expostos — 14$620 rs.»

Os registos de 1811 são mais categóricos porque falam em «bichigas» durante a última metade do ano. E é nesta data que encontro o seguinte curioso registo, que indica a atenção especial que mereciam certos doentes: «despendeu 1$650 pagos pela sepultura e sinaes do Recluta Estolano Ignacio da Silveira ; 3$350 pelo acompanhamento dos Relig.os de S. Francisco ; 890 rs. do aluguer de quatro toxas e quebras ; e 800 rs. do

ajuste do enterro do d.to por virtude da Portaria de 26 de Outubro próximo que hade ser junta, soma 10$690».

Tinha crédito o Hospital como estabelecimento de assistência e tratamento, porque a 10 de Março de 1812, por portaria do general, era admitido o Padre D. Andre de Morais Sarmento «para ser assistido neste Hospital com todo o necessario e comodidade propria da sua pessoa», ficando com dieta especial, bem como um outro tenente hospitalizado por êsse tempo — pão de ló para a merenda, biscoitos e vinho fino, saindo depois em Maio para o Convento de S.to Antonio dos Capuchos, de cadeirinha.

Em 1816 o movimento de doentes é tanto, que se tornou necessário estabelecer enfermarias no Convento de Nossa Senhora da Graça e no Castelo. Foram então estabelecidas três enfermarias, entrando mulheres e homens para o serviço, contratados ao dia, as primeiras a 160 e 200 rs. e os segundos a 240 e 300 rs. As mulheres eram todas casadas e os maridos entravam no serviço nas mesmas enfermarias, sendo elas enfermeiras ou cozinheiras e êles serventes.

Contudo, apesar de tantos doentes, havia já menos sangrias, consumindo-se então muitos limões azedos e vinho do Pôrto ; — só num mês, 82 garrafas a 240 reis o líquido.

Em 1817 existe êste curiosissimo registo: «despesa que fez o almoxarife com huma mulher que veio levantar a espinhela a hum Enfermo por determinação do Dr. Medico — 300 reis» e em 1819 foi a cadeirinha ao «Paul do Cume da Praya» (4 légoas) buscar um soldado doente «com quatro homens a 500 reis cada hum».

Em 1820 ainda existiam os dois Hospitais — Hospital Real de Nossa Senhora da Boa Nova e Hospital do Convento de Nossa Senhora da Graça, e o movimento era tão grande, que o barbeiro fazia maior ordenado do que os médicos — 20$970 por 304 barbas, 115 escovas, 80 sangrias, 12 dentes e 17 bichas. Pouco leite de peito aparece então e deixa de figurar o de burra, dando-se, ao contrário, muito leite de cabra e muito arroz aos doentes.

Os últimos registos encontrados no Arquivo do Govêrno Civil, referem-se aos anos de 1824 e parte do de 1825. Num inventário feito em 1824 existiam em carga — 324 lençoes, 258 camisas, 91 toalhas de mãos ; 98 colchões, capotes de pano azul 16, cobertores de lã 132 ; de papa 58 ; tarimbas 154. Os ordenados, nesta data, eram : almoxarife 50$000 rs. por ano, escrivão 80$000, serventes 20$000, cozinheira 19$200, lavadeira 18$000.

Por portaria de 3 de Setembro de 1825 foi feito o inventário geral do Hospital, que terminou a 16 do mesmo mês, recolhendo o material aos armazens Reaes e os livros e papeis à Contadoria Geral da Real Junta de Fazenda para neles se proceder aos necessários exames.

Os livros de registo fecham a 7 de Setembro, mas a 8, o Hospital já tem doentes como regimental, sendo no dia 13 mandado entregar ao cirurgião-mor de Caçadores 5, Manuel Filipe de Almeida, utensílios que êle requisitou para o Hospital Regimental e que se encontravam em poder do respectivo almoxarife.

Os remédios eram fornecidos pelos boticários da

cidade, que abatiam um terço à conta, em geral de quantia avultada como se pode verificar pelos seguintes números, tomados ao acaso : Em 1768 dispendia-se com medicamentos de cirurgia 581$010, de medicina 360$492 ; em 1772, respectivamente 936$058 e 710$058 ; em 1781 249$634 e 116$414; em 1823, 249$075 e 288$995.

São numeros que provam, que o Hospital se não poupava a despesas para tratar os seus doentes com todo o recurso terapeutico da época, encontrando-se mesmo nos livros de receituário fórmulas complicadas e caras, de preços bastante elevados para aqueles tempos, tais como de 3$350, 4$800, 1$030, 940 rs. e muito raramente inferiores a 150 reis.

As fórmulas usadas nos primeiros anos são as da Farmacopea Tubalense, que é citada várias vezes pelos médicos e cirurgiões, dificílimas de decifrar, sobretudo na letra do médico, que escrevia na forma consagrada à letra dos doutores.

Só em 1820 começa a haver formulário, que se me afigura ser individual, fórmulas mais usuais que cada um dos clínicos empregava, embora estivessem indicadas por números. Nesta data o médico apresentava 286 fórmulas e o cirurgião 192, mas em 1823, o mesmo cirurgião tinha só 99 fórmulas e um outro médico 33. Em 1824, respectivamente nos livros de receituário de cirurgia e medicina, e nas suas primeiras páginas, é que se encontram escritos à pena, formulários divididos por capítulos e com numeracão das fórmulas, decerto sem carácter oficial, apenas compilação ali posta para regularidade e simplificação do receituário.

Forneciam os medicamentos, em 1767, o boticário José Ribeiro do Vale e em 1770 Bento Ribeiro do Vale. Em 1816 vinham da botica de Eustaquio Francisco d'Andrade, que falecia neste ano, passando o fornecimento a ser feito por Victorino Ribeiro Lobo e Martiniano Evaristo Serpa, sócios da mesma farmácia, que continuaram a fornecer os medicamentos até à passagem do Hospital a regimental.

OS MÉDICOS E CIRURGIÕES.

Não foi possível colher dados biográficos sôbre os médicos e cirurgiões que serviram no Hospital, o que seria muito interessante, mas, pelo que acima foi dito sôbre tratamento dos doentes, é lógico concluir, que para o seu tempo, os profissionais do Hospital Militar da Boa Nova, eram pessoas de saber, zelosas e devotadas à sua profissão.

Desde que foi posto em execução o Regulamento de 1766, figuram nos livros de receituário duas letras diferentes para a cirurgia e medicina, mas só em 31 de Dezembro de 1767, num certificado que justifica o «consumo de dez canadas de gracha que se comprarão para se fazer banha de flor» encontro pela primeira vez a nomeação e a assinatura do cirurgião-mor Manoel Teixeira de Abreu.

Em 1772, assinando alguns recibos a rogo, encontro os seguintes nomes : José da Costa Pereira, cirurgião ajudante ; José Antonio Coelho, cirurgião ; João José da Costa B.ª, ajudante de cirurgia e Manuel José Ribeiro, cirurgião, mas, excepto o primeiro, que caracte-

riza as suas funções com a designação militar de cirurgião ajudante e o último de que encontro menção em 1774, suponho que os outros serviam na qualidade de ajudantes do cirurgião, como o estabelecia o regulamento Lopes Durão.

Só de 1774 em deante, começam a ser assinados os livros do receituário, o de cirurgia, durante algum tempo, por José Ignacio Costa, o de medecina, por José Moniz Tavares, e comparando à letra do receituário desta, com a letra dos livros anteriores, nota-se sem esfôrço ou forçada conclusão, que é escrito pelo mesmo punho da que figura nos livros de medecina, a partir de 1771.

Teria o médico José Ignacio Costa substituido eventualmente o cirurgião ? Assim o creio, porque de 1775 em deante, figura como médico. O certo é que naquele ano de 1774, ainda encontro assinando o livro de cirurgia, os nomes de Manuel José Ribeiro e uma assinatura terrivelmente dificil de decifrar, mas que concluo ser de Domingos Antonio Ferreira.

Em 1775, o livro de medecina é assinado, no primeiro semestre, por José Ignacio Costa e no segundo, por José Moniz Tavares ; no de cirurgia, figura só Domingos Antonio Ferreira, e são estes nomes que encontro sempre, respectivamente, até 1814, 1820, 1803, a não ser em 1783, em que aparece no livro de cirurgia uma letra diferente e a assinatura de Joseph Gambien, conjuntamente com a do cirurgião Domingos Ferreira, nome aquele nitidamente de francês, que presumivelmente fôra autorizado o fazer serviço no Hospital.

Era muito mais caro e complicado o receituário de José Moniz Tavares, do que o de José Ignacio Costa, formulas em geral de preço elevado, bem como as do cirurgião Domingos Antonio Ferreira, e por ser muito interessante e por êle se poder ajuizar do clínico, a seguir fazemos menção dum documento que encontramos, com data de 26 de Janeiro de 1805, informado pelo Dr. José Moniz Tavares.

Fôra o caso, que tendo êste médico ao passar a visita, dito ao almoxarife que um determinado doente «padecia de doença de fome canina e que para a sua sustentação se lhe faz percizo dar ração dobrada» o almoxarife requeria a S. A. R. permissão para o poder fazer, por lhe não ser permitido «dar a ração sem despacho».

Nesse mesmo dia, com várias rúbricas de despacho, era remetida ao médico, para informar, a petição do almoxarife, o que ele fez nos seguintes termos :

«Senhor. O enfermo de que se faz menção se acha no Hospital Rial de N. S.ª da Boa Nova com a enfermidade de fome canina, tendo por p.ra causa ácido do esthomague tam corrozivo que não só os alimentos pode disolver, mas ainda o ferve se ó ingulir. Alem desta tem padecido a molestia de lombrigas que lhe roubão o alimento e por isso extenuado de carnes de tal sorte que se não pode sustentar nas pernas, effeitos da molestia : e p.ª se remediar precisa alimento bastante e por esse motivo aconcilhei dobrado alimento do que se dá ordinario, alem de que se lhe devem dar caldos de arroz de minham e de tarde e todo alimento gordo p.ª evitar a corruzilidade dos Emores e acido

perdomignantte no esthomague. V.ª A. R. disporá o que for justo. Angra, 29 de Janeiro de 1805. Beja y plantas de V.ª A. R. (as.) José Moniz Tavares.»

Com tão fundamentada justificação a petição foi deferida.

Em 1820, José Moniz Tavares é substituido pelo médico Gonçalo Rodrigues Palhinha, que serve até 20 de Novembro de 1824, entrando a 23 do mesmo mês Nicolau Caetano de Bettencourt Pitta, que continua depois a prestar serviço no Hospital, como adeante veremos, na sua passagem a Regimental.

Dos cirurgiões: em 1803 Domingos Antonio Ferreira é substituido pelo cirurgião-mor Estacio José de Faria, que serve até 1816, sendo substituido até 1817 pelo cirurgião-mor agregado Francisco Xavier Broa, entrando nesta data Luiz Antonio de Oliveira Viana, cirurgião-mor interino, que em 1818 era cirurgião-mor do B.am de Artilharia e Hospital Militar e em 1822 cirurgião-mor d'Infantaria.

Em 1818 aparece ainda Ignacio Quintino de Avelar como cirurgião inspector, com o vencimento de 15$000 ao mês, e que figura existindo até 1821, não obstante em 1820 aparecer um outro cirurgião que por vezes se intitula também inspector, Vicente Pedro de Kort, que nesse ano faz serviço no Hospital.

Não encontro dados precisos sôbre a missão desempenhada por estes cirurgiões inspectores, tanto mais que o primeiro figura num registo anterior com a designação de cirurgião inspector e ajudante do médico, e o segundo ás vezes assina como cirurgião interino do Hospital Militar. Seja como fôr, sobretudo o Avelar, deve

ter tido superintendência fiscalizadora no serviço, porque com data de 20 de Junho de 1818 encontro uma «relação das pessoas que se acharão neste Hospital Real Milital de Nossa Senhora da Boa Nova, chamadas pelo sirurgião Avelar e sirurgião mór interino do d.o á ordem do Ill.mo Ex.mo Sr. General», e essas pessoas foram: o cirurgião Avelar, o cirurgião mor interino do batalhão, o cirurgião Vicente Pedro e o cirurgião José Pereira Correia.

Contudo, até 1823, é cirurgião-mor do Hospital, Luiz Antonio de Oliveira Viana, surgindo em Novembro dêste ano Antonio Pedro Braz de Lima, para a 9 de Janeiro de 1824 aparecer Manuel Gomes de Sampaio, que assina cirurgião director do Hospital e transita na passagem do Hospital a regimental, em 1825, conjuntamente com Manuel Filipe de Almeida, cirurgião-mór de caçadores 5, o qual viera do continente com esta unidade, como se conclue de um livro de juntas existente no Arquivo do Hospital e pertencente a caçadores 5, que contem o seu nome em registos datados de Bragança e Elvas por onde fez quartel esta unidade.

O HOSPITAL REGIMENTAL

Com a passagem do Hospital à categoria de regimental, em Setembro de 1825, com excepção dos médicos, cessaram as funções de todo o pessoal de administração e de serviço. Embora deles não encontre outra menção, pelo artigo 17 do decreto que criava os Hospitais Regimentais, eram-lhes conservados os ordenados, conforme o tempo de serviço e merecimentos, até ulterior colocação.

O funcionamento do Hospital modifica-se então por completo, continuando com administração autónoma e cabendo ao director as responsabilidades da mesma.

Não me foi possível encontrar registos referentes aos primeiros anos, mas, pelos encontrados a partir de 1837 e que se encontram completos, vê-se que as contas eram verificadas todos os meses, vindo para êsse efeito três oficiais da unidade aquartelada no Castelo, que assinavam conjuntamente com Manuel Gomes de Sampaio, administrador e director do Hospital e Nicolau Caetano de Betencourt Pita, que se intitulava fiscal até 5 de Março de 1842, data em que pela Repartição do Conselho de Saude, foi notificado «que não sendo Medico do Hospital, contemplado no artigo 2.º do

decreto de 13 de Janeiro de 1837» — «não devia ter egerencia na administração do Hospital, nem assinar papel algum que diga respeito ao mesmo, pois o seu unico dever he tratar dos doentes de Medicina que lhe forem distribuidos».

A comissão verificadora de contas, lavrava um auto dizendo que os livros e papeletas se encontravam certos, que os géneros eram de boa qualidade, etc., e que tinham encontrado a «Tabela e a relação das dietas colocadas em lugar patente do Hospital, para conhecimento dos doentes», o que denota o máximo respeito havido pelas garantias e regalias individuais dos enfermos. A despesa era então pequena, mas ainda durante os anos de 1830-31-32, no período mais aceso das lutas liberais, o Hospital gastava por mês de 300 a 500$000 reis.

Em 1840, o movimento mensal de doentes andava á roda de 30 e a despesa com géneros pouco acima de 50$000 rs. Para o serviço havia um cabo enfermeiro e serventes, que pertenciam à unidade, mas para certos casos, pedia-se mais gente, como duma vez, em 1842, «presidiarios para desobstruir as cloacas e fachinas para lavar a enfermaria que estava muito suja».

Os medicamentos eram fornecidos como no período anterior, mas em 1838, como um boticário de Almeida, propozera e fôra aceite, fornecer medicamentos ao Hospital Militar daquela localidade, menos sanguesugas, a 20 rs. diários por praça, a Secretaria da guerra preguntava se aqui, na localidade, ninguém o quereria fazer, informando para ilucidação e estímulo dos interessados, que o dito boticário de 5 a 31 de Dezembro de

1838, recebera 6$400 rs., quando as despesas com os remédios lhe haviam custado 4$207, ganhando portanto 2$193 rs.

Concorreu o boticário da cidade Manuel Alvarez Ribeiro de Faria, sendo o contrato aprovado a 3 de Julho de 1839, mas em Setembro de 1846, o mesmo oficiava, dizendo que não podia satisfazer ao compromisso tomado alem daquele mês, fazendo-o contudo até ao último dia a rogo do director do Hospital.

A conta da botica era pequena, à roda de 8 a 9$000 reis por mês, e outro boticário, Guilherme Antonio de Lima Monteiro, a quem foi feita a proposta, informava só poder fornecer os medicamentos «somando as receitas pelo preço do seu regimento abatendo a quarta parte», o que foi contratado a 27 do mês de Outubro seguinte, continuando até Dezembro de 1880, data em que se procedeu à arrematação sôbre a base de licitação de 40 reis fortes por doente, concorrendo só Antonio Casimiro Mourato, que disse não lhe convir arrematar, mas forneceria os medicamentos pelo preço do regimento abatendo 30 %, excepto as sanguesugas, o que foi aceite por ser mais barato do que o existente. Mas em 1882, em nova arrematação, ficava o mesmo Mourato a 60 reis fortes por praça, declarando, mais tarde, em 1887, só lhe convir continuar ao preço do Regimento com 5 % de abatimento. Ficou então a farmácia da Misericórdia até 1892, que ofereceu 10 %, data em que vieram medicamentos do Depósito Geral, comprando-se no mercado local os que faltassem no receituário.

OS DIRECTORES.

Sôbre os cirurgiões que serviram no Hospital, encontro registos interessantes, que julgo util trazer à publicidade, como complemento da opinião a formar-se sôbre o importante papel que o Hospital desempenhou.

Em 1839, Manuel Gomes de Sampaio, assina cirurgião do exercito reformado, mas ainda continua depois a figurar como director do Hospital, até que em 5 de Outubro de 1846, já de todo impossibilitado, deixa a direcção, reunindo uma junta para verificar a entrega que o mesmo Sampaio fazia do Hospital ao cirurgião-mor de Infantaria 5, Francisco José Maria de Lemos. O Pita, contudo, permanecia no serviço e o próprio Sampaio, já então com a letra muito trémula, continuava a fazer parte das juntas hospitalares até 1854.

Por estes tempos era êle presidente da Camara Municipal de Angra, e curiosa coincidência, era sob a sua administração municipal, que a Camara mandava imprimir, por sua conta, os «Annaes da Ilha Terceira» de Francisco Ferreira Drumond, compilação basilar de todas as investigações sôbre a história da ilha.

Algumas notas interessantes encontro no registo de correspondência, pelas quais se avalia a sua acção como director do Hospital.

Assim, em 23 de Janeiro de 1841, oficia ao coronel comandante, porque «tendo-lhe aparecido alguns soldados com cancros venereos e tendo por elle sido hoje proguntados se sabião qual era a mulher que julgavão ter-lhos pegado» — o que denota um escrupuloso cuidado de afirmação sôbre a probabilidade do contágio,

indicava o nome duma mulher da rua Suja «e alvitrava se parcer a V. S.ª bom seria que officiasse ao Regedor da Parochia para ser recolhida ao Hospital da Misericordia para se curar». Havia então muito venereo, como verifico nos registos, mas muito mais grave era o que participava em 1846 o seu sucessor, porque os soldados contagiados, e muitos eram, o haviam sido por meretrizes que residiam no próprio Castelo.

Instava, várias vezes, por obras no Hospital, e algumas se fizeram em 1841, de pedreiro e carpinteiro, no valor de 518$968 rs., mas lastimava-se pela demora havida «3 e 4 meses e mais para se caiar o edificio e repor telhas levadas pelos tempestuosos ventos, em detrimento do Edificio e da comodidade dos Enfermos».

Durante a sua direcção o movimento de doentes é pequeno, à roda de 30 por mês, andando as despesas por 30$000 e as da farmácia variando entre 7 e 50$000 reis. As quantias abonadas não chegavam para os dispêndios, queixando-se em ofício de que «a lenha distribuida ao Hospital era pouca segundo o criterio do rancho, porque havia sempre lume acceso para banhos de sarnosos, doenças venereas e rumatismos, alem disso como dar os caldos do almoço, jantar e ceia, aquentar remedios, etc.»

Em 1845 houve uma grande epidemia de bexigas e como havia só 121 lençois, pedia a compra de mais 60 — «porque era preciso mudar de 2 em 2 dias por estarem imundos com a supuração das bexigas». Morriam então alguns dos atacados, soldados e presidiários e a coisa devia ser tão grave, que nesse mesmo

dia o comandante autorizava a compra do pano, sem pedido à Secretaria da Guerra, como sucedia com outras requisições, por vezes muito mais insignificantes.

Havia juntas de saüde quási todas as semanas e por correspondência encontrada nos registos, verifico que algumas das suas resoluções deram origem a conflitos. A eterna questão das juntas médico-militares !

Assim, em 2 de Maio de 1840, era feito à Junta de saüde a grave arguição de pouco zelo no serviço das inspecções, pelo comando militar da Horta, que dava conhecimento de ter recebido «a relação das praças de Veteranos residentes na sub-divisão a seu cargo e que deviam ter diferentes destinos, sendo no numero dos promptos para serviço um furriel e onze soldados, mas que estando, ha não poucos annos, sem receberem fardamentos, nem semestres, se lhe apresentavam descalços e sem uma parte do seu vestuário, que indique serem militares» e pedia para que lhes fosse fornecido fardamento «pois no estado em que estão acho indecoroso expo-los a qualquer serviço a aparecerem em publico». E não podia omitir «que no numero daquelas doze praças, algumas ha, principiando pelo Furriel, que visivelmente estão incapazes de qualquer serviço, pois que, um falta-lhe uma mão, outro, tem o braço esquerdo que de nada lhe serve, pois que ainda que lho queimem, ou cortem, nada sente nele, e alguns mais dos mesmos doze com iguais impossibilidades, todas adquiridas por efeito de seus ferimentos em combate na luta contra o uzurpador, o que bem deixa ver o pouco escrupuloza que foi a Junta de Saude, que na Ilha Terceira as inspecionou ultimamente, pois que

outras que forão inspecionadas, e julgadas incapazes tem mais saude que alguns que foram julgados promptos».

Era forte para a Junta e o brigadeiro comandante remetia esta comunicação ao Ministro da Guerra, em 7 de Maio do 1840, pedindo providências, porque pelo ofício do da Horta se via «a falta de circunspeção, e zelo pelo serviço, com que a Junta de Saude em Angra inspecionou as praças adidas á Comp.ª Provisoria de Veteranos dos Açôres e a irregularidade dos resultados daquela inspeção, pois entre as praças dadas por promptas se encontrão, um, com uma das mãos cortadas, outro aleijado de um braço sem sensibilidade alguma, e noutros com balas no tronco do Corpo, impossibilitados de qualquer serviço, aponto dos Comandantes de Caçadores n.º 1 e Infantaria n.º 21 os não poderem empregar nele ; isto em prejuizo da Fazenda Publica e dos proprios soldados, e como alguns preferem ter baixa» pedia ao Ministro para resolver sôbre o caso.

Não seria decerto o melhor critério para quem se inutilizara, servindo a Pátria e a Liberdade, ter só em conta os interesses da Fazenda Pública. Nessa boa razão estavam os médicos da Junta, Sampaio e Pitta, que em face da acusação respondiam a 16 de Junho de 1840 «que á arguição de falta de circunspeção, zêlo pelo serviço, e irregularidade dos resultados da inspeção» tinham a responder o seguinte : «que estão persuadidos que hôve toda a circunspeção, e regularidade em tais rezultados, e que S. Ex.ª talvez por ignorar o Contheudo em taes rezulçõens pela mesma Junta enviados para o Governo em 1839 julgou de seo dever argui-los».

Citavam os casos apontados, identificando-os com os nomes e numeros das praças «os quaes não forão julgados promptos, mas sim incapazes de serviço activo, cujas Relaçôens devem existir na competente repartição, que bem mostrão a regularidade, e circunspeção, com que forão inspecionados, cujos rezultados o Conselho de Saude do Exercito approvou, em consequencia do que S. Mag.e lhes deo tal destino, portanto a Junta não é culpada desse destino.

= «De falta de zelo pelo serviço é arguida a Junta por sua Ex.ª = A Junta julga que, se deve ser arguida, é de excessivo zelo pelo serviço, por julgar que tres praças se achão em circunstancias de fazer o serviço, que compete a Veterano, como de guardar um forte, cuidar na sua limpeza, etc., no que nem perde o Veterano, porque mais facilmente é secorrido, nem a Fazenda, porque em nada augmenta a sua despeza, o que aconteceria se em lugar delles se ocupassem praças em activo serviço : hum homem sem huma mão, um aleijado como o Furriel, podem fazer um tal serviço em lugar de andarem vagabundos servindo-se dos aleijõens para mandigar uma esmola, o que serve de opprobio á Nação ; na guerra peninsular em 1812 o Brigadeiro Callingo sem huma perna comandou a Brigada Portuguesa da 7.ª Devizão, o Major Stuart em 1814 sem o braço direito servio em effectivo serviço em Caçadôres n.º 2 ; portanto com justiça, e zelo julga a Junta ter cumprido com os seos deveres ; e demais se algumas praças, como S. Ex.ª diz preferem as suas baixas, é porque se achão em circunstancias de trabalhar e um trabalhador do campo, que nenhuma comparação tem

com o de um Veterano». E nesta ordem de ideias continuavam desfiando todas os pontos da infundada queixa, terminando por dizerem que «conhecem portanto os membros da Junta que sendo o Conselho de Saude do Exercito a quem compete conhecer das irregularidades, falta de Circunspeção e zelo pelo serviço cometidas nas inspeções de Saude e tendo elle á vista das relaçôens julgado capazes de serviço de Veteranos o Furriel, o mutilado, o da paralisia da mão, assim como as outras praças, é porque conhece que podem fazer um tal serviço, e por isso a Junta se presuade não merecer semelhante arguição».

Desafrontava-se com dignidade a Junta, mas outros conflitos surgiam, como vejo em 1846, então fazendo parte dela, Sampaio, Pitta e Luiz Augusto Pedro de Sande, cirurgião ajudante de Inf. 5, sôbre a inspeção dum oficial, a que foi pedida rectificação —«dicerão que continuando na vida sedentaria do posto d'ajudante, se lhe poderia augmentar a molestia = é porque o serviço d'ajudante em tempo de páz é na Secretaria do Corpo, aonde escrevendo, necessario é que esteja assentado, cuja continuada posição se considera uma cauza de hemorrhoides e não menos, o exercicio prolongado de equitação ; por isso o julgão só capaz para oficial de fileira».

Vinha coberta a decisão com as razões etiológicas da época, quanto a causa de hemorroidas, mas ainda assim eram fracas para se excluir a hipótese duma proteção ao oficial.

Devia ser péssimo o estado do Hospital, ao tomar

conta da direcção o cirurgião-mor de Inf. 5, Francisco José Maria de Lemos, porque poucos dias depois oficiava para se concertarem os sobrados, — «que em parte se achavam carecendo de prompto concerto, não só para evitar o progresso da ruina, que depois será mais custosa de remedios, mas tambem porque a correspondencia do ár he nociva aos Enfermos, e qualquer descudo das pessoas que transitão pelas Enfermarias pode dar lugar a algum acidente bastante grave».

Sôbre o que eram as instalações do Hospital nesta data, encontramos informação precisa na monografia *Breve Noticia sobre a Topografia Medica da cidade d'Angra do Heroismo* escrita pelo Dr. Rodrigo Zagallo Nogueira, em 1844, portanto três anos depois da sua fixação na ilha como clínico, onde se encontra o seguinte: «O Hospital Militar está em um edificio pequeno, situado ao pé do castello de S. João Baptista, ficando-lhe contigua a ermida de Nossa Senhora da Boa Nova, pelo que o denominam hospital da Boa Nova. Tem uma só enfermaria para todas as doenças, um dos seus primeiros e grandes defeitos hygienicos, e o seu pavimento fica ao nivel da rua, o que concorre para ser bastante humida, e pouco arejada, apesar de ter muitas janellas para o nascente e poente, não possuindo uma unica casa, ou lugar proprio para os doentes convalecentes, poderem respirar um ar livre, e passear. Encerra alguns quartos particulares, voltados ao sul, para os oficiaes que se recolhem ao hospital, e para algum doente a quem se faz operação de maior consideração. Além dos facultativos militares, tem um medico civil para tractar das molestias internas. O seu numero de doentes

é muito limitado, por ser insignificante a guarnição militar da ilha».

Não obstante o mau estado do Hospital e as instâncias do novo director, as providências não vieram, porque em 1849, tres anos depois, insistia de novo sôbre a situação lastimável do edificio, dizendo, «que desde que era director, se haviam feito já dois orçamentos sem que resposta alguma viesse e que tudo continuava em mau estado, sendo completa a ruina do sobrado da Enfermaria grande, agora agravada com os terramotos do ano passado».

Durara apenas 5 anos a sua direcção; a 13 de Julho de 1851 era presente á Junta com o diagnóstico de «hemoptyses», sendo-lhe concedidos 90 dias de licença para se tratar, lavrando a 1 de Agosto auto de entrega do Hospital a Luiz Augusto Pedro de Sande, cirurgião-mor de Inf. 5.

Teria então o Lemos á roda de 38 anos, e não obstante o diagnóstico feito pela Junta, em 1853 era cirurgião de brigada e director do Hospital Militar de Lisboa, tendo falecido em 1878 depois de ascender aos altos postos de cirurgião de divisão e cirurgião em chefe do exercito.

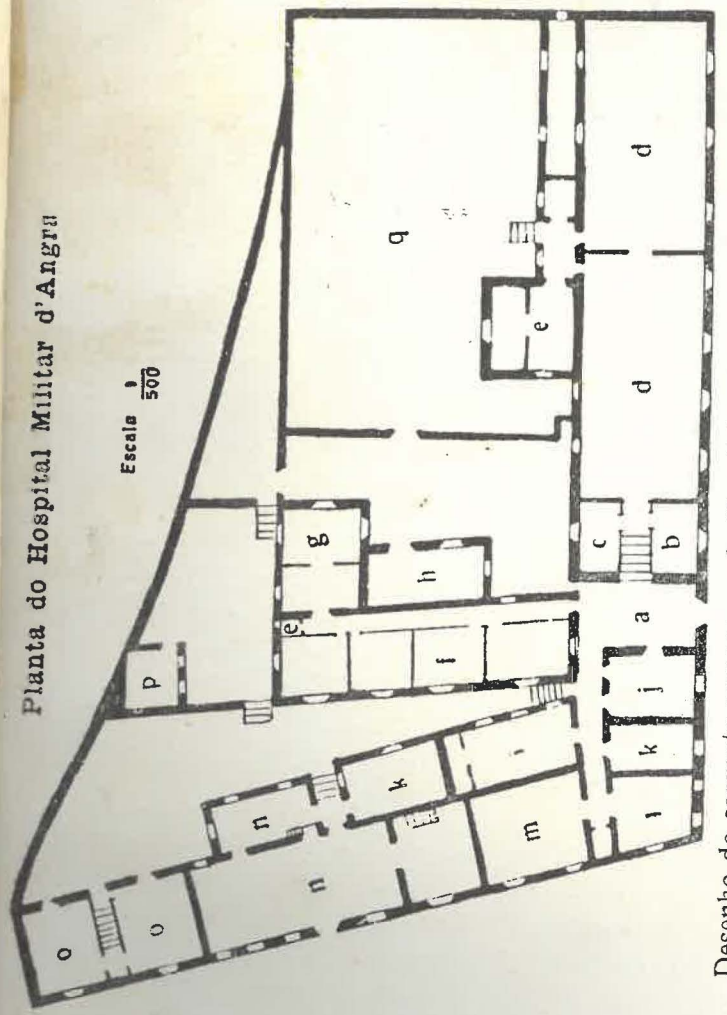
Como nota clínica interessante da sua direcção, figura em Abril de 1847 uma conferência dos «Facultativos Militares», para dicidirem sôbre o tratamento futuro duma praça, sendo comunicado pelo director ao Com.te do Reg.to, que a Junta «capitulou a molestia do mesmo = Furmigueiro = denominação especial que nesta Ilha se dá a uma especie de ulcera chronica, que tem um tratamento especial, que a Junta decidio dever fazer-se

ao referido enfermo, entretanto como este tratamento, alem de muito dispendioso se afasta das formulas uzuais, rogo a V. S.ª me dê uma authorização especial para a ele proceder». Ao que o com.te respondia, dizendo que era «concedida a authorização que requeria por quanto ella era reclamada pelos principios da humanidade a que sempre cumpre atender-se».

Mas se fôra de poucos anos, o período em que o cirurgião Lemos dirigiu o Hospital, com Luiz Augusto Pedro de Sande, vinha para o mesmo um largo período de brilhante direcção, durante 24 anos seguidos, até que em 1875, promovido a cirurgião de Brigada, seguia para o continente a tomar a direcção do Hospital Militar de Lisboa.

Viera para a ilha em Abril de 1843, como cirurgião ajudante de Inf. 5, e nela se fixou até esta última promoção, tendo sucessivameute transitado para as unidades que aqui se foram revezando e aquartelando. Assim o encontramos como cirurgião-mor d'Inf. 5, desde 1851 a Outubro de 1857, em que passou a Inf. 18, depois, em Setembro de 1859, é nomeado para Inf. 8, aguardando na ilha a chegada desta unidade, que só veio de Braga em Dezembro de 1860, quando Inf. 18 recolheu a esta mesma cidade. Depois transitou para o Batalhão de caçadores 9, em Outubro de 1862, e em 1864, com a criação do Batalhão de caçadores 10, ainda é ele que passa de unidade continuando à testa do serviço.

Individuo de elevada moral e verdadeira devoção profissional, como a seguir se demonstra, foi um zeloso



Desenho do sargento amanuense do Hospital — José do Couto de Sousa

Legenda:
a – entrada
b – quarto de curativos
c – » do enfermeiro
d – enfermarias
e – quarto de banho e retretes
f – quartos de doentes
g – sala de operações
h – cozinha
i – gabinete do director
j – refeitório
k – arrecadações
l – secretaria
m – farmácia
n – ermida da Boa Nova
o – casernas do pessoal
p – latrinas
q – jardim

cumpridor dos seus deveres. Director duma alta dignidade, deligente e vigilante, procurou sempre prestigiar o Hospital, elevando-o no conceito público, para o que instava sucessivamente por melhoramentos e obras, sem que o desgosto de não ser atendido o desanimasse e o demovesse para novamente pedir, aferrado ao dever do seu cargo. Assim o vemos, instando em 1852 por «obras de pedreiro no tanque, de carpinteiro nas cloacas e caiaço e retelho no Hospital, onde chovia na enfermaria grande em diferentes partes e na secretaria».

Era clamar no deserto, mas no ano seguinte insistia de novo, fazendo um relatório onde dizia «que apesar dos melhoramentos introduzidos pelo director Lemos, muitos mais eram precisos» e chamava a atenção para o edifício que cada vez mais se danificava. Calculava as camas em 30, para o serviço ordinário, enquanto estava destacado em S. Miguel metade do Regimento ; «que faltavão barras de ferro para todos, não obstante, as existentes de madeira ainda estavam em bom uso». Pedia roupas e um fogão para a cozinha e acêrca da secretaria onde reunia a Junta dizia «o seo ornato compõe-se de 3 mochos e uma mesa de pinho carunchoso» como podia informar o seu antecessor Lemos que lhe pôs mobilia sua e outro tanto ele fazia, e perguntava : «Se por fatalidade aqui desembarcarem officiaes doentes que queirão ou precizem recolher-se ao Hospital, que comprometimento para o seo Director ?» Por isso «ardentemente implorava a valiosa protecção do chefe de Saude para o caso».

Fosse pelo conceito que merecera o pedido, ou pelo refôrço com que o confirmara o testemunho

pessoal do cirurgião Lemos, então em Lisboa, e que o Sande invocava, o que é certo é que o chefe o tomou em atenção, porque a 2 de Setembro lhe dizia para ele mandar á repartição as requisições respectivas «tendo em vista no calculo que dellas fizer, o pequeno numero dos doentes nesse Hospital», requisição que seguiu logo a 17, nas boas deligencias do Sande, mas decerto esquecido de seguida, porque no relatório seguinte, este novamente amargurava estar tudo na mesma.

Desta vez vinham na sua maior parte as roupas pedidas, mas melhoramentos no edifício não havia nenhum, e por isso no relatório semestral seguinte «pedia licença para ainda desta vez se ocupar do Hospitalzinho da sua direcção» dizendo: «He incontestavel que um Hospital de piqueno movimento como este não deve apresentar, porque não preciza, as acomodações e utensilios dos grandes hospitaes, mas tamdem é indubitavel que o aceio e regularidade em todos produz milhoramentos e belleza, e que nada disto póde obter-se faltando os arranjos necessarios ; como é possivel haver aceio na roupa das camas, e nas paredas contiguas a estas se uma alluvião inextinguivel de percevejos constantemente brota da velha madeira de pinho empregada em todos os leitos e cabiceiras?» E terminava, «não querendo ser extenso, nem importuno em pedir demasiadamente» por dizer «que não era muito o que julgava indispensavel para o andamento regular do serviço medico-militar deste Hospital conforme o regulamento exigia.» Pedia então 20 barras de ferro.

Era bater em ferro frio, porque em Janeiro de 1855, surgiam os mesmos queixumes, chovendo tanto dentro

do edifício «que era preciso fugir com as camas dos doentes para os livrar da agua». E sempre vigilante em promover melhoramentos materiais no Hospital, oficiava ainda neste ano, depois de ter colhido particularmente informações junto do oficial engenheiro da Divisão, porque «observava durante a pratica de 11 anos, que algumas molestias do tubo digestivo, como febres gastricas e diarrheas, quasi sempre tomão um caracter gravissimo ou fatal, se nelle se demorão os respectivos doentes, e não podendo eu descobrir outra causal de tão maligna influencia, a não ser a exhalação de gazes mephiticos na proximidade das enfermarias pela posição de suas latrinas», proponha então, visto não haver outro lugar onde coloca-las, «encanar as materias excrementicias para um quintal que fica fóra do edificio e n'um plano muito inferior ao seo solo». E como lhe cumpria «adoptar e promover todos os meios de salubridade que o bom tratamento dos doentes reclama» dava informações sobre o arrendamento do prédio, que fôra de S. Gonçalo e pertencia agora á Fazenda Nacional e a facilidade de o anexar ao Hospital.

O quintal, de facto, foi mais tarde anexado ao edifício, tendo sido vendido em hasta pública ha poucos anos, mas embora não fosse utilizado para esse fim, foi decerto devido a este alvitre que se encanaram os dejectos das retretes para o prédio vizinho, para onde corriam até ao ano passado, facto que cessou pela construção duma fossa aséptica, necessidade que se impunha no melhor preceito a adoptar, onde pela topografia e situação do edifício, não havia possibilidade de aproveitar a canalização dos esgotos da cidade.

Era então a teoria da época, a explicar a causalidade das infecções gastro-intestinais pelos miasmas dos dejectos. O profissional competente que era o cirurgião Sande assim o explicava dentro dos princípios do seu tempo, e o higienista afirmava-se nesse sentido clínico. Eram então os gazes mefíticos, hoje explica-se pela propagação da mosca. Mas a causa era a mesma — os dejectos dos doentes a trazerem o contágio. Só o veículo transmissor se difiniu e se acertou, com a revolução feita por Pasteur, no mundo das ciências biológicas.

O clínico e o esmerado director em breve recebia a recompensa do seu esfôrço, porque o general com.te da Divisão, o elogiava a 29 de Março de 1856, nos seguintes termos : «que tendo visitado o Hospital sem ter feito previo avizo e depois de o haver examinado attentamente ficou muito satisfeito de ver o excellente estado em que se acha o dito estabelecimento, tanto no que diz respeito ao aceio e arranjo interno do edificio como na marcha geral do serviço». E que tendo feito «diversas perguntas aos doentes, e pelas suas respostas ficou sciente de que não lhes falta cousa alguma para o seu tratamento, e que tanto o respectivo Director como os empregados menores do Hospital, desempenhão com pontualidade os seus respectivos deveres». Fazia mais observações sôbre o que vira em roupas e utensílios «tudo no melhor arranjo» o que considerava «devido ao activo zelo e inteligencia do seu Director» e por isso mandava «dar os seus Louvores a este habil Facultativo, o sr. cirurgião-mor Luiz Augusto Pedro de Sande, a quem se deve em parte o grande melhoramento de um

estabelecimento de tanta utilidade para a classe militar». Foi durante a sua direcção que foi posta em execução, a partir do 1.º de Julho de 1861, o sistema decimal na tabela das dietas.

Nada vinha ha dois anos, dizia ele ainda em 1863 e instava pela satisfação das requisições pedidas, porque havia então muito movimento, média diária de 32 doentes, sendo preciso armar 40 camas no Hospital.

Existiam então na ilha — uma bataria de artilharia, uma comp.ª de veteranos com 100 praças e o batalhão de caçadores com 485, das quais estavam destacadas fora da ilha 130.

Era um bom chefe, estimando o seu pessoal e por ele velando, e por isso proponha, quando Inf. 18 foi rendida por Inf. 8 «para que as praças que estavam no Hospital passassem de unidade porque queriam continuar a servir no Hospital e porque mostravam zelo e caridade e porque lhe convinha empregados deligentes e bem comportados e hoje são bem raros os que com taes qualidades querem sujeitar-se a este serviço.» O pessoal era composto por um cabo enfermeiro, um soldado rancheiro e um servente.

Egualmente se mostrava cuidadoso com a saüde dos soldados, oficiando duma vez ao com.te «em cumprimento dos seus deveres profissionaes» permitindo-se dizer «que durante o rigor da actual estação, julgo necessario suspender os exercicios geraes da guarnição e egualmente recomendar ás praças que a compõem, todos os meios d'agasalho, maximo quando estiverem de sentinela». Como verificava o recrudescimento de doenças, com maior movimento de doentes no Hospital,

parecia-lhe «que estas circunstancias são mais que suficientes para haver este meu alvitre.»

Insistia sempre pela «existencia de camas de ferro em vez de tarimbas nas casernas» «por razões de hygiene de que já se notava diferença pela diminuição de doenças de pele desde que tinham vindo algumas camas de ferro para as casernas». E sempre no interesse dos soldados, porque «o caminho em frente do Cemiterio dos inglezes», logo adeante do Hospital, estava intransitável «pela muita lama e aguas estagnadas» o que concorria para algumas praças da guarnição adoecerem, pedia «concertos e melhoramentos que a hygiene e o bom arranjo recomendam, de modo que esta causa de doenças se remova».

E' ainda o cuidadoso profissional que se manifesta, quando proponha para irem para os calabouços isolados dois loucos turbulentos, por motivo dos distúrbios que traziam ao Hospital — «fazia-o por conveniencia pois estava mui longe de approvar a permanencia dos doentes naqueles quartos que reputava inconvenientes e faltos de condições appropriadas».

Mas, se o Sande assim se mostrava na direção do serviço, na devoção do profissional não ficava atraz. Como desde 1856, as ordens do exército recomendavam a vacina, o que se não fazia, ele proponha-o á direcção de saüde. E era bem o clínico consciencioso quando se lamentava da «incerteza com que é feita a inspeção de recrutas, quando de momento e sem informação somos obrigados a dicidir de sua capacidade» e dizia isto a propósito dum soldado «que vinha emagrecendo muito não obstante o grande apetite» «que urinava por dia 6

a 7 canadas d'ourina» e porque isso não figurava na tabela, perguntava se o devia continuar a tratar da «polyuria» doença que era incuravel, ou se devia propo-lo para a Junta.

Mas ás razões científicas do consciencioso clínico, nem sempre correspondia a aquiescência da direcção superior de saüde, porque abonando duma vez pão de rala a um doente, recebia um ofício estranhando o facto, por não figurar tal pão nas tabelas de dietas e rações, ao que ele respondia, baseado no «Escholiaste Medico», «que o fizera para tratamento da diabetes, aproveitando por este modo os progressos da Sciencia contra uma molestia incuravel e muitas vezes fatal».

Sendo assim escrupuloso no cumprimento dos seus deveres, dava as mãos á palmatoria quando errava, e grande foi o erro clínico cometido, que passamos a narrar. Em Março de 1865, proponha o director para uma praça ir para Lisboa, porque o julgava simulador e não queria que a sua opinião e doutros facultativos, fosse prejudicial ao homem, que continuava a insistir nas suas queixas. Fundamentava a proposta para «ser convenientemente tratado quando o nosso juizo seja menos verdadeiro», mas em Junho seguinte, tendo chegado a autorização pedida, o homem justo e ponderado que era o Sande, oficiava, dizendo, que «contando a minha resulção ao mesmo soldado dias depois de officiar a V. Ex.ª na data citada, começou elle a entristecer, diminuindo-lhe o apetite, escassiando-lhe as forças, queixando-se da mesma dor na região do sacro e tambem na verilha esquerda de que nunca soffreo e

que se acha ligeiramente tumefacta, deitando-se desde então sempre sobre o lado direito do qual com dificuldade, e ainda assim ajudado se move. O doente esta bastante detreriorado e apezar da medicação tonica», como não via melhoras, concluia por achar arriscado embarca-lo. E de facto o doente falecia algum tempo depois.

O homem coxeava do lado esquerdo, tinha a dor sôbre o sacro, aparecia-lhe agora a tumefação na verilha esquerda — era um mal de Pott com abcesso ossifluente. Fôra um erro de diagnóstico de todos os clínicos que faziam serviço no Hospital.

Não era razão para que a consideração pelo clínico e director do Hospital, deixasse de crescer, e bem o merecia o deligente director, tanto que em 1 de Dezembro de 1868, pelo chefe da Repartição de Saüde, o cirurgião em chefe Francisco da Assumpção, era-lhe dirigido o seguinte elogioso ofício: —«constando nesta secretaria d'Estado pelas contas clinicas e outros documentos, a maneira porque V. S.ª se tem havido na direcção do Hospital do batalhão de caçadores n.º 10, não só na parte administrativa, mas com especialidade na scientifica, por isso S. Ex.ª o ministro e secretario d'Estado dos negocios de guerra, me incumbe de dizer a V. S.ª para seu conhecimento e satisfação, que lhe foi muito agradavel o saber o zelo e inteligencia com que V. S.ª desempenha o serviço que lhe está confiado e que tomará em consideração os seus bons officios.»

Tinha então o Hospital um movimento anual á roda de 280 doentes e entre eles, soldados e graduados espanhois do partido carlista, que para a ilha tinham

sido enviados e se achavam pejados de mazelas, muita sarna, sífilis, males venereos, uretrites agudas e doenças de pele, impetigos, lichens, e até um com tuberculose pulmonar.

Devia ser o Sande homem duma alta correcção militar, porque em Outubro de 1869, já então louvado pelo chefe do serviço de saúde e sofrendo da parte do com.te da Divisão, uma intromissão despropositada quanto às suas atribuïções de clínico, dela se desembaraçava com uma firmeza notável. Fôra o caso, que tendo o comandante feito uma visita ao Hospital, viu lá um doente, que lhe disse ser paisano, o que o levou a estranhar o caso e a oficiar ao director, respondendo este ao pedido de informação, que o homem era soldado, na situação de praça licenciada. Insistindo o com.te pela razão justificativa, obtinha a resposta muito seca de que estava em tratamento «por sofrer duma oftalmia grave, por ter dado baixa antes de ser licenciado e por a portaria de 23 de Março de 1838 determinar que as praças em tratamento nos Hospitais não podem ser despedidas do serviço sem que tenhão alta e estejão restabelecidas.»

Voltou a impertinência do com.te a exigir a declaração escrita do facultativo «se a vida do soldado periga se desde já tiver alta ou fôr transferido para o Hospital Civil» e juntava a subtileza «visto ter o facultativo dito que tinha uma oftalmia grave e não ter sido proposto para a Junta, caso em que podia ficar comprehendido na mesma circular». O Sande com grande dignidade e verdade, declarava não perigar a vida se desde já tivesse alta, mas, «nesta ocasião permita-me V.

Ex.ª que em cumprimento dos meus deveres profissionaes, eu pondere d'accordo com o facultativo assistente do mencionado soldado não ser em nossa opinião este o ensejo opportuno para a dita praça sahir do Hospital.»

Apareciam, assim, razões de sobejo, para o levar a sentir a necessidade de apoio superior perante os contratempos em que tropeçava a sua boa vontade, e isso justificava o Sande no relatório de 1873, vendo o serviço médico-militar no alto critério em que a sua honorabilidade e devoção profissional o colocava, para lastimar que esta 5.ª Divisão não tivesse um chefe de serviço de saúde especial «que consideramos indispensavel, uma vez que a area da divisão comprehende tres distritos administrativos, com dois batalhões, duas comp.as d'artilharia, uma de reformados, um hospital d'antiquissima fundação e permanencia, e alem de tudo isso um laborioso serviço de recrutamento difficil de desempenhar com proficuidade para o exercito pela escacez do elemento medico-militar e preponderancia quasi permanente do elemento civil.»

Hoje, como então, mais se justificaria a existência dum tal organismo. O maior número de unidades militares nos três distritos insulares ; o maior número de recrutados ; a necessidade imperiosa de centralizar êsse serviço no mesmo objectivo de educação cívica, trazendo a mocidade para o cumprimento do dever militar, desde tanto viciada pela opinião pública insular, na família, na escola e na sociedade, para se eximir a essa obrigação nacional. E isso acentua-se pela falta de continuidade na dignificação do serviço médico-militar e pela intro-

missão prejudicial do elemento médico civil nessas funções, de normas absolutamente periciais e que devem impôr-se em preceitos nacionalistas, tendentesa o engrandecimento das organizações que visam ao culto elevado da Pátria e ao dever que a todos incumbe de a servir e defender.

Mas o bom profissional sofria, em 1874, uma afronta imerecida. Grassava então uma epidemia a que êle chamava «supressão de transpiração», havendo grande movimento de soldados doentes e morrendo mesmo um número apreciável, embora no registo do Hospital só encontre raros casos com aquele diagnóstico, figurando, pelo contrário, 72 doentes com febres-tifoides, intermitentes, embaraços gástricos e diarreias.

Referindo-se à epidemia, dizia o jornal «A Terceira», de 10 de Outubro daquele ano — «que mais de 100 praças de caçadores 10 haviam sido atacadas com um encomodo de cabeça que instantaneamente caem, muitas delas achando-se gravemente doentes e 6 em risco de vida». Aos trabalhadores das pedreiras do castelo sucedia o mesmo, como relatava a mesma notícia.

O director Sande, vigilante e solícito, proponha imediatas providências no serviço e no quartel, para que os soldados fossem perseverados — «toque de alvorada mais cedo, abrindo-se portas e janelas a pouco e pouco para a renovação do ar ; suspender a lavagem das casernas em dias chuvosos para os homens se não constiparem ; suprimir o chamar ás armas, no render das sentinelas durante a noite pela mesma razão, e, sobretudo, fazer uma limpeza a todas as latrinas,

estrumeiras e pocilgas de porcos dentro do quartel e vizinhanças á rocha.»

A epidemia, contudo, tomara tal vulto, que o Hospital só podendo receber 25 doentes, fôra preciso improvisar uma enfermaria no Castelo para 15 e os restantes iriam para o Hospital Civil. Logo a 12 de Outubro, reunia uma Junta com os médicos, o comandante e outros oficiais superiores, o delegado de saúde Dr. Zagalo Nogueira, o guarda-mor Dr. Amorim e o Dr. Nogueira Sampaio, para se assentar no combate à epidemia, concordando todos com as propostas e providências tomadas pelo director Sande. Mas o mal crescera e um jornal local a «Independencia», de 22 do mesmo mês, atribuia o seu desenvolvimento ao facto do general não ter posto em execução as medidas propostas pelo médico, insinuando que êle procurava eximir-se às responsabilidades das despesas extraordinárias que elas acarretariam.

Nenhuma culpa tinha o Sande, que o jornal assim falasse, coberto como andava sempre com a sua alta correção militar, mas o general para varrer a testada, no uso de quem serra de cima, e porque, em verdade, mandara pôr em execução as providências propostas, intimava o director, a 23 de Outubro, a responder por escrito a 16 pormenorizados quesitos, para que assim fosse aclarada toda a sua acção como comandante e a interferência de todos os que podiam dar ordens. Depreende-se, por um dos quesitos, que o seu desejo, até certo ponto legítimo, era ver afirmado, que mandara fazer todas as despesas precisas, em remédios e dietas «mesmo que uma garrafa custasse 12$000 e que se desse

o rancho de carne duas vezes por semana» como declarara na conferência citada, e intimava o Sande a responder-lhe se era verdade ou não. Era a defesa do comandante, escusada, decerto, em face da verrina do jornal, mas a redacção dos quesitos em muitos pontos parecia intencional.

O Sande respondeu com grande correcção e dignidade profissional em 27, e declarava não o poder fazer mais cedo pelo grande serviço que tinha a seu cuidado. «Confirmava o que tinha de confirmar como absoluta expressão da verdade.» — «Sejam quais forem as razões que determinam esta forma de ser ouvido em assumptos quasi todos da minha competencia profissional e legal, porque toca as considerações de respeito e ordem disciplinar me vedam a poder inquiril-as».

«Que o tratamento medicamentoso no Hospital — afirmava-o ao general e a quantos no publico possam ter aprehensão a tal respeito — nesta epocha, como sempre, foi o que devia ser, o que será devidamente apreciado pela repartição superior de saude do Exercito, unica que o pode legal e proficientemente fazer».

Pedia licença para não indicar culpas a ninguém, como dois dos quesitos o pediam — «não obstante a terminante ordem de o fazer e que nelles vem consignado, para pôr-lhe superior o dever da disciplina militar, que me veda de apreciar actos e intenções dos que a mesma disciplina colocou em posição mais elevada». Era o que podia e devia responder aos quesitos, e terminava — «possa esta minha resposta satisfazer a V. Ex.ª como satisfaz á minha consciencia e á verdade, que é só o que deixo expendido».

A 16 de Novembro a epidemia estava debelada e o Sande pedia para que o Hospital fosse caiado. Como conseqüência dela, ao aprovar as contas das despesas extraordinárias, mandou o Ministério da Guerra reunir uma grande comissão, com entidades civis de saúde, engenheiro e médicos militares, para estudar e propor as modificações a introduzir nos quarteis e no Hospital. E foi de novo um pedido do que o director Sande vinha propondo e instando há tanto tempo — rasgar janelas, casa de banhos, etc. — para ainda desta vez nada se fazer como nos relatórios seguintes se verifica.

Em 14 de Setembro de 1875 terminava a sua carreira militar na ilha o cirurgião-mor Sande, promovido então a cirurgião de brigada e nomeado para dirigir o Hospital Militar de Lisboa, entregando a direcção do de Angra ao cirurgião-ajudante Arnaldo Ernesto Moutinho dos Santos.

Viera para a ilha, aquele distintíssimo clínico, um ano depois da sua nomeação para cirurgião-ajudante, então com 27 anos de idade, e dela saía com 59, tendo aqui residido durante 32 anos seguidos, apenas interrompidos pela licença que a Junta de saúde lhe arbitrou em 22 de Novembro de 1870, com os seguintes fundamentos — «enterite sub-aguda, causada pela dysenteria epidemica que ha 2 mezes reinou nesta ilha». — «Não tinha licenças, tinha 2 meses de tratamento no seu quartel e a Junta concedia-lhe 90 dias para se tratar e seguir para Lisboa no primeiro transporte, atendendo á rebeldia da molestia, a ter-se agravado ultimamente, e para aproveitar o ensejo para gosar não só do beneficio muito provavel da viagem, mas tambem das novas

condições metereologicas, que devem concorrer com recursos medicos para o restabelecimento da sua deteriorada saude».

Era natural de Penacova, chegara ao elevado posto de cirurgião de divisão em 1885, falecendo a 22 de Julho de 1887. Entre as mercês que lhe foram concedidas, figurava a comenda de Cristo, em 1887, «em atenção aos seus merecimentos».

Como homenagem à terra onde viveu a maior parte da sua vida profissional, não obstante ter por herdeiros dois filhos, legou em testamento à Misericórdia de Angra os seus livros científicos, na sua maior parte livros de medicina, que atestam pelo seu elevado número e variedade, ter sido um clínico duma alta ilustração profissional.

Desde 1864 até fins de 1871, seviu como cirurgião ajudante de caçadores 10, Accurcio Garcia Ramos, o qual foi director interino do Hospital durante um ano, a partir de Dezembro de 1870, enquanto o cirurgião Sande gozou a licença acima mencionada, prolongada depois no continente, por necessidade de tratamento. E como encontro notas importantes, que revelam da parte dêste cirurgião militar, uma feição caracteristica e ilustrada por conhecimentos científicos dignos de menção, não resisto à tentação de os citar, demonstrando assim que ajudante e cirurgião-mor se irmanavam, na proficiência e no cumprimento dos seus deveres, trazendo para o Hospital Militar de Angra uma posição de verdadeiro destaque.

Acresce, no interesse para dele fazer menção, que

nascera nesta cidade em 1834, tendo defendido tese, na Escola Médica de Lisboa, em 27 de Julho de 1861, com a classificação de «aprovado plenamente com louvor» sendo o trabalho apresentado «Considerações sobre um caso de encephaloide dos rins».

Promovido a cirurgião-ajudante por concurso documental, em 27 de Junho de 1864, tendo então 30 anos de idade, veio para esta sua terra natal pouco depois, aqui permanecendo durante 5 anos, mas, não obstante ter colocação na ilha até 1877, data em que foi promovido a cirurgião-mór, em 1872 encontrava-se em caçadores 12, no Funchal, gozando ali dum alto conceito como clínico, mas onde mais tarde teria de sofrer estranhas e injustas perseguições, acirradas por lutas políticas, com as quais se defrontou o seu ânimo combativo e dicidido, entrando em pugnas jornalísticas que lhe acarretaram fortes dissabores. Homem culto, estudioso e activo, por portaria de 4 de Dezembro de 1872, era nomeado professor provisório da 2.ª cadeira da Escola Médica do Funchal e por consequência cirurgião principal duma das enfermarias do Hospital da Misericórdia. Em plena idade produtiva, com 38 anos, cheio de boa vontade e iniciativa, serve durante 17 meses com agrado geral e louvor da própria mesa administrativa. Mas, não lhe sofre o ânimo empreendedor, que irregularidades e desmazelos encontrados no Hospital, não fossem corrigidos, na elevada intuição que o seu espirito de homem avançado em relação à sua época, movimentava no sentido de melhor servir. Surgem então conflitos de pessoas, que imiscuidos às conveniências da política local, se foram agravando, até

ao ponto de ser preso como um terrível agitador e remetido para Lisboa sob prisão. Um simples xarope de violetas, que o farmaceutico se negara a aviar durante 4 dias, «por ser caro», desencadiara toda a grave questão, sendo despedido do serviço, embora o ministro do reino, Antonio Rodrigues Sampaio, tivesse no devido crédito a participação que o cirurgião lhe remetera, chegando mesmo a censurar a mesa e a mandar inquirir das queixas apresentadas.

Parecia ganha a partida pelo denodado inovador, mas estava no poder o partido regenerador e seria de grave desprestígio, que o cirurgião Accurcio Ramos, militando no partido progressista, levasse a razão, tanto mais que o ministro do reino imponha para ele continuar no Hospital porque — «*ipso facto* da nomeação de proffessor lhe competia dirigir a enfermaria.» Posta a questão política e sendo ministro da guerra o próprio chefe do partido regenerador, Fontes Pereira de Melo, veio a satisfação partidária de ser destituido das funções de médico do batalhão, mas, quanto à Escola Médica, era-lhe assegurado continuar nesse serviço em comissão e portanto no Hospital, serviço que acumularia com a Junta de revisão aos recrutas da ilha. Era o triunfo e a razão, homenagem prestada à honorabilidade do cirurgião, que com tanta verdade e denodo soubera colocar a questão. Mas os interesses da política partidária imponham outra solução e ela surgia em breve, embora o ardil aproveitado pouco ilustre a memória daqueles que o inventaram. Fôra o caso que ao saber-se da satisfação dada ao Accurcio Ramos, vieram felicita-lo, em manifestação à sua porta, com música e vivas, os

amigos e admiradores, entre os quais alguns músicos militares tomando parte na tocata. Era a inocente manifestação de simpatia, tão usual nos meios pequenos, mas os políticos vexados é que o não podiam tolerar, e vá de inventar que era preito de homenagem e instigação ao chefe duma conspiração, que visava a proclamar a república na ilha e entrega-la depois à protecção dos americanos. Dias depois é preso pelo comandante do batalhão, que para obedecer a tão perversos desígnios dos políticos, se não eximiu a usar dum ardil indecoroso. E' encerrado incomunicável no Ilheu e remetido para Lisboa onde ainda ficou sob prisão, 22 dias no Castelo de S. Jorge e 20 em S. Julião da Barra. Estava salva a conveniência do partido político e deviam estar satisfeitos os que tão arbitrariamente sancionavam a perseguição, porque não havendo mais nada a averiguar, a 8 de Dezembro era posto em liberdade.

Já durante a sua permanência em Angra, afirmara êste cirurgião militar os seus dotes literários e a sua erudição científica, publicando em 1809 a «*Noticia do Arquipelago dos Açores*» e mais tarde, em 1879, a obra em dois volumes «*A Ilha da Madeira*» onde narra num dos seus capítulos os episódios da perseguição que sofreu, tendo ainda em várias datas publicado outros folhetos versando questões de ordem social e científica. Naquela última data, como vejo na capa do volume, era então sub-chefe da Repartição médica do ministério da Guerra e membro de várias corporações científicas de Portugal, sendo em 30 de Junho de 1892 promovido a cirurgião de brigada, falecendo pouco tempo depois, a 13 de Setembro do mesmo ano, com a idade de 58 anos.

O valor do profissional revelava-se já nos seus começos de vida militar, ao fazer serviço no Hospital da sua terra. Mais desembaraçado do que o Sande e dentro das atribuições do regulamento, que citava, modifica interiormente e logo de entrada o arranjo do Hospital «para que os soldados doentes melhor se acomodassem» e participava-o a seguir, dizendo que «esta mudança traz consigo uma diminuta despeza d'obra de carpinteiro, da qual tambem necessitam os sobrados das enfermarias gerais nalguns pontos, assim como os caixilos de algumas vidraças». E fundamentava — «sei bem que um estabelecimento d'esta ordem não pode nem deve ser luxuoso nem decorado. Tem porem necessidade de ser aceiado e confortavel. O soldado, que se recolhe ao Hospital, deve encontrar não só o tecto que o cubra, mas o agasalho, o cuidado, o conforto que requer o corpo enfraquecido. Expô-lo a uma athmosfera mephytica, que nunca lhe curará a molestia, senão á custa de novas enfermidades, é um epigramma á mais nova das virtudes.» Como a mudança efectuada «era um serviço bastante proveitoso» esperava fosse autorizada «a mesquinhez da despeza».

Zelando sempre pelo bem estar e confôrto moral dos seus doentes, proponha duma vez, fundamentando-o em boas razões de ordem científica, para que um tísico fôsse para junto da sua família esperar o resultado da Junta, porque — «os remedios uteis como auxiliantes, não representam senão um papel secundario, e só da hygiene é que particularmente se devem esperar os meios de suspender a marcha de tão terrivel affecção».

Mas como homem leal, de coração e de ciência, afirma-se no que exponha ao chefe do serviço de saúde em Junho de 1871, sôbre um cabo que fôra tratado no Hospital durante dois meses «duma affecção mental que capitulei — *mania raciocinada*» — cabo que contava 4 anos de serviço, entrara como voluntário e «com quanto n'este edificio não hajam as accomodações requeridas para taes doenças, a excitação viva deste alienado foi acalmada por banhos de chuveiro e antispasmodicos e o restabelecimento gradual da razão fez-se por muitos cuidados moraes e por alguns meios repressivos». O doente tinha melhorado e saira do Hospital voltando para o serviço, embora, «com uma prudente reserva» proposta por êle ao comandante — «tenha dictado a conveniencia de lhe não ser confiado por emquanto serviço de maior responsabilidade». Previa, contudo, «no caso que a affecção recidisse», que teria de o apresentar á Junta «e supposto que ignore a influencia das diversas profissões, e, no caso subjeito, da profissão militar sobre um espirito fraco, porque a sciencia não poude até hoje assignar a causa dynamica ou material d'esse complexo espantoso dos symptomas que constituem as affecções mentaes» — por isso se não podia dizer que fôsse adquirida *por effeito do serviço*, entendia que tinha direito a ser reformado.

Até aqui era o homem de ciência que falava, depois continuava como homem de coração — «pondo de parte os principios religiosos e os sentimentos de philantropia que se devem sempre atender em decisões de tanta responsabilidade moral, permitta-me a nunca desmentida benevolencia de V. Ex.ª para commigo, que eu respeitosamente pondere a V. Ex.ª que acho um acto menos digno de honra nacional, que o paiz acceite por espaço de quatro annos os serviços de um homem, e que depois, impossibilitado esse homem para adquirir os meios de subsistencia, consinta que alguem implore da caridade publica um bocado de pão para lhe matar a fome». E terminava por pedir que o chefe o ilucidasse se eram mal cabidas aquelas considerações, para não colocar os outros membros da Junta «quando elles queiram perfilhar estas minhas ideias, na posição da Repartição de Saude não aceitar depois as suas opiniões.»

Era a lealdade, a correcção, o bom senso, e tanto, que a repartição oficiava a 4 de Julho seguinte, concordando com a reforma — «se a Junta de saude estiver de accordo com o com.te do corpo em que a doença foi adquirida por motivo do serviço, o que é possivel». Pouco tempo depois o profissional ilustre que assim se revelava, abandonava a ilha, homem de convicções rasgadamente liberais, que a sua estrutura moral e a impetuosidade do seu temperamento, lançaria pouco depois nos sucessos agitados de que fizemos menção.

Depois de partir para Lisboa o cirurgião de brigada Sande, que durante 24 anos dirigiu o Hospital Militar, sucederam-se na direcção cirurgiões-móres e ajudantes que em geral pouco se demoraram, profissionais que a necessidade de serviço e colocação decerto aqui traziam, mas que na primeira oportunidade partiam de novo, no desejo de voltarem ao continente. Assim, desde 14 de Setembro de 1875 até 14 do mesmo mês de 1878,

dirige o Hospital, interinamente, o cirurgião ajudante de caçadores 10, Arnaldo Ernesto Moutinho dos Santos, entrando nesta última data o cirurgião-mor Francisco de Paula Drólhe.

Continuava a ser preocupação dos novos directores, pugnarem por reparações no Hospital, devendo-se ao primeiro a aquisição da sineta que ainda hoje se encontra à entrada do edifício, para os toques regulamentares, a qual pertencera ao vapor «Lidador», naufragado por aquela época na baía de Angra, e que êle informava na proposta de compra «ser muita boa com som vibrante, montada numa armação de metal amarelo, com o peso de 11.800 gramas, custando 10$000 reis».

O cirurgião-mor Drólhe, que tinha uma magnífica letra, toda ela uniforme e bem traçada, como se fosse feita com caracteres de imprensa, limitava-se apenas na sua correspondência oficial ao expediente vulgar, tanto que só em 1880 vejo o seu pedido «para caiarem o Hospital e concertarem o retelho.»

Por notícias que colhi, de pessoas que o conheceram, soube ser individualidade de alta correcção social, sempre bem posto e elegante, duma seriedade e conduta, que marcava pela compostura do seu porte e da sua apresentação. Pelas características da sua letra, cuidada como era a sua escrita, quási se deprendia isso, mesmo para profanos de grafologia como eu sou, mas que não era para brincadeiras, revela-o uma correspondência trocada sôbre o serviço de rondas, em que um alferes de caçadores 10, a 21 de Julho de 1881, fazendo esse serviço informava «que visitara o Hospital, que encontrou em regular estado de asseio e arranjo não me tendo

representado causa alguma os doentes, e não encontrei nenhum dos enfermeiros neste Hospital.» Registado o facto no livro respectivo o Drólhe em nota à margem acrescentava — «E' inexato o que este oficial diz com respeito á comparencia dos enfermeiros, por isso que na sua visita a este Hospital e suas dependencias, foi acompanhado pelo servente de vella, o que verifiquei pela investigação a que procedi.»

Devia ter doído ao alferes, Carlos Ney Ferreira, um tal esclarecimento e querendo levar a melhor, a 21 de Agosto seguinte, na parte de ronda, relatava que a enfermaria que servia de prisão não estava em bom estado de aceio, o que motivou uma ordem do general para o director informar. E é então que o Drólhe coloca a questão em pratos limpos com uma precisão e um desassombro dignos da sua compostura.

Começa por oficiar ao cirurgião-ajudante José d'Azevedo Castelo Branco, que visitara o doente antes da ronda, para o informar de «qual o estado de limpeza em que achou a enfermaria na sua visita ao doente naquele dia e nos anteriores», ao que este respondeu «não ter encontrado falta de limpeza digna de reparar-se nela». Eram dados suficientes, e com eles o Drólhe exponha ao comandante — «que se reconhece que o sobredito oficial de ronda informou com menos verdade a estação superior» e isto porque sabia pela averiguação que fizera que «o mesmo oficial nem lá entrou, limitando-se a chegar até á porta, indo acompanhado pelo amanuense, enfermeiro e um servente, e a olhar só pelo postigo, do qual, attenta a escassez de luz que esclarece a casa, não podia apreciar com exactidão o

seu asseio.» Pedia licença para salientar a diferença entre o que dizia na parte e o que escrevera no livro de ronda, de que mandava cópia, e citava o caso anterior de 21 de Julho, por onde «se deprehendia dos intuitos do mencionado oficial em contraste com o que diziam todos os outros officiaes de ronda desde que era director do Hospital.»

A 26 de Outubro abatia uma parte do teto da enfermaria, por onde se conclue que apesar das obras reclamadas e propostas, ainda nada se fizera, e a 14 de Novembro seguinte, o Drólhe entregava o Hospital ao cirurgião ajudante Castelo Branco, que por seu turno, 2 dias depois, o passava ao cirurgião-mor de caçadores 10, Jacinto Júlio de Sousa que o fica dirigindo até 1888.

Natural da vizinha ilha de S. Miguel, tinha defendido tese, na Escola Médica de Lisboa, a 22 de Julho de 1864 — «Reflexões sobre o diagnostico de um kisto do figado e seu tratamento» — entrando para o exército por concurso documental em 20 de Agosto do mesmo ano, com 27 anos de idade, falecendo no posto de cirurgião-mor, em 1892, apenas com 55 anos. Viera para caçadores 10, promovido a cirurgião-mor no ano anterior, servindo até então na unidade colocada na sua terra natal, caçadores 11, para onde voltou em 1888.

Foi também um director diligente, instando sempre por melhoramentos no Hospital, mas, se assim se revelava nas beneficiações do Hospital, na parte propriamente clínica, manifestava hesitações que pareciam despropositadas. Durante a sua direcção parece existir

um intencional escrúpulo na apreciação dos doentes, porque proponha sempre muitas praças para irem para o Hospital Militar de Lisboa, com o fundamento de que «neste Hospital com os meios de que dispomos não podemos chegar a um resultado digno de fé.»

Depreende-se que havia então muitos simuladores, porque depois do período brilhante da direcção dos cirurgiões Sande e Accurcio Ramos, todos os outros directores, à excepção do Drólhe, militares ou civis, antes e depois do Júlio de Sousa, idênticas propostas faziam com freqüência.

Indecisões sob o ponto de vista da apreciação dos doentes ? Incompetência médica ? Opto por uma outra hipótese, verdade que se acentuou e veio minando todo o serviço do recrutamento militar neste distrito e de cujas conseqüências tenho verificado, e mesmo sofrido, a nefasta influência, com campanhas de descrédito para os médicos militares e proveito para estranhos. Foi costume inveterado, que criou raizes, e não vejo forma de tão cedo se poder debelar, esse de se fazer da obrigação do serviço militar para a mocidade recrutável, privilégio das facções políticas, tornando-se na crendice popular como dependente dos seus dirigentes e das suas influências, o que deve ser considerado como dever nacional. Ir para Lisboa e lá se livrar, foi crédito que ficou no ânimo popular, como tantas vezes tenho notado, e por isso atribuo toda a avalanche de propostas que encontrei, como devidas a instâncias daquela origem, não querendo os médicos locais apoucar-se no seu mister, mas não tendo tambem a isenção bastante para formal e terminantemente se negarem a tais suges-

tões. Hoje, como então na familia, na sociedade, dentro mesmo dos organismos do Estado, o mesmo vício subsiste, sem que uma educação forte e dominante do espírito nacional, permita criar raizes para essa obrigatoriedade, que o Estado moderno a todos impõe como dever social da democracia.

Era amigo do pessoal seu subordinado, o cirurgião-mor Júlio de Sousa. Em Outubro de 1884, porque a gratificação hospitalar só era abonada ao pessoal, quando houvesse mais de 11 doentes, proponha para ser estensiva a qualquer número, lastimando que os homens estivessem sempre a pedir para deixarem o serviço, alegando motivos futeis, quando averiguava dizerem — «que é melhor a tarimba da caserna, que a melhor cama do Hospital ; porque lá não há o mau cheiro das doenças nem o contágio, nem o gemido constante, nem se vestem mortos ; lá todos estão com saude e respirão melhor ar e a folga livre de uma atmosfera é maior, ao passo que aqui 3 ou 4 doentes da-nos muito trabalho e prendem-nos mais junto do seu leito de noute e de dia.»

Se isto prova que com êle o serviço era feito a rigor, o seu interesse pelo Hospital era manifesto, requisitando amiúde roupas e mobília, que a Repartição negava com o fundamento de que havia poucos doentes, então à roda de 250 ao ano, e que se devia limitar a pedir sómente o que se fosse inutilizando, mas ao que ele respondia com amargura, justificando os pedidos com as faltas que encontrava, no único objectivo de querer melhorar o Hospital, o que lhe parecia ser de bom critério e de seu dever — «seguirei então as pisadas dos meus antepassados quanto puder ser, nos limites da minha dignidade e da decencia propria dum estabelecimento desta ordem.»

Tinham sido baldados os seus esforços nesse sentido e saía em 1888 ainda mais uma vez a relatar as misérias que existiam no Hospital.

Nos começos de Abril de 1888, é director interino, o cirurgião de brigada de artilharia de montanha, Agostinho Rodrigues Pinto Brandão. De fins deste ano até Maio de 1891, é director o médico civil Alfredo da Silva Sampaio, data em que assume a direcção o cirurgião-mor de caçadores 10, João Rodrigues Donato. Mas, no mês seguinte, é director interino o cirurgião ajudante da mesma unidade, Manuel de Brito Camacho, que se demora na ilha até Julho de 1892.

Tinha então o Dr. Brito Camacho a idade de 29 anos, e porque dele encontro correspondência oficial, redigida já então naquela linguagem pictoresca e elegante, que mais tarde o tornariam no primoroso escritor, hoje tanto apreciado do público, não me furto á tentação de a transcrever.

Como a 27 de Dezembro de 1891, fosse feita uma inspeção ao Regimento e ao Hospital, pelo cirurgião de divisão, José Antonio da Veiga, competindo ao médico da unidade apresentar um relatório, logo no dia seguinte, o jovem cirurgião militar se desembaraçava dessa exigência, enviando uma extensa exposição, na qual principiando a sério, bordava de seguida considerações de tal modo irónicas, embora justificadas, que pareciam entrar em perfeito campo de chuchadeira, se não fosse já

naquela mocidade pujante, a graça do escritor a sobrepor-se à compostura do profissional.

Começa por relatar o que faltava: — «no quartel do regimento essencialissimas condições higienicas que muito convem realizar dentro do mais curto espaço de tempo. Uma fossa pouco funda, coberta por uma tábua com um buraco no meio, eis tudo o que constituia as latrinas para uso do regimento.» As casernas, com excepção da 3.ª e 4.ª — «são uns corredores compridos, pouco largos, com o tecto a querer collar-se ao pavimento» com pouco ar e pouca luz. «Não ha neste quartel uma casa de banhos, o que é deveras lamentavel, porque não sendo geralmente o soldado muito dado a actos de asseio, é quasi, por esta circunstancia, convidado a sêr porco. Esta falta afigura-se-me gravissima, e seria facilmente remediavel querendo-se utilizar a agua que o Estado aqui possue, canalizando-a para o Castello.»

«Sobre o Hospital a visita do chefe foi de tal modo minuciosa que poderia dispensar-se de quaesquer considerações se de alguma forma podesse eximir-se ás obrigações regulamentares. As enfermarias são razoaveis, bastante largas e bastante franqueadas á luz e ao ar, simplesmente uma delas a que está destinada a receber doentes que facilmente contagiam, recebe as emanações dum deposito de materias fecais que se combinou chamar latrina.»

Os quartos eram sofriveis — «mas a casa dos detidos é apenas uma enxovia. O lagedo está constantemente humido e ter lá dentro um homem são, seria quasi barbaridade, mas meter lá um doente é positivamente um crime.» Casa de banhos não existia — «como

ha-de elle (o soldado) lembrar-se de tomar um banho se nunca lhe mostraram uma tina ?»

«Existe no Hospital uma caixa de ferros velhos, alguns dos quais já serviram para autopsias e que representam no entanto todo o arsenal cirurgico. Não ha um boticão de tirar dentes, não ha ruginas, não ha termo cauterio, não ha um laringoscopico, um optalmoscopico, uma agulha de Reverdin; aparelho para analise de urinas, no ponto de vista de existencia de assucar (Duhome), um bisturi de ponta; um microscopio, hoje absolutamente indispensavel em todos os estabelecimentos desta natureza, nem ha um thermometro clinico.»

«As camas são feitas sem colchão porque o hospital não as tem em numero suficiente para os pôr em todas, visto que só ha meia duzia.»

Faltavam muitos artigos que já tinham sido requisitados; chamava a atenção para a mesquinez da remuneração dos empregados — «sendo mal remunerados, como actualmente são, mal se lhes pode exigir zelo até á dedicação e dedicação até ao sacrificio.»

«Antes de terminar devo expôr a V. Ex.ª um facto que considero importante e digno de ser atendido. Nesta ilha, como de resto em todas as ilhas açoreanas, o trabalhador do campo, mesmo que seja remediado, não costuma a sujeitar os pés á clausura dos sapatos, a não ser lá de longe em longe, uma vez na vida. Entrando para as fileiras é obrigado ao uso constante de umas botorras grosseiras e mal feitas que a principio arrasta como uma grilheta, quasi a coxear, como tropego. Daqui resulta que todos os dias, na revista de saude, me

aparecem soldados com escoriações nos pés produzidas pelas botas, tendendo algumas vezes segundo o fundo diathesico do individuo em que assentam, a tomar o caracter de verdadeiras ulceras. Depois o facto de requestar os pés dos soldados ao grande banho d'ar a que estavam affeitos sem ao menos os obrigarem a banhos d'agua muitas vezes a miudo, tem inconvenientes que escuso encarecer, avultando entre elles o de impossibilidade de uma transpiração cutanea larga e franca como se fazia até então com o calçado virgem do Paraizo. Estou organizando um mapa dos doentes a quem tenho dado baixa ao Hospital para serem tratados de escoriações produzidas pelo calçado, e por elle se verá quando concluido, que não sob o ponto higienico mas ainda sob o ponto de vista economico convem permitir ao soldado dos Açôres o uso de alpercata como se faz em Hespanha. Porque é de notar ainda que estes desgraçados quando volvem ao seu labor primitivo, terminando o tempo de serviço, mal podem pisar as pedras como antigamente, porque as barcassas de sola e vira em que andavam embarcados durante mezes os deshabilitaram d'isso. Assim julgo ter cumprido a obrigação que me é imposta pelo regulamento, não tão bem como devia mas o melhor que me foi possivel.»

Era a confissão da mesma penúria, do estendal de misérias que tantos outros tinham apontado, a mesma inutilidade dos relatórios, agora sòmente aproveitável pela parte literária e fina ironia que do moço cirurgião nos ficava.

Pouco tempo depois, ao enviar à Repartição de saúde, o mapa nosológico do fim do ano, que fôra

devolvido para emendas, o Dr. Brito Camacho, colocado nos Açôres por questão de política, aproveitava de novo o ensejo — e com que habilidade! — para lançar o seu remoque.

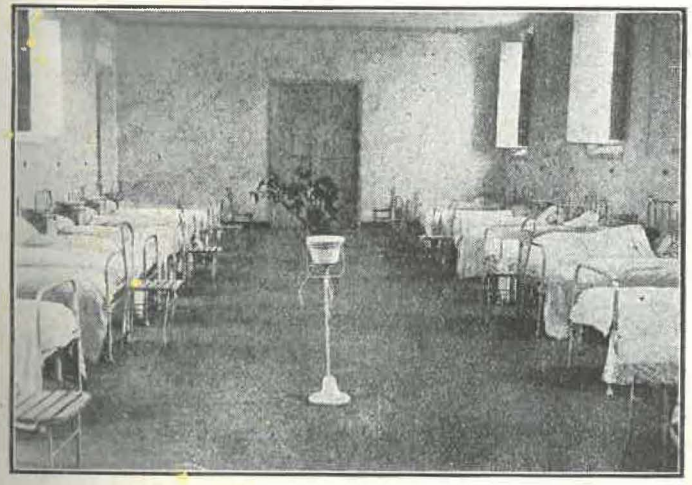
«Incluso remeto a V. Ex.ª o mapa nosologico do Hospital Regimental de Caçadores 10, correspondente ao mez de Dezembro proximo passado. Não conhecendo a classificação ou melhor a nomenclatura adoptada nos tratados de Grisolle e de Vidal, capitulei as doenças que constam do mapa incluso conforme as doutrinas hoje correntes sobre pathologia nos seus diversos ramos. Suponho que bronquite simples é uma entidade morbida bem defenida, inconfundivel na maior parte dos casos, segundo os auctores que conheço e que fazem auctoridade. A *grippa* ou *influenza* é um processo morbido, assim designado por todos os medicos, não conhecendo a denominação com que figura nos livros de Grisolle e Vidal. O que no mapa figura com a designação de dores thoraxicas, não é certamente uma doença, é um symtoma, mas foi o symtoma que mais se me impoz no caso de doença que eu não poude, certamente por deficiencia dos meus conhecimentos, vigorosamente capitular. De todos os serviços que me incumbem como medico militar, eu procuro desempenhar-me com maior zelo e inteligencia possivel; e se no caso presente não satisfiz tão cabalmente e tão rigorosamente como devia, resultou isso apenas de não possuir este Hospital os tratados de que se refere a portaria de 30 de Setembro de 1858, citado no oficio de V. Ex.ª.»

Nascera o Dr. Brito Camacho em 1862, a portaria citada era mais velha do que êle 4 anos, e por isso

concluo, que não havendo ainda tabela nosológica no exército, a nomenclatura das doenças era exigida nos Hospitais Militares, por velhos tratados que estavam em desuso, que o jovem médico não conhecia, ou se conhecia, contra eles refilava, naquela habilidosa forma de expor.

Em 1 de Fevereiro de 1892, tomava a direcção do Hospital o cirurgião-mor de caçadores 10, João Forjaz Pereira de Sampaio, homem que tinha modos imperativos, porque logo a seguir no dia 15, dirigindo-se ao chefe de saúde, a pedir o que faltava, roupas, ferros, utensílios vários, dizia — «urge que se me mande com a máxima brevidade possivel» ao mesmo tempo que zeloso pela fazenda nacional, proponha a remessa de medicamentos pelo depósito geral, «porque a despesa é grande com as farmacias que carregam com o regimento á justa, sendo certo que este está elevadissimo.» E sempre deligente insistia novamente e com urgência pelos mesmos assuntos no mês seguinte.

Pouco tempo demorou na ilha, porque em Setembro seguinte, é director o cirurgião-ajudante João Carlos da Silva Pita, que pela junta do Hospital, em 9 de Abril de 1892, fôra julgado com aptidão física necessária para o serviço. Era natural da cidade da Horta e fixara residência em Angra, em 1885, onde gozou de grande conceito clínico, exercendo ainda hoje a profissão em New-Bedford, America do Norte, para onde emigrou. Defendeu tese na Escola de Lisboa, com 25 anos de idade — «Breves considerações sobre o anus accidental» — entrando para o exercito como cirurgião ajudante por



Interior actual duma das enfermarias

concurso documental com 32 anos. Nesse mesmo ano, a 24 de Novembro de 1892, era demitido a requerimento seu.

Depois, sucedem-se vários directores. Em Outubro dêste mesmo ano, o cirurgião-mor de caçadores 10, Jacinto da Costa Miranda, que insta como os anteriores por melhoramentos no Hospital, mas que se demora na ilha apenas dois anos.

Em Dezembro de 1894, é director interino o médico civil Alfredo da Silva Sampaio, e em Janeiro de 1895, António dos Santos Cordeiro, cirurgião ajudante do regimento. De então em deante aparecem sucessivamente, alternando com o Cordeiro, durante pequenos períodos, o médico civil Manuel António Lino Júnior e o cirurgião ajudante de Artilharia 2, em serviço em caçadores 10, Jorge Vieira.

Em 12 de Setembro de 1896, encontra-se o cirurgião-mor, Manuel Ferreira Bairrão Ruivo, que dois meses depois deixa a ilha. Ainda em Setembro de 1898, surge o cirurgião-mor António José da Rocha, que logo dois dias depois pedia providências sôbre o estado lastimável do Hospital — cozinha a abater-se; soalho roto nas enfermarias; janelas estreitas precisando maior ventilação, luz e boa caixa de ar; casa de banho e retretes, e um compartimento para isolar contagiosos — mas dois meses depois seguia para o continente, continuando sempre no serviço o cirurgião-ajudante Cordeiro.

Em Junho de 1899 é feita uma inspecção ao Hospital pelo cirurgião de brigada Nicolau Antonio Camolino, que achou toda a escrituração irrepreensivel, bem como o estado de limpesa e asseio, notando que o

serviço do director (Cordeiro) «era com zelo e pericia». Lá figura de novo o relatório do director, uma extensa e bem elaborada exposição, citando todas as deficiências, já por todos apresentadas, do Quartel e do Hospital — agora com a nota nteressante de haver só 4 colheres e 4 guardanapos.

Em 20 de Outubro de 1899, o Cordeiro assina — tenente-médico Infantaria 25, — e neste mesmo mês surge novamente como director o capitão-médico Antonio José da Rocha, para em Julho do ano seguinte figurar outro capitão-médico, José Moreira de Almeida Campos, que se demora só três meses. Depois em Setembro de 1901, outro capitão-médico, José Maria de Moura Machado, que no ano seguinte segue transferido para o continente.

Nos impedimentos do Cordeiro aparecem então vários médicos civis — Dr. Rodrigo Zagalo Nogueira, Manuel Victorino de Bettencourt, Fernando Touret, sendo o Cordeiro promovido a capitão em Outubro de 1903.

Em Agosto de 1911, é feita nova inspecção ao Hospital pelo major-médico Jacinto da Costa Miranda, que fixa o número de camas em 44. Exerce a direcção até Fevereiro de 1912, o capitão-médico Cordeiro, que residiu na ilha durante 17 anos, falecendo pouco tempo depois.

Até 1915 é o Hospital então dirigido por médicos civis da localidade, assumindo essas funções em Junho daquele ano o autor destas linhas.

O Hospital encontrava-se ainda em muito precárias condições higiénicas, não obstante ter já sofrido repa-

rações importantes — um tecto novo nas enfermarias, sendo estas assobradadas em bom pinho resinoso. Mas os quartos, a secretaria, cozinha, arrecadações e retretes, apresentavam uma ruína manifesta.

Hoje, o Hospital Militar, é um edifício alegre, confortável, inteiramente apropriado à sua missão. Com instâncias sucessivas e a boa cooperação dos serviços de engenharia, de 1926 para cá, nele se fizeram obras importantíssimas, que o tornam, senão em condições ótimas, por ter sido trabalho de adaptação, em estado bastante satisfatório sob o ponto de vista higiénico e de instalações, para poder desempenhar cabalmente a sua missão.

Estucaram-se as enfermarias grandes, que tinham o vigamento a descoberto como se fôsse um granel; alegrou-se o interior, transformando as pesadas portas em comunicações envidraçadas; rasgaram-se as janelas e fizeram-se vidraças de bandeiras móveis para o arejamento apropriado aos Hospitais; canalizou-se a água do Castelo para o edifício, construindo-se um depósito que permite levar água a todas as dependências; cimentou-se um recinto para nova instalação da cozinha e fez-se de novo o gabinete da direcção e das sessões da Junta. Cimentou-se o pórtico de entrada e assobradou-se de novo os quartos dos doentes, construindo-se uma sala de operações, em condições tais, que no Hospital se pode hoje efectuar qualquer intervenção cirúrgica, mesmo de alta cirurgia, como já se tem feito.

Jardinou-se a cêrca, construiu-se uma sala de ba-

nhos, fizeram-se retretes novas para as enfermarias, quartos e serventia do pessoal, e neste último ano instalou-se uma fossa aséptica, primeira que se constroie na ilha e se tornava indispensável para a salubridade do Hospital, porque os dejectos, como no tempo do director Sande, ainda eram canalizados a descoberto para um prédio vizinho.

O Hospital que era um foco de polulação de ratazanas, encontra-se hoje em condições tais, que o tornarão um dos melhores hospitais militares da sua categoria, quando o esfôrço final das obras a concluir, e já poucas são, fôr dado por findo.

O Hospital Militar da Guarnição de Angra, em instalações, actualmente, não envergonha a medicina militar portuguesa.

OS CLÍNICOS DO HOSPITAL

Nos registos consultados apenas podémos tomar conhecimento dos nomes adeante mencionados, que serviram respectivamente nos anos que se indicam.

Manuel Teixeira de Abreu, cirurgião-mor, 1767.
José Moniz Tavares, médico, 1771 a 1820.
José da Costa Pereira, cirurgião-ajudante, 1772.
José António Coelho, cirurgião, 1772.
João José da Costa B.ª, ajudante de cirurgia, 1772.
Manuel José Ribeiro, cirurgião, 1772 a 1774.
Domingos António Ferreira, cirurgião, 1774 a 1803.
José Ignacio Costa, médico, 1774 a 1814.
Joseph Gambien, cirurgião, 1783.
Gonçalo Rodrigues Palhinha, médico, 1821 a 1824.
Nicolau Caetano de Bett. Pitta, médico, 1824 a 1847.
Estacio José de Faria, cirurgião, 1803 a 1816.
Francisco Xavier Broa, cir.-mor agregado, 1816 a 1817.
Luiz Ant.º d'Oliveira Viana, cirurgião-mor, 1817 a 1823.
José Pereira Correia, cirurgião, 1818.
Ignacio Quintino de Avelar, cir. inspector, 1818 a 1821.
Vicente Pedro de Kort, cirurgião-mor, 1820 a 1821.
Antonio Pedro Braz de Lima, cirurgião, 1823 a 1824.

Manuel Gomes de Sampaio, cirurgião-mor, 1824 a 1846 — continuando ainda a fazer parte das Juntas de saúde como cirurgião de brigada reformado até 1854.
Manuel Filipe d'Almeida, cir.-mor Inf. 5, 1825 a 1827.
Manuel Joaquim d'Araujo, cirurgião-ajudante, 1826.
Bento José Costa, cir.-mor da Res.ª Prov.al, 1829 a 1831.
Theodorico José de Miranda, cirurgião-ajudante, 1829.
Franc.º L. d'Oliveira, cir.-mor da Mil.ª Prov.al, 1829 a 1830.
Jeronimo Pereira de Sousa, cir.-mor ad. ao Reg.to 18, 1829.
Libanio Alves do Valle, cir.-mor caç.es 9, 1830 a 1831.
Franc.º Damaso da Costa, cir.-mor graduado B.ão 5, 1831.
José Maria Queimado, cirurgião-mor caç.es 12, 1831.
João Pinheiro d'Almeida, cirurgião-mor caç.es 2, 1831.
Manuel da Cunha Coelho, cir.-mor B.ão Caç.es 3, 1832.
José Antonio d'Azevedo, cirurgião-mor caç.es 10, 1832.
Joaquim Antonio Monteiro, cir.-mor B.ão Caç.es 3, 1832.
Melchior Billeter, cirurgião-mor Inf. 20, 1832.
Francisco Luiz d'Oliveira, cirurgião-mor Inf. 6, 1832.
Miguel Joaquim de Freitas, cir.-mor Cav.ª 9, 1832 a 1833.
José Ventura Silva Freitas, cir. ajud.e do H.al, 1832 a 1835.
José d'Oliveira Soares, 1.º cir. d'Armada Real, 1832 a 1835

Os nomes destes cirurgiões militares, encontro-os nos registos das Juntas de saúde a partir de 1829, período de concentração de fôrças militares na ilha para as campanhas das lutas liberais.

Francisco J. Maria de Lemos, cir.-mor Inf. 5, 1847 a 1851.
Luiz Augusto P. de Sande, cir. ajud.te Inf. 5, 1843 a 1875.
Carlos Augusto Schiappa Pietras, cir. ajud.e Inf. 5, 1852.
José Braz Corujo, cirurgião ajudante caçadores 9, 1862.

Accurcio Garcia Ramos, cir. ajud.te caç.es 10, 1864 a 1871.
Lino José Teixeira Pinto, cirurgião-ajud.te Caç.es 10, 1871.
Eduardo de Jesus Teixeira, cir.-ajudante Caç.es 10, 1872.
Eduardo José Pessoa, cirurgião-mor graduado, 1873.
Antonio Manuel Trigo, cirurgião ajud.te Caç.es 10, 1874.
Arnaldo E. Moutinho dos Santos, idem, 1875 a 1879.
Francisco de Paula Drólhe, cir.-mor caç.es 10, 1878 a 1881.
José A. Castelo Branco, cir. ajud.te caç.es 10, 1879 a 1884.
Jacinto Júlio de Sousa, cir.-mor caç.es 10, 1881 a 1889.
Antonio G. Araujo e Menezes, cir. ajud.te caç.es 10, 1885.
Agostino R. Pinto Brandão, cir. ajud.te caç. 10, 1886 a 1888
José Pires da Costa Cameiro, cir. ajud.te caç.es 10, 1891.
João Rodrigues Donato, cirurgião-mor caç.es 10, 1891.
M.el de Brito Camacho, cir. ajud.te caç.es 10, 1891 a 1892.
João Pereira Forjaz de Sampaio, cir.-mor, caç.es 10, 1892.
Jacinto da Costa Miranda, cir-mor caç.es 10, 1892 a 1894
João Carlos da S. Pita, cir. ajud.te caç.es 10, 1892 a 1894.
Eduardo Augusto P. Pimenta, cir. ajud.te caç.es 10, 1893.
Antonio dos Santos Cordeiro, idem, 1895 a 1912.
Jorge Vieira, cir. ajud.te Art. 5 em serviço caç.es 10, 1896.
Manuel Ferreira Bairrão Ruivo, cir.-mor caç.es 10, 1896.
Antonio José da Rocha, cir-mor caç.es 10, 1898 a 1899.
Nicolau Antonio Camolin, cirurgião Brigada, 1899.
José Moreira d'Almeida Campos, cap.-méd. Inf. 25, 1900.
José M.de Moura Machado, cap.-méd. Inf. 25, 1901 a 1902.
Antonio Guedes Pereira, alferes-médico, 1904 a 1905.
Manuel Bragança, alferes-médico, 1906.
Manuel de Sousa Menezes, alferes-médico, 1915.

Até 1896 seguia-se o bom preceito das Juntas médico-militares serem constituídas por dois ou mais

médicos, conforme os que existiam na guarnição, sendo chamados médicos civis quando havia um só médico militar, prisidindo à Junta um oficial superior.

De Dezembro daquele ano em deante, passaram a ser constituídas sòmente pelo presidente e o médico que estava ao serviço, fôsse militar ou civil, princípio condenável porque as deliberações das juntas de saúde, tem de ser sempre consideradas como de natureza pericial.

Dos médicos civis que serviram nas juntas ou como directores do Hospital, por vezes em largas temporadas, encontramos até à data da nossa colocação na guarnição, os seguintes nomes:

Dr. Rodrigo Zagalo Nogueira, de 1851 a 1904.
Dr. José Augusto Nogueira Sampaio, de 1854 a 1896, e que assinava como cirurgião-mor honorário a partir de 1875.
Francisco Severim d'Avelar, em 1863.
Antonio Porfirio de Miranda, 1879.
Eduardo Abreu, 1884.
João Carlos da Silva Pitta, de 1885 a 1892, data em que foi colocado como cirurgião-ajudante.
Alfredo da Silva Sampaio, de 1888 a 1915.
Manuel Antonio Lino Junior, de 1893 a 1896.
Manuel Victorino de Bettencourt, de 1897 a 1915.
Fernando Touret, de 1906 a 1909.

BIBLIOGRAFIA

Historia Insulana, 1717, peló Padre Antonio Cordeiro.
Apontamentos postumos do Padre Jeronimo Emiliano de Andrade.
Histoire de la Navigation, 2.ª edic., 1619, por Jean Hugues.
Memoria sobre a Ilha Terceira, 1904, pelo Dr. Alfredo da Silva Sampaio.
Annaes da Ilha Terceira, 1850, por Francisco Ferreira Drumond.
Memoria da Visita Regia aos Açores, 1900, por Alfredo Luiz Campos.
Breve noticia sobre a Topografia Medica da cidade de Angra do Heroismo, 1844, pelo Dr. Rodrigo Zagalho Nogueira.
Arquivo dos Açôres (colecção).
Historia do Exercito Portugues, Provas, por Christovam Ayres.
Almoxarifado do Hospital Militar d'Angra, colecção existente no Arquivo do Governo Civil d'Angra.
Registo de Correspondencia e regulamentos para Hospitaes Militares, no Arquivo Historico Militar.
Colecção de Legislação Portuguesa das Cortes de 1821 a 1828.

Sumario da Legislação Portuguesa desde as ordenações do Reino de 1603 até 1860.

O Culto de S. Cosme e S. Damião, 1928, pelo Dr. Augusto da Silva Carvalho.

A Escola de Cirurgia de Lisboa e os Cirurgiões Militares, 1925, pelo Dr. Manuel Gião.

ÍNDICE

	Pág.
As origens do Hospital	9
Os regulamentos do Hospital	31
O funcionamento do Hospital	69
O Hospital Regimental	93
Os clínicos do Hospital	141
Bibliografia	145

NOTA — O *ex-libris* da capa, que reproduz o frontão em pedra colocado sôbre o portão do Hospital, é gravura em madeira do artista terceirense — José Vieira da Costa.